

RELATÓRIO ANUAL

DE ADMINISTRAÇÃO CCEE 2019

PREZADO LEITOR, SEJA BEM-VINDO.

O Relatório de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE reúne todas as informações sobre as ações da instituição. É uma prestação de contas tanto do volume de operações quanto de estratégias implantadas em áreas como segurança do mercado, tecnologia e relacionamento. É um documento aberto aos agentes associados e a todos os interessados no setor energético brasileiro, garantindo a transparência e as boas práticas de nossa instituição.

Conheça, agora, as realizações e os resultados obtidos em 2019.



SEÇÕES DO RELATÓRIO



A INSTITUIÇÃO

VEJA COMO O TRABALHO DA CCEE CONSOLIDOU E FEZ AVANÇAR O SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO.



GOVERNANÇA

CONHEÇA O ORGANOGRAMA DA CCEE E SAIBA QUAIS SÃO AS RESPONSABILIDADES DE CADA ÁREA.



MERCADO

CONFIRA OS NÚMEROS DAS CONTAS SETORIAIS E OS APRIMORAMENTOS DO MERCADO EM 2019.



OPERAÇÕES

VEJA RESULTADOS DE OPERAÇÕES COMO LEILÕES, MEDIÇÃO, CONTABILIZAÇÕES E LIQUIDAÇÕES.



RELACIONAMENTO

VERIFIQUE OS EVENTOS QUE UNIRAM A CCEE, AGENTES E INSTITUIÇÕES DO SETOR EM 2019.



SEGURANÇA

SAIBA QUE AÇÕES AUMENTARAM A SEGURANÇA NAS OPERAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA.



TECNOLOGIA

A CCEE IMPLANTOU MELHORIAS TECNOLÓGICAS QUE TRANSFORMARAM O SETOR EM 2019. CONFIRA!



FINANÇAS

ORÇAMENTO, CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NA ÍNTEGRA.

ÍNDICE GERAL

HOME / ÍNDICE GERAL

A Instituição

- Mensagem do Presidente
- Quem Somos
 - Quem Somos
 - Missão, Visão e Valores
- Celebração dos 20 Anos da CCEE
- A CCEE em Números

Governança

- Governança
- Conselho de Administração
- Organograma da Empresa
- Compliance e Auditoria

Mercado

- Evoluções do Mercado
 - Agentes
 - Comercializadores Varejistas
 - Ativos
- Regras e Procedimentos
- Aprimoramentos Setoriais
- Gestão das Contas Setoriais
- Informações ao Mercado

Operações

- Contratos
- Medição
- Contabilização e Liquidação
 - Liquidação do MCP
 - Garantia Física
 - Geração e Consumo 2019
 - Geração e Consumo por Submercado
 - MRE
 - Encargos de Serviços de Sistema
 - Exposições Financeiras
 - Energia Incentivada
 - Proinfa
 - Liquidação de Cotas de Garantia Física
 - Liquidação de Cotas de Energia Nuclear
 - Energia de Reserva
 - MCSD Energia Existente
 - MCSD Energia Nova
- Leilões
- MVE
- Cálculo do PLD

Relacionamento

- Atendimento aos Agentes
- Programa de Gestão de Clientes
- Eventos e Ações Institucionais
- Convênios e Parcerias
- Capacitação

Segurança

- Monitoramento
- Penalidades
- Jurídico

Tecnologia

- Tecnologia

Finanças

- Finanças em 2019
- Contribuição Associativa
- Novas Receitas
- Mercado Regulado
- Demonstrações Financeiras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Instituição

[HOME](#) / [A INSTITUIÇÃO](#) / [MENSAGEM DO PRESIDENTE](#)

2019: ano de avanços em temas estratégicos e garantia de eficiência operacional

No começo de 2019, todos na CCEE já sabíamos que enfrentaríamos um ano repleto de desafios e que os nossos objetivos seriam alcançados com inteligência, criatividade, inovação e comprometimento. Foi com isso em mente que nos ocupamos, em todas as missões da instituição, de alcançar resultados positivos e promover aprimoramentos para o setor elétrico brasileiro. Hoje, olhando em retrospecto, posso garantir que atravessamos o ano entregando aos associados e à sociedade uma performance de inquestionável excelência.



Rui Altieri, Presidente do Conselho de Administração da CCEE

Logo em janeiro, nos deparamos com a dificuldades de algumas comercializadoras cumprirem seus contratos bilaterais. Foi preciso agir rápido para contornar a situação e mitigar os riscos, e isso só foi possível porque o monitoramento da CCEE agiu com rapidez e eficácia. A instituição aplicou operações assistidas que reduziram os impactos ao mercado multilateral e que, por sua vez, ampliaram o debate sobre a segurança. A CCEE apresentou aos agentes e à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel três propostas para ampliar a rigidez no mercado, incluindo novos critérios de participação, indicadores de segurança e chamada de margem semanal. Foi um trabalho propositivo e democrático, abrindo espaço ao diálogo e sinalizando a importância de avançarmos no tema.

Outra amostra da competência da CCEE foi nosso empenho na articulação com os bancos credores e com a Aneel para antecipar a quitação do empréstimo da Conta-ACR. O pagamento foi efetuado com sete meses de antecedência, o que permitiu uma redução de 3,7% no reajuste das tarifas dos consumidores em 2019 e de 1,2% para 2020.

Também foi preciso, no ano que passou, maximizar a eficiência operacional da instituição para receber novos associados. Houve um aumento de 18,3% nas adesões, com um total de 9.010 agentes no fim do exercício. Ainda na esfera das iniciativas benéficas em prol do mercado livre, a Portaria 514/2018 propiciou uma redução da demanda mínima dos consumidores para 2,5 MW em julho de 2019 e, depois, para 2 MW, a partir de janeiro de 2020. E, junto ao Ministério de Minas e Energia, propusemos um debate sobre a figura do Varejista. Nossa sugestão não foi acolhida, o que é absolutamente normal num ambiente de diálogo franco, democrático e aberto a diferentes perspectivas.

No mercado regulado, por sua vez, realizamos cinco leilões que movimentaram R\$ 59 bilhões. Com os certames, foi possível expandir a matriz elétrica brasileira, por meio da contratação de usinas eólicas, fotovoltaicas, térmicas a gás natural e hidrelétricas. Aliás, em outra frente de trabalho, a CCEE desenvolveu estudos sobre a modernização do parque térmico, observando os impactos financeiros de usinas contratadas no passado e que terão seus contratos encerrados em 2023. Nossos especialistas conseguiram identificar uma janela de oportunidade e, como consequência direta deste esforço, está agendado um leilão em 2020 para empreendimentos novos e existentes.

Vale destacar a realização do 1º Leilão do Sistema Isolado, que viabilizou a contratação de soluções de suprimento para Boa Vista e localidades conectadas em Roraima, assegurando a geração local na região e reduzindo os custos com energia.

Mais uma vez, o principal desafio da CCEE foi a judicialização do risco hidrológico, o GSF (Generation Scaling Factor). Não foi possível alcançar uma solução definitiva em 2019, porém, mesmo assim, obtivemos vitórias relevantes. Uma delas foi a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 10.985/2018, que visa estabelecer novas condições para um acordo. O projeto, agora, encontra-se no Senado para reavaliação. A CCEE também liderou as discussões sobre aprimoramentos no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, ressaltando o impacto da energia de reserva no risco hidrológico das usinas.

A instituição também não poupou esforços para ajudar o mercado com simulações e discussões sobre formação de preço. Os modelos computacionais passaram por ajustes e avançamos na análise da volatilidade do preço, conseguindo o compromisso de que o tema será priorizado em 2020 na Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (CPAMP). Obtivemos, ainda, uma decisão importante sobre a implementação do preço horário para janeiro de 2021, enquanto a operação do sistema, feita pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) já utilizará o modelo Desses em janeiro de 2020.

Desde sua fundação, a CCEE, que comemorou 20 anos em 2019, tem a prerrogativa de estudar e viabilizar estratégias de renovação e evolução para o mercado energético. Nossa responsabilidade foi reforçada em 2019, com a designação, concedida pelo Ministério de Minas e Energia, de liderarmos as discussões sobre temas importantes num Grupo de Trabalho de Modernização do Setor. É mais uma confirmação da relevância e do reconhecimento obtido pela instituição.

Falando em tecnologia, 2019 foi um ano de transformação dos sistemas da CCEE, que começaram a implementar a visão única do cliente desenhada pelo Programa de Gestão de Clientes. Tivemos o lançamento da Plataforma Cadastral e do Ambiente de Operações, que são marcos significativos nessa mudança, além da ampliação dos serviços oferecidos pela Plataforma de Integração.

Pela quarta edição consecutiva, fomos agraciados com o Prêmio Empresa Pró-Ética, organizado pela Controladoria Geral da União (CGU). O selo reconhece e valoriza instituições que zelam pelas boas práticas e pela conduta íntegra em sua rotina, em seus procedimentos operacionais, na relação com os colaboradores, clientes e parceiros.

Por fim, me permito abordar outro ponto importante nesta jornada de 2019. Fui reeleito por unanimidade como presidente do Conselho de Administração da CCEE, um feito que me traz orgulho e, também, gratidão pela confiança depositada em meu trabalho. O novo mandato traz a oportunidade de consolidar iniciativas ainda em desenvolvimento, que já estão se provando bem-sucedidas, e dar início a desafios mais complexos que elevarão ainda mais a satisfação dos agentes e o protagonismo da instituição no mercado elétrico.

2020 está aí, e não será mais fácil do que o ano que passou. Mas tenho a certeza de que, com o talento dos nossos profissionais e a parceria exitosa com agentes e instituições, comemoraremos muitas vitórias e avanços!

Rui Altieri

Presidente do Conselho de Administração da CCEE

QUEM SOMOS

A Instituição

[HOME](#) / [A INSTITUIÇÃO](#) / [QUEM SOMOS](#)

Há 20 anos, a CCEE garante a energia para todos os brasileiros



Imperceptível para os cidadãos brasileiros, mas fundamental para a vida de todas as pessoas. Desta maneira, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE desempenha sua missão há 20 anos com excelência técnica, ética, transparência, segurança, inovação e valorização do ser humano.

A energia que abastece 69 milhões de residências e 5 milhões de empresas, em 5.570 municípios, é gerada, negociada e distribuída em operações realizadas na CCEE. É assim desde que a Câmara de Comercialização surgiu, em 1999, batizada como Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – Asmae. Um ano depois, a nomenclatura mudaria para Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. E só em 2004, por meio do artigo 4º da Lei nº 10.848, a instituição ganharia a identidade que conserva até hoje.

Conhecida como “A Casa do Mercado”, a CCEE é o órgão responsável por viabilizar as negociações de compra e venda de energia elétrica em todo o território brasileiro. A instituição é uma pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, mantida pelas empresas do setor elétrico, e cujos atos são regulados e fiscalizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Sediada em São Paulo, a instituição desempenha suas funções com aproximadamente 400 colaboradores e conecta 9 mil associados entre empresas de geração de serviço público, produtores independentes, autoprodutores, distribuidoras, comercializadoras, importadoras e exportadoras de energia, além de consumidores livres e especiais de todo o país.

Em 2019, a CCEE completou duas décadas de exitosa atuação, assumindo para si, em toda sua trajetória, a responsabilidade de constituir um ambiente íntegro para negociações de energia elétrica, e de fomentar o desenvolvimento, a qualificação e o incremento de inovações do setor. Para alcançar metas tão elevadas, a instituição se cercou de profissionais com reconhecida excelência técnica, e criou mecanismos para estimular discussões sobre aperfeiçoamentos regulatórios e oferecer cursos e capacitações para os agentes de mercado.



A quantidade e a complexidade das tarefas assumidas pela CCEE evidenciam sua importância para a economia e o progresso do país, e para a rotina diária de 209 milhões de pessoas que dependem da energia elétrica para tomar um banho quente, refrigerar e armazenar alimentos, trabalhar, estudar em cursos online, conversar à distância pela internet e se informar pela TV.

A CCEE está em cada lâmpada acesa no Brasil!

[CONHEÇA A MISSÃO, VISÃO E VALORES](#)

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Instituição

HOME / A INSTITUIÇÃO / MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão, Visão e Valores

Ao longo de sua jornada, a CCEE expandiu seu alcance incorporando atribuições e assumindo uma postura de protagonismo no mercado brasileiro de energia elétrica. Nossos colaboradores agem de acordo com uma política de boas práticas condizente com a postura esperada nas organizações ancoradas na ética e transparência. Confira, abaixo, a missão e a visão da CCEE, e os valores em que acreditamos:

Missão

Viabilizar a comercialização de energia elétrica no Brasil.

Visão

Ser reconhecida como facilitadora do desenvolvimento do mercado de energia elétrica.

Valores

ÉTICA



Atuar com integridade, com base na honestidade, na moralidade, na coerência e na probidade administrativa.

EXCELÊNCIA



Assegurar o alto padrão de qualidade em nossos trabalhos, com simplicidade e em linha com as melhores práticas do mercado e as necessidades dos clientes.

INOVAÇÃO



Realizar as atividades com visão de evolução organizacional e tecnológica, para gerar valor e conhecimento agregado ao mercado de energia elétrica e à sociedade.

SEGURANÇA



Minimizar os riscos operacionais e institucionais, dotando a organização de pessoas, tecnologias e processos adequados.

TRANSPARÊNCIA



Comunicar, interna e externamente, de forma espontânea, franca e rápida, fomentando clima de confiança entre a equipe CCEE, agentes e parceiros de negócio.

VALORIZAÇÃO DO SER HUMANO



Valorizar e respeitar o ser humano e o trabalho em equipe, reconhecendo as competências e a capacidade intelectual como principais ativos da empresa.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Instituição

HOME / A INSTITUIÇÃO / MISSÃO, VISÃO E VALORES

Mapa Estratégico

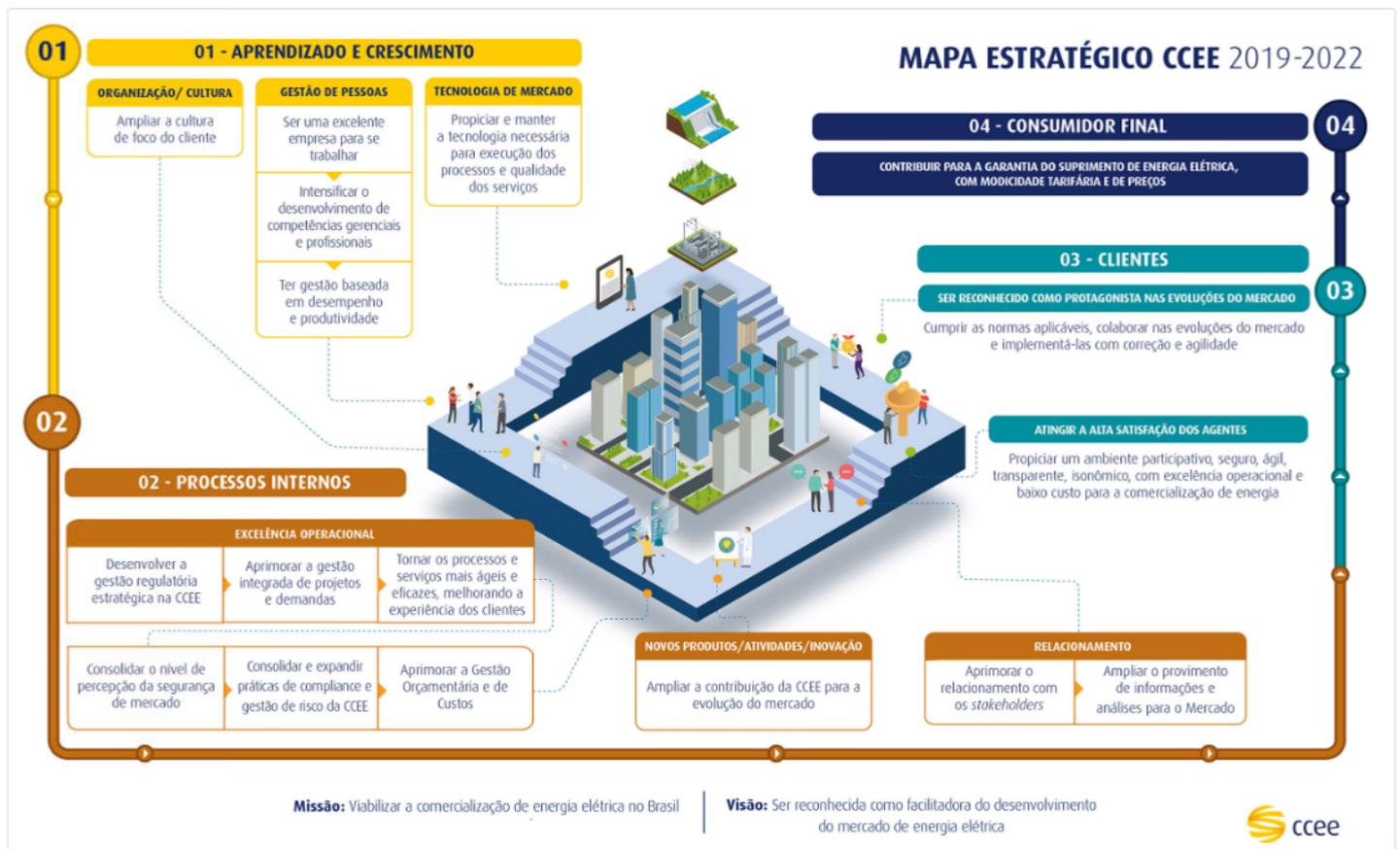
Sem abrir mão dos valores, cumprindo nossa missão e buscando a visão, a CCEE desempenha suas atividades guiada pelo mapa estratégico trienal, definido para o período de 2019 a 2022.

Contribuindo para garantir o suprimento de energia elétrica com modicidade tarifária e de preços, a instituição trabalha em busca de dois grandes objetivos: alcançar a alta satisfação dos agentes e ser protagonista nas evoluções do mercado.

Com foco no protagonismo, anualmente são estabelecidos temas regulatórios prioritários, o Planejamento Regulatório Estratégico. Em 2019, as iniciativas foram voltadas para o equacionamento do GSF, aprimoramentos do MRE, aprimoramento do preço, preço horário e aprimoramento das garantias financeiras. Os cinco assuntos foram completados com a discussão sobre segurança do mercado.

Na vertente da alta satisfação dos agentes, a implementação do Programa de Gestão de Clientes procura transformar a cultura da organização e orientação ao cliente, desde o desenvolvimento tecnológico ao aprimoramento de processos e serviços.

Esse direcionamento de esforços foi essencial para a satisfação geral dos agentes com a CCEE atingir 85,9%, um crescimento de 2,2 pontos percentuais em relação ao resultado da Pesquisa de Satisfação de 2018.



Missão: Viabilizar a comercialização de energia elétrica no Brasil

Visão: Ser reconhecida como facilitadora do desenvolvimento do mercado de energia elétrica



CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DA CCEE

A Instituição

[HOME](#) / [A INSTITUIÇÃO](#) / [CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DA CCEE](#)

20 anos de história registrados em livro escrito por especialistas do setor elétrico

As principais autoridades do setor elétrico brasileiro se reuniram, no dia 7 de fevereiro de 2019, para prestigiar o lançamento do livro comemorativo “20 Anos do Mercado Brasileiro de Energia Elétrica”, que conta a trajetória de duas décadas de atuação da CCEE e a evolução do mercado e do segmento.

O primeiro exemplar da obra foi entregue ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pelo anfitrião da noite, o presidente do Conselho de Administração da CCEE, Rui Altieri. O executivo também entregou em mãos o livro ao diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, André Pepitone; ao diretor-geral do Operador Nacional de Energia Elétrica – ONS, Luiz Eduardo Barata Ferreira; e ao presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Thiago Barral.

Coordenado pelo jornalista Roberto Rockmann, o livro relata os principais fatos nesta trajetória de 20 anos e apresenta a visão de 23 profissionais do setor que dedicaram seus esforços, talentos e conhecimentos para a consolidação do mercado de energia elétrica.

O evento foi realizado na Fecomércio e, entre os mais de 300 participantes, também estavam colaboradores da CCEE e lideranças do mercado. Num pronunciamento emocionado, Altieri destacou a união de todos os agentes para tornar o mercado dinâmico e robusto: “a proximidade, o alinhamento e o constante diálogo com as instituições e o mercado de energia elétrica são aspectos que considero muito importantes e que tenho me dedicado a fortalecer ainda mais”.

O livro pode ser obtido [gratuitamente aqui](#).

CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DA CCEE

A Instituição

HOME / A INSTITUIÇÃO / CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DA CCEE

1999 à 2003

2004 à 2008

2009 à 2013

2014 à 2018

- ▶ Em 10 de fevereiro, a Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia (Asmae) é constituída
- ▶ Em 17 de novembro, Carbochloro se torna o primeiro consumidor livre do País

1999

2000

- ▶ Em 3 de agosto, Aneel homologa as regras do Mercado Atacadista de Energia (MAE) e fixa as diretrizes para a sua implantação
- ▶ Em 1º de setembro, início das operações da Asmae

2001

- ▶ Em 20 de abril, Aneel intervém na Asmae e encerra o modelo de mercado autorregulado
- ▶ Em 1º de junho, governo federal decreta o regime de cotas de racionamento para reduzir o consumo de eletricidade em 20%, que viria ser o embrião da comercialização

2002

- ▶ Em 1º de março, governo anuncia o término do racionamento de energia elétrica
- ▶ Em 24 de abril é sancionada a Lei nº 10.433, que transforma o MAE em entidade jurídica de direito privado, atuando sob regulamentação e fiscalização da Aneel
- ▶ Em 30 de dezembro, 25 meses depois de seu lançamento, MAE realiza a primeira liquidação financeira de sua história, com a primeira tranche de liquidação, sendo a segunda tranche realizada em julho de 2003

2003

Durante o ano, MAE realiza três leilões de compra de energia e um de excedentes



CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DA CCEE

A Instituição

HOME / A INSTITUIÇÃO / CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DA CCEE

1999 à 2003

2004 à 2008

2009 à 2013

2014 à 2018

▶ Em 15 de março, por meio da Lei nº 10.848, governo institui o novo modelo do setor, com a criação da CCEE

▶ Em 7 dezembro, com um aparato de segurança inédito, CCEE realiza o megaleilão de energia existente, que marca o início do chamado Novo Modelo do setor, ao contratar 17 mil MW médios



2004

2005

▶ Em 16 de dezembro, no Rio de Janeiro, CCEE realiza o primeiro leilão para viabilizar a construção de usinas de geração dentro do novo marco regulatório do setor elétrico

CCEE implementa infraestrutura para realização de leilões via internet; número de agentes associados passa de 470 para 826 em 12 meses – uma elevação de 25%

2006

▶ Criação da Energia de Reserva, com primeiro leilão de energia de biomassa



▶ Realizado o leilão da usina de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, com capacidade de 3.750 MW

▶ CCEE promove workshop internacional sobre formação de preço de energia elétrica no mercado de curto prazo

2007

▶ Em dezembro, é realizado o leilão de comercialização da usina de Santo Antônio, em Rondônia, com potência instalada de 3.568 MW, que representa a retomada de projetos hidrelétricos na região Norte

▶ Aneel regulamenta uma nova classe na comercialização: o consumidor especial

2008

CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DA CCEE

A Instituição

HOME / A INSTITUIÇÃO / CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DA CCEE

1999 à 2003

2004 à 2008

2009 à 2013

2014 à 2018

▶ CCEE realiza primeiro leilão voltado exclusivamente à contratação de usinas eólicas

2009

◀ É realizado o leilão da usina hidrelétrica de Belo Monte, uma das maiores do mundo, com capacidade instalada de 11.233,1 MW

◀ Rondônia e Acre passam a integrar o Sistema Interligado Nacional

◀ Realiza-se a maior contratação de energia oriunda de fontes alternativas via leilões: 89 empreendimentos com 2,8 mil MW de potência

◀ Consumidores especiais ultrapassam consumidores livres cadastrados na CCEE, totalizando 587 associados: a classe mais numerosa da comercialização

◀ A CCEE é anfitriã da reunião anual da Association of Power Exchanges (APEX), que realiza seu evento pela primeira vez no Brasil

2011

▶ CCEE ultrapassa marca de dois mil associados e termina dezembro com 2.300 empresas em seu quadro de agentes, alta de 40% em relação a 2011

▶ Entrada em operação do novo sistema de contabilização e liquidação do mercado, o CliqCCEE, que reduz processamento das contabilizações de 40 para 2,5 horas



2012

◀ Mercado brasileiro de energia elétrica passa a contar com nova metodologia de garantias financeiras para o Mercado de Curto Prazo (MCP)

◀ Em janeiro, a Lei nº 12.783 amplia atribuições da CCEE, encarregando-a da liquidação financeira das usinas Angra I e II e das hidrelétricas que tiveram sua concessão renovada

◀ Manaus é integrada ao Sistema Interligado Nacional

2013

CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DA CCEE

A Instituição

HOME / A INSTITUIÇÃO / CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DA CCEE

1999 à 2003

2004 à 2008

2009 à 2013

2014 à 2018

- ▶ Em abril, é lançado o Decreto nº 8.221, que atribui à CCEE a gestão da Conta-ACR, criada para cobrir despesas das distribuidoras decorrentes de exposição involuntária no MCP

2014**2015**

▶ Amapá é conectado ao Sistema Interligado Nacional

▶ CCEE começa o ano com outra nova atribuição: a criação e gestão da Conta Centralizadora de Recursos das Bandeiras Tarifárias (Conta Bandeiras)

▶ Criação da figura do comercializador varejista, com regulamentação pela Aneel

▶ Entra em vigor a Resolução nº 688, que flexibiliza o ponto de medição para os consumidores especiais

▶ Em dezembro é sancionada a Lei nº 13.203, que trata da repactuação do risco hidrológico das geradoras

▶ Em março, entra em vigor a Resolução nº 759, que simplifica a medição para os consumidores livres; CCEE bate a marca de mais de sete mil pontos de medição beneficiados com a flexibilização.

▶ Em maio, CCEE torna-se responsável pela gestão e operação das contas setoriais (CDE, CCC e RGE), em atendimento à Lei nº 13.360, de 2016

▶ Em julho, governo lança a Consulta Pública nº 33 para discutir aperfeiçoamentos no modelo

2016**2017**

▶ CCEE supera a marca de 10 mil pontos de medição associados ao Sistema de Coleta de Dados de Energia (SCDE)

▶ Em busca de redução de custo, 2.303 empresas migram para o mercado livre de energia; número de pedidos de adesão de consumidores aumenta 25 vezes na comparação com 2015

▶ O governo federal divulga a Consulta Pública nº 21 para avaliar o mercado livre e o potencial de expansão do segmento

▶ CCEE avança nos estudos para implantação do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD Horário, em base diária, disponibilizando simulações ao mercado (operação sombra)

▶ Em maio, é instalada no Congresso comissão especial para analisar o Projeto de Lei nº 1917, que trata da ampliação do mercado livre

2018

A CCEE EM NÚMEROS

A Instituição

[HOME](#) / [A INSTITUIÇÃO](#) / [A CCEE EM NÚMEROS](#)

PRINCIPAIS NÚMEROS DA CCEE EM 2019



9.010

AGENTES



6.136

CONSUMIDORES ESPECIAIS



19

VAREJISTAS HABILITADOS



18.101

ATIVOS MODELADOS



R\$ 6,40 bilhões

ARRECADADOS NA CONTA BANDEIRAS



23.485

PONTOS DE MEDIÇÃO DE ENERGIA
CADASTRADOS NO SCDE



10.848

PONTOS DE MEDIÇÃO BENEFICIADOS PELA
FLEXIBILIZAÇÃO



64.704

CONTRATOS REGISTRADOS AO FIM DE 2019



158.459

MW MÉDIOS EM ENERGIA ELÉTRICA
COMERCIALIZADA (DEZ/19)



R\$ 59,38 bilhões

EM MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NOS LEILÕES



115

NOVOS EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS
NOS LEILÕES



1.592,9 MW

INJETADOS NO SISTEMA POR MEIO DE LEILÕES
REGULADOS



R\$ 18,7 bilhões

LIQUIDADOS NO MERCADO DE CURTO PRAZO –
MCP



84.273

MW MÉDIOS EM GARANTIA FÍSICA



66.045

MW MÉDIOS EM GERAÇÃO BRUTA DE ENERGIA



63.229

MW MÉDIOS EM CONSUMO BRUTO DE ENERGIA



159 cursos

NO PORTAL DO APRENDIZADO, COM 64 HORAS
DE ESTUDOS



38 mil matrículas

EM CURSOS PRESENCIAIS E ONLINE



40.596

CHAMADOS ATENDIDOS NA CENTRAL DE
ATENDIMENTO



44 eventos

REALIZADOS PELA CCEE COM A PARTICIPAÇÃO
DE PÚBLICO EXTERNO

GOVERNANÇA

Governança

HOME / GOVERNANÇA / GOVERNANÇA

Governança comprometida com excelência, inovação e segurança

A Governança Corporativa se encarrega de zelar e garantir que os valores em que a CCEE acredita sejam adotados por todos os colaboradores, influenciando positivamente, também, a conduta de agentes do mercado. Entre estes valores, estão o compromisso com a ética, a excelência, a inovação, a segurança, a transparência e a valorização do ser humano.

A Convenção de Comercialização e o Estatuto Social regem o funcionamento da CCEE, apontando padrões para as negociações de energia elétrica, e determinando os direitos e deveres dos associados e de todas as instâncias de governança da instituição.

Instâncias da Governança CCEE

A governança corporativa da CCEE é constituída por duas instâncias: Conselho de Administração e Superintendência.

O **Conselho de Administração** é composto por cinco integrantes eleitos pelos associados durante Assembleia Geral Ordinária, com mandatos de quatro anos, podendo ser reconduzidos apenas uma vez. É papel dos conselheiros delinear os rumos estratégicos da instituição.

A **Superintendência**, por sua vez, é a executora operacional das decisões tomadas pelo conselho, gerindo diretamente o corpo de colaboradores e garantindo a eficácia da rotina da CCEE.

Por fim, a instituição possui o **Conselho Fiscal**, que infere a integralidade dos atos administrativos e da execução dos preceitos estatutários.

Conheça, agora, as minúcias das instâncias da governança da CCEE:

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral reúne todo o quadro associativo da CCEE, composto por comercializadores, distribuidores, importadores, exportadores, produtores independentes e autoprodutores de energia elétrica, além dos consumidores livres e especiais. É a instância máxima de deliberação da Câmara de Comercialização.

As reuniões ordinárias, obrigatoriamente, são realizadas até o dia 30 de abril e 31 de outubro de cada ano. Já os encontros extraordinários não possuem qualquer limitação de data, e podem ser convocados a qualquer momento para que sejam tratados assuntos que exijam urgência.

Estas são algumas das atribuições da Assembleia Geral:

- Eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração da CCEE;
- Eleição ou destituição dos membros do Conselho Fiscal da CCEE;
- Aprovação das auditorias de sistemas e operações;
- Aprovação das demonstrações financeiras;
- Aprovação dos orçamentos da instituição;
- Eventuais alterações no estatuto social.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na Assembleia Geral, três categorias – geradores, distribuidores e comercializadores de energia – indicam, cada uma, seu representante para o Conselho de Administração. E juntas, escolhem um quarto conselheiro. O quinto integrante do órgão colegiado, que é o presidente, é indicado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e aprovado pelos agentes na assembleia geral.

Conheça, agora, as principais atribuições dos membros do Conselho de Administração da CCEE:

- Assegurar que as regras e procedimentos de comercialização de energia sejam cumpridos;
- Aprovar a inclusão ou exclusão dos agentes da CCEE;
- Administrar todas as demandas da CCEE;
- Supervisionar as operações do mercado e os agentes;
- Elaborar o cronograma de contabilização e liquidação das operações de compra e venda de energia elétrica efetuadas no âmbito da CCEE;
- Convocar e organizar as Assembleias Gerais e aprovar o calendário anual de suas reuniões ordinárias;
- Encaminhar à ANEEL relatórios mensais de monitoramento do mercado.

GOVERNANÇA

Governança

[HOME](#) / [GOVERNANÇA](#) / [GOVERNANÇA](#)

SUPERINTENDÊNCIA

A responsabilidade pela rotina operacional da CCEE pertence à Superintendência, um órgão executivo que assegura o funcionamento da instituição e garante que as decisões tomadas nas Assembleias Gerais sejam integralmente colocadas em prática.

O presidente da Superintendência é eleito para um mandato de quatro anos que pode ser renovado por mais quatro. O atual ocupante do cargo é Rui Altieri, presidente do Conselho de Administração.

As principais responsabilidades da Superintendência são:

- Propiciar a segurança das operações realizadas na esfera da CCEE;
- Difundir as informações sobre as operações do mercado ao público e aos agentes;
- Concretizar as decisões do Conselho de Administração;
- Assegurar o cumprimento das regras e procedimentos de comercialização de energia.

CONSELHO FISCAL

Também durante a Assembleia Geral, os associados da CCEE elegem três membros titulares e três suplentes para o Conselho Fiscal. O mandato é de dois anos, e pode ser renovado por mais dois, apenas uma vez.

Vejas quais são as principais responsabilidades do Conselho Fiscal da CCEE:

- Supervisionar os feitos da administração da CCEE, validando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- Cooperar com pontos de vista adicionais sobre as demonstrações financeiras da instituição.

Titulares:

- Tiago Lucimar da Silva (Engie), eleito em 2018;
- Juliano Alexandre Cordeiro de Seixas (Cemig), eleito em 2018;
- Luiz Roberto Alves Correia (Eletrobras Holding), eleito em 2018.

Suplentes:

- Maurício Tadashi Ronchetti (Copel), eleito em 2018;
- Maura Peretti (Celesc Distribuição), eleita em 2018;
- Rachel Marques Marcato (Neoenergia), eleita em 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Governança

[HOME](#) / [GOVERNANÇA](#) / [CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO](#)



Ary Pinto, Roseane Santos, Rui Altieri, Talita Porto e Solange David

Conselho de Administração define estratégias da CCEE

Cinco dos mais capacitados especialistas em geração, comercialização e distribuição de energia elétrica do Brasil formam o Conselho de Administração da CCEE. Um colegiado que age com total e absoluta independência na gestão da instituição e na contribuição dos passos estratégicos do setor.

Entre as atribuições dos conselheiros estão o balizamento das práticas operacionais e da doutrina financeira da CCEE. É dos integrantes do Conselho, também, a responsabilidade de decidir sobre a adesão e o desligamento de agentes de mercado, submeter pareceres às Assembleias Gerais e aprovar a contratação de auditorias externas.

Os conselheiros são apontados por agentes das categorias de geração, distribuição e comercialização. Cada setor indica um nome e, juntos, todos escolhem um quarto integrante. O quinto membro é indicado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e assume a presidência do colegiado, após aprovação dos agentes em assembleia geral. Cada conselheiro é responsável pela gestão de uma das cinco áreas da CCEE. Os mandatos duram quatro anos e é permitida apenas uma recondução.

Diariamente, os conselheiros conduzem suas atividades na CCEE, mas se reúnem semanalmente para deliberações do órgão em suas reuniões periódicas, realizadas às terças-feiras. Conheça o presidente e os membros do colegiado em 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Governança

[HOME](#) / [GOVERNANÇA](#) / [CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO](#)

RUI ALTIERI

Presidente

O engenheiro eletricitista Rui Altieri foi eleito para presidir o Conselho de Administração em 2015 e reeleito para um segundo mandato em 2019. Antes de assumir o cargo, foi superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado e superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Altieri tem mais de 35 anos de experiência no setor e também desempenhou cargos de gestão por mais duas décadas na Celpe, estando a frente da regional de Tucuruí e do departamento de Operação do Sistema Elétrico. Além de presidir o Conselho, é responsável pela área Estratégica.



SOLANGE DAVID

Vice-Presidente

A advogada, historiadora, mestre e doutora em engenharia elétrica, Solange David, é vice-presidente do Conselho de Administração. Foi eleita em abril de 2014, após atuar por 13 anos como gerente executiva jurídica da CCEE, e reconduzida ao cargo em 2016. Também é professora de pós-graduação no MBA de Energia da Universidade de São Paulo – USP e da Fundação Getúlio Vargas – FGV-RJ. Coordena o Comitê de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro de Estudos do Direito da Energia – IBDE e é vice-presidente da Comissão de Direito da Energia da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. No Conselho de Administração, é responsável pela área de Operações de Mercado.



ARY PINTO

Conselheiro

O engenheiro eletricitista e administrador Ary Pinto começou a carreira na Chesf, onde exerceu o cargo de Chefe da Divisão de Planejamento da Geração. Também foi assessor da diretoria da Aneel e ocupou cargos de liderança em diversas empresas do setor. Dentre elas, destacam-se a NC Energia, a Celpe, onde dirigiu as áreas de comercial e de mercado (2004-2009) e de engenharia (2009-2012), e a Celtins, na qual ocupou o cargo de superintendente. Possui mestrado em estratégia empresarial (UFPE), e especialização em planejamento da operação e expansão de energia elétrica (UNICAMP), bem como pós-graduação pela George Washington University, nos EUA, onde concluiu trabalho sobre tendências do mercado atacadista de energia no Brasil. Foi eleito para o Conselho de Administração da CCEE, em maio de 2014, sendo reconduzido ao cargo em 2016, onde é responsável pela área de Tecnologia do Mercado. Na área acadêmica, ocupa desde 1991 o cargo de professor titular da Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco, sendo responsável pelas disciplinas de mercado e comercialização de energia.



ROSEANE SANTOS

Conselheira

A advogada Roseane Santos foi eleita para o Conselho de Administração da CCEE em maio de 2019. Possui MBA em Direito e Economia da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Possui mais de duas décadas de experiência no setor elétrico, tendo atuado em funções de Diretoria Jurídica no Grupo Neoenergia. Também ocupou a frente da diretoria jurídica, regulatória e de relações com investidores na Multiner e MESA S.A [Grupo Bolognesi]. Na CCEE, é responsável pela área Corporativa.



TALITA PORTO

Conselheira

Talita Porto é engenheira eletricitista, com mestrado em pesquisa operacional pela PUC-Rio e especialização em Direito da Energia Elétrica. Tem mais de vinte e cinco anos de experiência no setor elétrico, com passagens pela Eletrobras, CEPEL, Furnas, PSR, Andrade & Canellas Consultoria, AES Tietê e Renova Energia nas áreas de regulação, comercialização de energia, avaliação de projetos, planejamento da expansão e desenvolvimento de software para planejamento da expansão e despacho hidrotérmico brasileiro. Entre 2005 e 2009, foi uma das fundadoras da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, onde exerceu cargo de Superintendente de Geração de Energia. Foi conselheira da Abragel, além de acumular atuações em outras importantes associações do setor como a Abeeólica, a Apine e a Absolar. Desde 2016, integra o Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, atuando nas definições da política operacional e financeira da instituição. A partir de 2019, assumiu a área de Gestão de Mercado da instituição.

ORGANOGRAMA DA EMPRESA

HOME / GOVERNANÇA / ORGANOGRAMA DA EMPRESA

Governança

Confira, abaixo, o organograma operacional da CCEE, com sua estrutura hierárquica e as distribuições de responsabilidades por área.



COMPLIANCE E AUDITORIA

Governança

[HOME](#) / [GOVERNANÇA](#) / [COMPLIANCE E AUDITORIA](#)

CCEE conquista prêmio Pró-Ética pela quarta vez e realiza mais de 300 auditorias

A ética e a integridade são essenciais para os negócios da CCEE. Este compromisso está evidenciado nos pilares do programa de integridade que norteiam os comportamentos dos colaboradores e promovem um relacionamento saudável com os stakeholders: agentes, associações representativas, fornecedores, governo e sociedade.

Nosso programa de integridade consiste em:

- **Código de Conduta:** é o direcionador do comportamento ético e da conduta a ser seguida por colaboradores e terceiros que atuam para a CCEE;
- **Canal de denúncia externo “Oi CCEE”:** empresa independente especializada no recebimento de denúncias, reconhecida por assegurar a confidencialidade das informações e o anonimato dos usuários, apurando com independência os casos recebidos;
- **Comitê de ética:** órgão colegiado composto pelo Jurídico, Recursos Humanos, Compliance e presidente da CCEE, que segue procedimentos para dar encaminhamento aos assuntos recebidos;
- **Treinamento e Comunicação:** envolve ações de aculturação da organização nas questões relacionadas à ética e conduta, bem como dissemina a importância da responsabilidade social corporativa;
- **Diretrizes normativas:** definição de um arcabouço normativo que norteia as diretrizes e procedimentos a serem seguidos na organização;
- **Diligência:** avaliar a situação dos proponentes a agentes, colaboradores e fornecedores.

Cabe ressaltar que a conduta da CCEE, por meio de seu comprometimento e valoração dos pilares do Programa de Integridade, foi reconhecida com o Prêmio Pró-Ética 2018-2019 pela quarta edição consecutiva. A distinção, promovida pela Controladoria Geral da União, listou a CCEE entre 26 empresas que se destacam pela atuação íntegra, ética, transparente e verdadeiramente comprometida com a prevenção e o combate à corrupção e demais atos ilícitos.

No âmbito regulatório, a CCEE preza estar sempre em conformidade, por meio de algumas ações:

- Identificação e sinalização das obrigações regulatórias que impactam as operações da CCEE (Procedimentos de Comercialização, Regras, Instrumentos Legais e Regulatórios) buscando de forma tempestiva a conformidade;
- Acompanhamento das fiscalizações de órgãos reguladores, bem como implementação de ajustes recomendados, caso seja necessário.

A tabela a seguir apresenta informações relacionadas às fiscalizações realizadas na CCEE em 2019.

Área da ANEEL responsável	Objeto da fiscalização
SFF – Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira	Conta no Ambiente de Contratação Regulada (Conta ACR)
	Contas Setoriais: Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e Reserva Global de Reversão (RGR)
	Cotas de Energia Nuclear (CEN)
	Cotas de Garantia Física (CGF)
	Conta de Energia de Reserva (CONER)

COMPLIANCE E AUDITORIA

Governança

HOME / GOVERNANÇA / COMPLIANCE E AUDITORIA

Auditoria Externa

A Auditoria Externa visa assegurar a conformidade dos sistemas e das operações em relação aos dispositivos legais e regulatórios do setor elétrico brasileiro. Saiba quais foram as auditorias externas das operações da CCEE realizadas em 2019:

Operação analisada	Certificados de conformidade
Contabilização e Recontabilização	12
Liquidação do Mercado de Curto Prazo	12
Processamento do MCSD Energia Existente	12
Processamento do MCSD Energia Nova	8
Liquidação do MCSD Energia Existente	12
Liquidação do MCSD Energia Nova	12
Receita de venda	12
Custo Variável Unitário - CVU - cálculo e revisão	24
Energia de Reserva (apuração do encargo)	12
Liquidação de Energia de Reserva	12
Conta de Energia de Reserva – CONER	12
Cotas de Garantia Física	12
Liquidação de Cotas de Garantia Física	12
Cotas de Energia Nuclear	12
Liquidação de Cotas de Energia Nuclear	12
Liquidação do Mecanismo de Venda de Excedentes	12
Asseguração de Sistemas – Módulos do CliqCCEE 9.0	34
Conta ACR	42
Conta Bandeiras Tarifárias	8
Contas Setoriais	36
Demonstrações Financeiras da CCEE	1

Auditoria Interna

A Auditoria Interna cumpre o papel de subsidiar a alta direção com dados e informações técnicas para acompanhamento e supervisão de assuntos corporativos, técnicos e tecnológicos.

Em 2019, foram realizadas oito auditorias que envolveram as seguintes áreas da CCEE:

Áreas	Auditorias
Operações de Mercado (6)	<ul style="list-style-type: none"> 1º Leilão do Sistema Isolado; 29º Leilão de Energia Nova; 30º Leilão de Energia Nova; 21º e 22º Leilão de Energia Existente; Mecanismo de Venda de Excedentes (junho, setembro e dezembro); Engenharia e Operações de Medição;
Gestão de Mercado (1)	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento de Agentes.
Tecnologia de Mercado (1)	<ul style="list-style-type: none"> Suporte e Infraestrutura.

COMPLIANCE E AUDITORIA

Governança

[HOME](#) / [GOVERNANÇA](#) / [COMPLIANCE E AUDITORIA](#)

Gestão de riscos e conformidade

A Gestão de Riscos e Conformidade, com o propósito de fornecer razoável segurança para o funcionamento sustentável da CCEE, identifica, analisa, mensura, trata e monitora os riscos que podem influenciar negativamente no cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição.

Em linha com os modelos de melhores práticas no mercado, o processo conta com a participação do Conselho de Administração, estabelecendo diretrizes em relação aos riscos e às diversas unidades de negócios.

Com isso, ao longo de 2019, a CCEE revisou sua política e norma de riscos objetivando aprimorar o acultramento institucional, incluindo os papéis e atribuições de todos os envolvidos para o monitoramento contínuo da exposição aos riscos.

Segurança da Informação:

Garantir a privacidade das informações é ponto fundamental em nosso relacionamento com os agentes. Assim, estamos sempre aprimorando os nossos processos e sistemas para que contribuam com a segurança das informações.

Investimos em tecnologia de monitoramento para proteção de nossos ativos e informações dos nossos agentes. Periodicamente, implementamos segurança física, e avaliamos nossa infraestrutura para garantir que os softwares sejam corretamente atualizados e estejam com seus parâmetros de segurança configurados conforme as orientações do fabricante e de acordo com as melhores práticas de mercado.

EVOLUÇÕES DO MERCADO

Mercado

HOME / MERCADO / EVOLUÇÕES DO MERCADO

Mercado Livre tem redução de requisitos para consumidores livres e mercado regulado prepara leilão inédito

O mercado de energia elétrica é dividido em dois ambientes de comercialização. Responsável por 70% do consumo de energia do Brasil, o Ambiente de Contratação Regulado – ACR, conhecido como mercado regulado, é caracterizado pela atuação das distribuidoras que adquirem energia nos leilões realizados pela CCEE, viabilizando a construção de empreendimentos geradores. Em 2019, este mercado percebeu uma forte migração de consumidores cativos para o Ambiente de Contratação Livre – ACL, denominado mercado livre.

Mesmo com essa movimentação, a contratação de novas usinas foi representativa, afinal foram 115 empreendimentos negociados nos leilões. Um fato significativo foi a concepção do Leilão de Energia Existente A-5, que será realizado em 2020. Após uma análise e ação protagonizada pela CCEE junto ao Ministério de Minas e Energia, o setor elétrico preparou o primeiro certame que reunirá projetos novos e existentes para modernização do parque térmico. A portaria do leilão indica que serão contratados apenas térmicas a gás natural ou carvão mineral com CVUs limitados a R\$ 300/MWh.

ACR	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
2019	49.781,27	48.246,88	46.085,31	45.626,65	44.101,59	41.788,51	41.116,84	41.785,79	44.283,61	46.110,15	45.914,21	45.884,75	45.041,72
2019 vs. 2018	8,03%	6,55%	-2,63%	2,58%	4,03%	0,07%	-1,13%	-1,11%	2,42%	2,91%	2,47%	-0,01%	2,01%
2018	46.080,44	45.280,79	47.330,74	44.480,82	42.393,44	41.760,10	41.587,39	42.255,07	43.235,51	44.805,29	44.808,29	45.889,80	44.156,25

ACL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
2019	19.722,36	20.021,17	19.414,65	19.559,16	19.508,43	19.229,81	19.257,40	19.399,35	19.471,67	20.190,43	20.061,67	18.753,55	19.544,89
2019 vs. 2018	4,33%	2,83%	-1,70%	0,42%	7,56%	3,20%	1,26%	1,34%	2,71%	3,67%	2,19%	1,89%	2,44%
2018	18.904,20	19.469,78	19.750,78	19.477,83	18.136,99	18.634,12	19.016,96	19.143,31	18.957,16	19.475,89	19.631,49	18.406,09	19.079,52

Por outro lado, o mercado livre segue registrando crescimento significativo. Criado em 1995 para estabelecer um ambiente de negociação direta, em que os grandes consumidores podem negociar a compra de energia junto aos seus fornecedores preferenciais. Os preços e o prazo dos contratos são definidos livremente entre as partes.

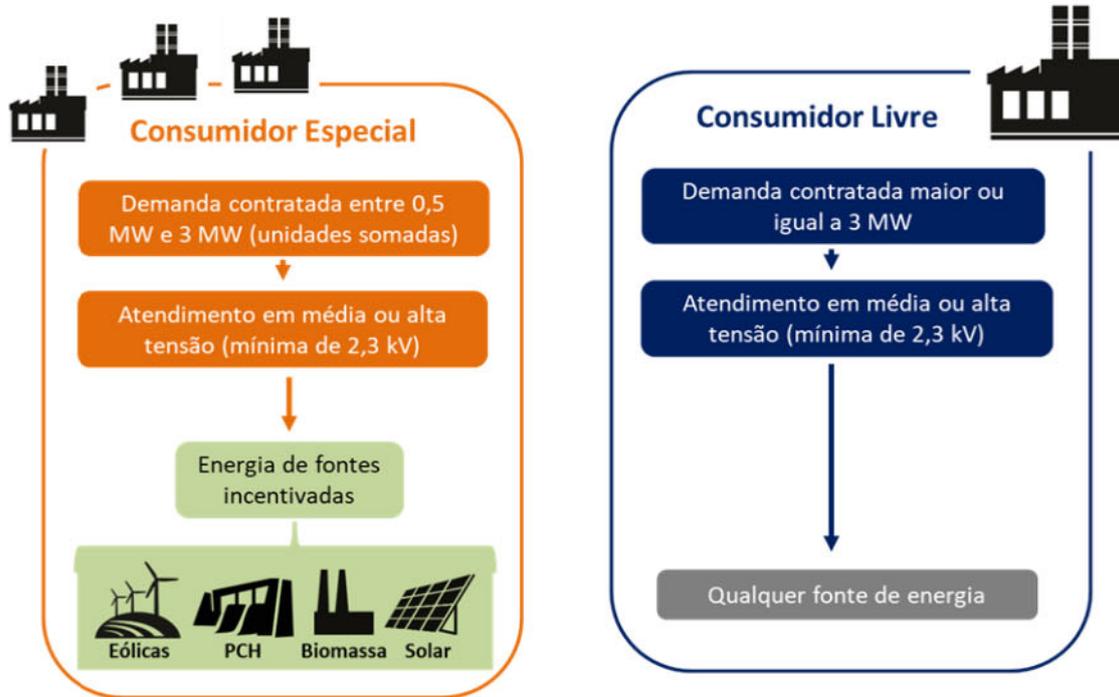
Em 2019, a CCEE implementou a primeira fase da redução dos requisitos mínimos para caracterização de um consumidor livre, conforme Portaria MME nº 514/2018. A partir de julho, os consumidores com demanda a partir de 2,5 MW passaram a ser classificados como livres, tendo a liberdade de contratar energia de qualquer fonte. A instituição também preparou seus sistemas e o mercado para a segunda fase de redução, que iniciaria em janeiro de 2020, abaixando a faixa limite para 2 MW.

EVOLUÇÕES DO MERCADO

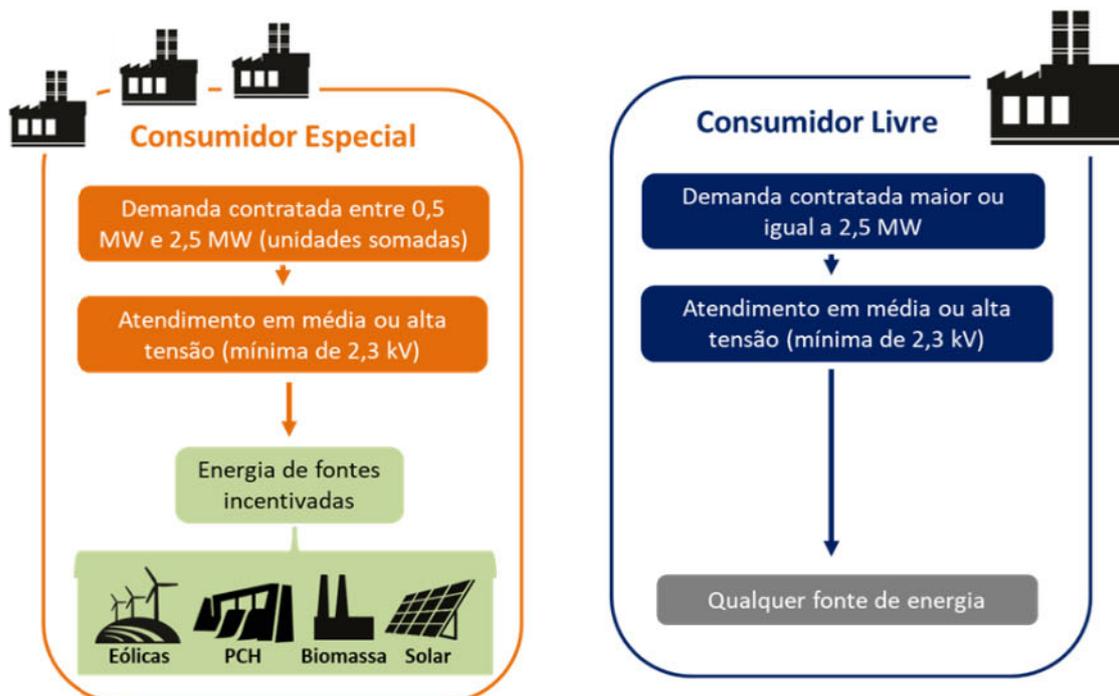
Mercado

HOME / MERCADO / EVOLUÇÕES DO MERCADO

Requisitos para consumidores do mercado livre (janeiro a junho de 2019):



Requisitos dos consumidores do mercado livre (julho a dezembro de 2019):



AGENTES

Mercado

HOME / MERCADO / AGENTES

Número de agentes cresceu 18,3% em 2019

Com os avanços do mercado livre e a contratação de novos empreendimentos nos leilões do mercado regulado, 2019 foi um novo período de crescimento da base de agentes da CCEE. Entre os meses de dezembro de 2018 e de 2019, a quantidade de agentes saltou de 7.619 para 9.010. Desta forma, a elevação alcançou o índice de 18,3%, superando a marca de 11% de 2018.

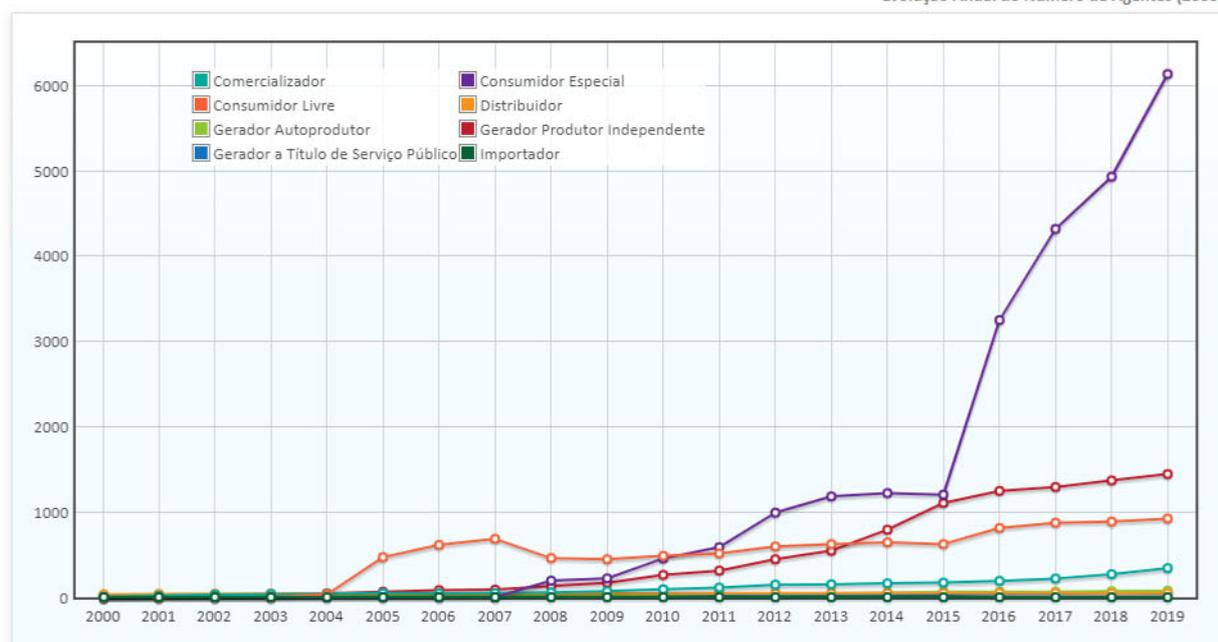
Representando 68,1% dos agentes, os consumidores especiais somaram 6.135 agentes, um crescimento de 24% em relação a dezembro de 2018. Outro destaque ficou para a classe de Comercializadores, com um salto de 26% e um total de 341 aderidos.

Confira, na tabela abaixo, a variação mensal do número de agentes, por classe, no exercício de 2019:

Evolução Anual do Número de Agentes (2000-2019)

Classe	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Gerador Autoprodutor	0	3	8	11	11	14	15	21	24	28	34	41	42	44	51	62	63	65	70	76
Comercializador	5	18	31	35	41	47	44	48	55	70	93	113	147	151	163	171	191	219	270	341
Consumidor Livre	0	0	0	0	34	470	613	684	459	445	485	514	595	623	643	623	812	874	887	922
Consumidor Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	194	221	455	587	992	1.182	1.221	1.203	3.250	4.139	4.932	6.135
Distribuidor	35	39	41	42	42	43	43	43	43	45	45	46	47	47	48	49	50	49	46	48
Gerador a Título de Serviço Público	15	19	19	20	20	22	27	30	29	28	28	31	32	33	33	31	42	47	45	44
Importador	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Gerador Produtor Independente	2	15	26	37	45	65	83	88	130	169	262	312	445	545	791	1.105	1.247	1.293	1.369	1.444
TOTAL	58	95	126	146	194	662	826	915	935	1.007	1.403	1.645	2.300	2.625	2.950	3.244	5.655	6.865	7.619	9.010
Expansão (%)		64%	33%	16%	33%	241%	25%	11%	2%	8%	39%	17%	40%	14%	11%	12%	74%	112%	11%	18%

Evolução Anual do Número de Agentes (2000-2019)



AGENTES

Mercado

HOME / MERCADO / AGENTES

Evolução de Agentes 2018/2019

Classe	Participação				Evolução
	dez/19	[%]	dez/18	[%]	2019/2018
Gerador a Título de Serviço Público	44	0,5%	45	0,6%	-2%
Gerador Autoprodutor	76	0,8%	70	0,9%	9%
Distribuidor	48	0,5%	46	0,6%	4%
Comercializador	341	3,8%	270	3,5%	26%
Gerador Produtor Independente	1.444	16,0%	1.369	18,0%	5%
Consumidor Especial	6.135	68,1%	4.932	64,7%	24%
Consumidor Livre	922	10,2%	887	11,6%	4%
Total	9.010	100%	7.619	100%	18%

Geração

Aumento de 5% no total de Produtores Independentes

A categoria de geração de energia é dividida em Gerador a Título de Serviço Público, Produtor Independente e Autoprodutor. Com o acréscimo de 75 agentes, os produtores independentes alcançaram a marca de 1.444 associados, crescimento de 5% em relação a dezembro de 2018.

Distribuição

2019 termina com 48 Distribuidores Associados na CCEE

Em 2019, a base de distribuidores da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica teve o acréscimo de dois cadastrados, finalizando o exercício com o total de 48 agentes. Desde o ano de 2000, a categoria registrou um crescimento de 40%.

Comercialização

Consumidores Especiais lideram expansão da categoria

A categoria de comercialização de energia é dividida em Comercializador, Consumidor Especial, Consumidor Livre e Importador. O destaque de 2019, em termos quantitativos, foi a classe de Consumidores Especiais com 6.135 agentes, registrando aumento de 24% em relação a dezembro de 2018. Em termos percentuais, a classe de Comercializador, com aumento de 26%, também teve papel significativo no avanço do número de agentes. A CCEE terminou 2019 com 341 comercializadoras.

COMERCIALIZADORES VAREJISTAS

Mercado

HOME / MERCADO / COMERCIALIZADORES VAREJISTAS

8 comercializadores varejistas habilitados em 2019

A CCEE procedeu a habilitação de oito novos comercializadores varejistas em 2019, alcançando a marca de 19 agentes autorizados a atuar neste segmento. A categoria de comercializadores varejistas foi instituída e regulamentada em 2016 junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, e propiciou que o mercado livre de energia contasse com a presença de geradores e consumidores livres e especiais de pequeno porte.

Confira, no quadro abaixo, a movimentação de habilitação e inabilitação de comercializadores varejistas na CCEE desde 2016:

Habilitação de Comercializadores Varejistas

Varejistas	2016	2017	2018	2019
Habilitação	3	4	5	8
Inabilitação		1		
Saldo	3	3	5	8
TOTAL HABILITADOS - ACUMULADO	3	6	11	19

Comercializadores Varejistas Habilitados

Sigla	Razão Social	Aprovação
CPFL BRASIL VAREJISTA	CPFL BRASIL VAREJISTA S.A.	jul/16
COMERC POWER	COMERC POWER TRADING LTDA.	jul/16
EKCE	ELEKTRO COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.	jul/16
COPEL COM	COPEL COMERCIALIZAÇÃO S.A.	jan/17
EDP C	EDP - COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA LTDA.	mai/17
MEGA WATT	MEGA WATT COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	jun/17
ENGIE BR CVE	ENGIE COMERCIALIZADORA VAREJISTA DE ENERGIA LTDA.	nov/17
FOCUS	FOCUS ENERGIA LTDA	fev/18
CDSA	ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.	mar/18
NOVA ENERGIA	NOVA ENERGIA COMERCIALIZADORA S.A.	abr/18
QUANTA GERAÇÃO	QUANTA GERAÇÃO S.A.	jun/18
AES TIETE INTEGRA	AES TIETE INTEGRA SOLUCOES EM ENERGIA LTDA	jul/18
EDP VAREJISTA	EDP COMERCIALIZACAO VAREJISTA LTDA.	fev/19
ESFERA COM	ESFERA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA	fev/19
AMB COM	ARCELORMITTAL BRASIL S.A.	jul/19
RBE ENERGIA	RBE GESTÃO ESTRATÉGICA DE ENERGIA LTDA.	ago/19
BROOKFIELDGESTAO	BROOKFIELD GESTAO E ENERGIA LTDA	ago/19
ENERGISA COM	ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.	nov/19
MATRIX COM	MATRIX COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELETRICA S/A	dez/19
TRADENER	TRADENER LIMITADA	dez/19

COMERCIALIZADORES VAREJISTAS

Mercado

[HOME](#) / [MERCADO](#) / [COMERCIALIZADORES VAREJISTAS](#)

Consumidores e geradores representados

Além do crescimento de empresas habilitadas para comercialização, em 2019 ocorreu uma pequena evolução no número de consumidores e geradores representados por comercializadores varejistas. Em dezembro de 2019, a CCEE registrou 143 ativos de consumo neste segmento, somando 119,5 MW de MUSD/MUST. Também havia 21 ativos de geração, com capacidade instalada de 418,6 MW.

Nota técnica

Em maio de 2019, a CCEE apresentou uma nota técnica ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional de Energia Elétrica propondo a representação obrigatória do consumidor especial com carga igual ou inferior a 1 MW por comercializadores varejistas.

A proposta tinha como objetivo simplificar o acesso e trazer a segurança às negociações a serem realizadas, além de promover a expansão da figura do comercializador varejista. No documento, também foi apresentada a configuração das atividades do agregador de medição e do fornecedor de última instância.

Com a nota técnica, o MME abriu uma Consulta Pública para ouvir o mercado, mas optou por descontinuar a proposta da CCEE e manter os requisitos atuais do mercado livre e a representação do comercializador varejista.

ATIVOS

Mercado

HOME / MERCADO / ATIVOS

Impulsionado pela expansão do mercado livre, número de ativos cresce 22%

Ao mesmo tempo em que cresce a quantidade de agentes no mercado, há um aumento expressivo no número de ativos. Em 2019, a Câmara de Comercialização registrou 3.281 novos cadastros, somando 18.101 ativos no fim do ano. Este total representa uma elevação de 22,1% em relação a 2018.

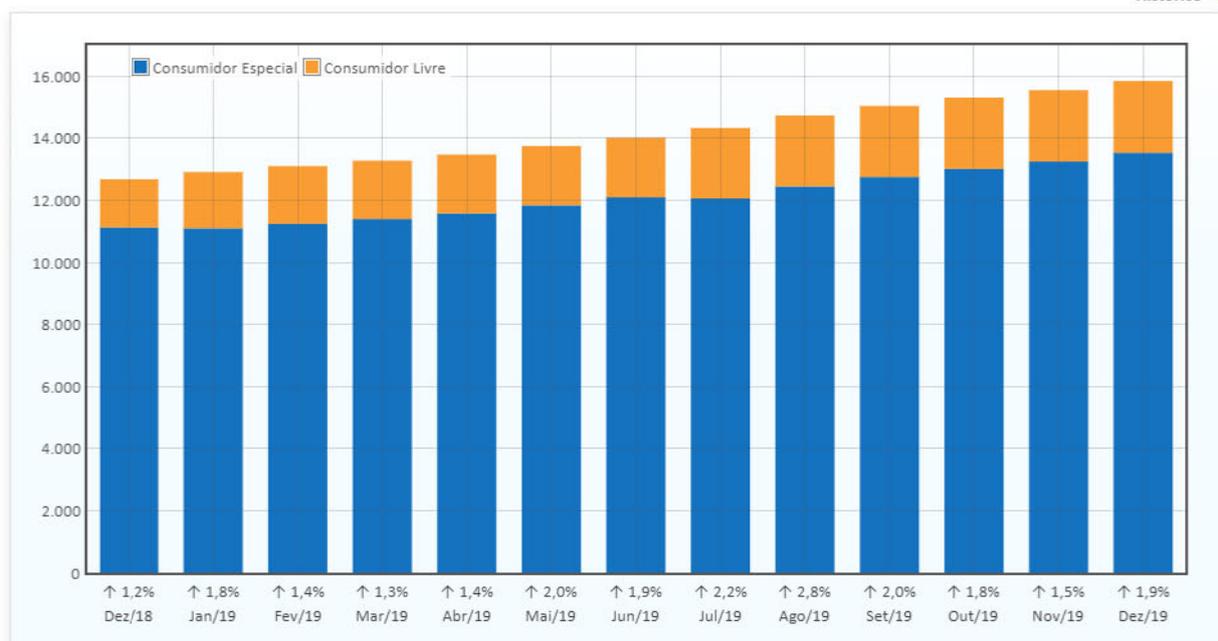
A expansão foi impulsionada, principalmente, pelo crescimento do mercado livre. Durante o ano, foram cadastrados 3.175 ativos de consumo, encerrando 2019 com uma base de 16.104 cargas, aumento de 24,6% em relação a 2018. O número de ativos de geração também cresceu, saindo de 1.891 para 1.996 usinas (+ 5,6%).

Para garantir a execução das atividades dentro dos prazos regulatórios e assegurar a migração e habilitação dos ativos no mercado, a CCEE investiu em aprimoramentos sistêmicos e de processos internos, estabelecendo uma sinergia maior entre as áreas envolvidas.

Histórico - Cargas

Tipo de Fonte	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
Autoprodutor	167	167	165	165	164	165	165	166	168	168	169	169	169
Consumidor Especial	11.125	11.098	11.241	11.397	11.579	11.839	12.099	12.061	12.449	12.753	13.012	13.252	13.534
Consumidor Livre	1.555	1.814	1.863	1.882	1.895	1.912	1.920	2.272	2.286	2.289	2.300	2.300	2.314
Distribuidor	82	82	82	82	82	82	83	87	87	87	87	87	87
Evolução	↑ 1,2%	↑ 1,8%	↑ 1,4%	↑ 1,3%	↑ 1,4%	↑ 2,0%	↑ 1,9%	↑ 2,2%	↑ 2,8%	↑ 2,0%	↑ 1,8%	↑ 1,5%	↑ 1,9%

Histórico - Cargas



ATIVOS

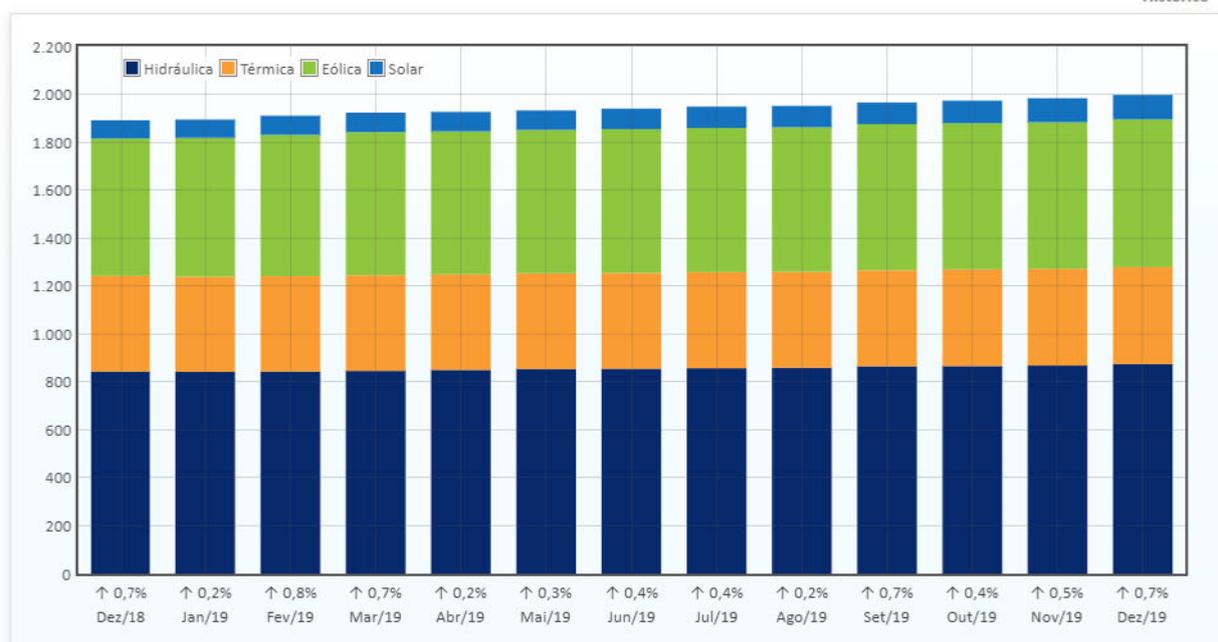
Mercado

HOME / MERCADO / ATIVOS

Histórico - Usina

Tipo de Fonte	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
Eólica	573	579	589	597	597	598	599	601	603	609	610	611	616
Hidráulica	843	842	843	846	850	854	855	857	859	865	866	868	874
Solar	76	76	80	81	81	81	86	89	89	90	94	100	102
Térmica	399	397	398	399	398	399	400	401	400	401	403	404	405
Evolução	↑ 0,7%	↑ 0,2%	↑ 0,8%	↑ 0,7%	↑ 0,2%	↑ 0,3%	↑ 0,4%	↑ 0,4%	↑ 0,2%	↑ 0,7%	↑ 0,4%	↑ 0,5%	↑ 0,7%

Histórico - Usina



REGRAS E PROCEDIMENTOS

Mercado

[HOME](#) / [MERCADO](#) / [REGRAS E PROCEDIMENTOS](#)

Com 15 módulos de regras alterados, CCEE prepara mercado para Preço Horário e MVE

A CCEE reavalia e atualiza continuamente as regras e procedimentos de comercialização de energia elétrica. As mudanças permitem que as operações estejam sempre alinhadas com a regulamentação vigente e que acompanhem o surgimento de novas legislações.

Regras de Comercialização

Para 2020, 15 módulos de Regras de Comercialização foram alterados pela CCEE, resultantes da Audiência Pública Aneel nº 33/2019 e Consulta Pública Aneel nº 34/2019, motivados por alterações regulatórias e aprimoramentos conceituais.

Os módulos modificados foram:

- Preço de Liquidação das Diferenças;
- Medição Contábil;
- Contratos;
- Tratamento de Exposições;
- Comprometimento de usinas;
- Encargos;
- Consolidação de Resultados;
- Penalidades de Energia;
- Cálculo do Desconto Aplicado à TUSD/TUST;
- Reajuste de Parâmetro da Receita de CCEAR;
- Receita de Venda de CCEAR;
- Contratação de Energia de Reserva;
- Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCS D);
- Alocação de Geração Própria;
- Mecanismo de Venda de Excedentes.

As alterações tratam dos seguintes assuntos:

- Compatibilização das Regras para o PLD horário;
- Alterações decorrentes da implementação do DESSEM;
- Implementação do 10º Leilão de Energia de Reserva;
- Implementação do 20º Leilão de Energia Existente;
- Operacionalização da Resolução Normativa nº 843/2019, que aprovou a oferta de CVU inferior ao que consta nos contratos regulados ou aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel;
- Aprimoramento do Mecanismo de Venda de Excedentes;
- Reapuração de Energia de Reserva;
- Aprimoramento do ressarcimento da diferença da indisponibilidade programada;
- Demais aprimoramentos.

Procedimentos de Comercialização

A CCEE publicou, em 2019, quatro procedimentos de comercialização, com destaque para a atualização em decorrência da nova plataforma cadastral de agentes e a criação do procedimento do Mecanismo de Venda de Excedentes, conforme a Resolução Normativa Aneel nº 833/2018.

Consulta Pública nº 20/2018

Submódulo 1.1 – Adesão à CCEE

Submódulo 1.2 – Cadastro de Agentes

Consulta Pública nº 09/2019

Submódulo 3.1 – Contratos do Ambiente Livre

Submódulo 3.5 – Receita de Venda de CCEAR

Submódulo 3.8 – Mecanismo de Venda de Excedentes

Submódulo 8.1 – MCS D Energia Existente

APRIMORAMENTOS SETORIAIS

Mercado

[HOME](#) / [MERCADO](#) / [APRIMORAMENTOS SETORIAIS](#)

CCEE concebe aprimoramentos para o setor elétrico

No mapa estratégico da CCEE, a instituição define a trajetória que precisa percorrer para alcançar seus objetivos, como ser protagonista nas evoluções do setor elétrico. Uma das iniciativas é ter uma participação ativa na gestão regulatória. Desta forma, em 2019, foram apresentadas propostas para aprimoramentos setoriais e incentivadas discussões que envolvam agentes, órgãos competentes e todos os setores da sociedade, visando sempre a melhoria nas operações de compra e venda de energia e a qualificação de todo o setor.

A instituição busca continuamente propor inovações e mecanismos para que o mercado siga atraindo investidores e se desenvolvendo com excelência, favorecendo a consolidação da estabilidade regulatória.

O primeiro trimestre de 2019 foi marcado por incertezas e dificuldades de algumas comercializadoras honrarem seus contratos bilaterais de venda de energia. Após ter a aposta de queda do valor do PLD frustrada, algumas empresas optaram por não registrar seus contratos na CCEE e deixaram seus compradores expostos. Preocupada com o rebatimento nos outros agentes, a Câmara de Comercialização avançou em estudos para ampliar a segurança do mercado, que é caracterizado por sua relação multilateral.

Em agosto, uma nota técnica oficializou três propostas da CCEE:

1. Indicadores de segurança do mercado: ampliar a divulgação de dados e informações sobre os agentes, com conteúdo já público, de forma a garantir a simetria de informação e permitir a avaliação das contrapartes. Etapa 1 lançada em julho de 2019 e etapa 2 prevista para janeiro de 2020;
2. Critérios de participação: tornar mais rigorosa a análise na adesão e manutenção de agentes no mercado, além de acelerar o processo de desligamento das empresas que descumprem obrigações. Aguarda abertura de Audiência Pública pela Aneel;
3. Chamada de Margem Semanal: consiste no fechamento das posições contratuais dos agentes a cada semana, sendo necessário o aporte de garantias financeiras por aqueles que apresentarem desbalanceamento entre recursos e requisitos. Aguarda abertura de Audiência Pública pela Aneel.

GT Modernização

Em 4 de abril de 2019, o Ministério de Minas e Energia – MME instituiu, por meio da Portaria MME nº 187, o Grupo de Trabalho Modernização do Setor Elétrico Brasileiro, que contou com a participação da Aneel, CCEE, EPE, ONS e de várias associações setoriais convidadas.

Com o objetivo de apresentar propostas para a modernização do setor elétrico, o GT foi dividido em 14 grupos temáticos para estudo e discussões. A CCEE coordenou os grupos temáticos de Formação de Preços, Aprimoramento do MRE, e Processo de Contratação, participando e contribuindo nas outras matérias. Os trabalhos serão continuados e aprofundados em 2020.

- a. **Aprimoramentos do MRE:** a proposta pode ser dividida em três frentes. A primeira prevê o saneamento do mecanismo, que é a exclusão dos impactos de fatores exógenos que rebatiam nas hidrelétricas, como Geração Fora da Ordem de Mérito, atraso nas linhas de transmissão, importação de energia, antecipação da garantia física dos projetos estruturantes e a energia de reserva. A segunda frente é o aprimoramento na sazonalização das garantias físicas e a criação de mecanismos de incentivo à melhoria de performance das usinas participantes do MRE. Por último, a elaboração de mecanismo voluntário de hedge para as usinas.
- b. **Processo de Contratação:** aprimoramentos do processo de contratação e aumento da eficiência do ACR, prezando tanto pela redução de eventuais distorções no processo quanto pela minimização de impactos econômicos e financeiros nas Distribuidoras e nos Consumidores.
- c. **Formação de Preço:** no curto prazo, o grupo propôs a implantação do Comitê Técnico de Governança do PMO e do cálculo do PLD, visando aprimorar a Governança da Formação de Preço do Setor Elétrico. A médio prazo, se prevê estudar uma proposta metodológica detalhada de formação de preços por oferta no Brasil e analisar melhorias no cálculo de preço por modelo.

Metodologia de cálculo do PLD

A CCEE foi protagonista nas ações de aperfeiçoamento da formação do preço de energia no mercado de curto prazo, realizadas no âmbito da Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP. A instituição participou das decisões de implementação do PLD horário a partir de janeiro de 2021 e a utilização do modelo DESSEM pelo ONS para operação do Sistema a partir de janeiro de 2020.

No âmbito do CPAMP também foram definidos ajustes na metodologia de cálculo do PLD para janeiro de 2020, como a adoção de novos parâmetros de CVaR (50,35), de volume mínimo operativo, reamostragem, correlação espacial e centroide.

A CCEE também promoveu debates sobre temas com vistas ao aprimoramento do setor, por meio da promoção de workshops, seminários e encontros temáticos.

APRIMORAMENTOS SETORIAIS

Mercado

[HOME](#) / [MERCADO](#) / [APRIMORAMENTOS SETORIAIS](#)

Planejamento Regulatório Estratégico - PRE:

Em 2018, a CCEE implantou o 1º ciclo do Planejamento Regulatório Estratégico – PRE, período 2018/2020, para metodizar as matérias regulatórias em três âmbitos distintos: afinidade; relevância e impacto; e prazo para discussão. Todos os anos, este planejamento é revisado com vistas à nova priorização dos temas regulatórios para o próximo triênio.

Para o triênio 2019 a 2021, o PRE é composto pelos seguintes produtos: Painel Regulatório (que define os temas e as frentes de atuação no ciclo de três anos), Matriz de Risco Regulatório – MRR (na qual foram classificados os riscos associados aos temas, ou seja, probabilidade versus impacto), Plano de Ação (que consiste na elaboração de estratégia para atuação colaborativa entre as gerências da organização e o setor, no que couber, para mitigação dos riscos identificados) e a Matriz de Performance Regulatória – MPR (para mensurar a efetividade do Plano de Ação e a consequente redução do potencial dos riscos regulatórios apontados).

Para o curto prazo (2019), foram elencados um total de 14 temas, dentre os quais 5 (cinco) tiveram priorização na agenda de atuação da CCEE. São eles:

1. Equacionamento do passivo do GSF;
2. Aprimoramento do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE;
3. Formação de Preço;
4. Segurança do Mercado;
5. Aprimoramento da Contração das Distribuidoras.

O Planejamento Regulatório tem como habilitadores essenciais à sua sustentação:

- Alinhamento e atuação integrada com o Conselho de Administração;
- Atuação Regulatória (Aneel, MME, ONS, EPE e Legislativo);
- Relacionamento com o mercado (Associações e agentes);
- Atuação participativa e integrada na CCEE;
- Evolução tecnológica e inovações.

GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS

Mercado

HOME / MERCADO / GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS

CCEE faz a gestão financeira e administrativa das Contas Setoriais

Reconhecida por sua transparência e excelência operacional, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica se consolidou como principal administradora financeira do setor. Nos últimos anos, a instituição tem recebido novas atribuições na gestão de contas setoriais para imprimir seu modelo administrativo, beneficiado a sociedade e os próprios agentes.

CDE, CCC e RGR

Conta-ACR

Conta Bandeiras

Prêmio de Risco Hidrológico

Conta de Energia de Reserva (CONER)

CCEE mantém transparência na gestão da CDE, CCC e RGR

A CCEE faz a gestão financeira da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Reserva Global de Reversão (RGR) desde 1º de maio de 2017, de acordo com a Lei 13.360/16 e com o Decreto 9.022/17.

Ao assumir a incumbência, a instituição criou expedientes para unir os envolvidos em toda a operação, como o Ministério de Minas e Energia – MME, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e a Eletrobras. A CCEE contratou especialistas, instaurou dispositivos operacionais e ajustou sistemas de medição de energia elétrica, do consumo de combustível das usinas termoeletricas do sistema isolado e das usinas a carvão mineral nacional adquiridos da Eletrobras.

Todas as despesas operacionais são bancadas pelo Custo Administrativo, Financeiro e Tributário (CAFT) específico direcionado pela Aneel. Já os valores concernentes às contas setoriais são apartados das contabilizações empreendidas pela CCEE. O orçamento subscrito pelos agentes é integralmente blindado.

Com uma página exclusiva no site da instituição, a CCEE divulga periodicamente os valores movimentados nas contas e garante a transparência dos recursos públicos administrados. Os formulários que precisam ser apresentados pelos beneficiários e fornecedores também estão no espaço do site, o que trouxe agilidade para o acesso aos dados e reduziu a burocracia.

Confira, abaixo, as quantias auferidas e transferidas, até 31 de dezembro de 2019, em relação às três contas:

	Saída Prevista (R\$)	Saída Realizado (R\$)	%	Saída aprovada no Orçamento 2019 (R\$)	Restos a Pagar Previsto para 2019 (R\$)
CCC	7.146.657.939,60	7.060.295.033,58	99%	6.664.913.686,64	481.744.252,96
CDE	14.088.542.999,98	13.484.691.024,21	96%	13.898.617.151,33	189.925.848,65
RGR	1.687.439.357,63	1.319.271.139,83	78%	1.560.337.069,39	127.102.288,24

GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS

Mercado

HOME / MERCADO / GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS

CDE, CCC e RGR

Conta-ACR

Conta Bandeiras

Prêmio de Risco Hidrológico

Conta de Energia de Reserva (CONER)

CCEE antecipa quitação do empréstimo e economiza R\$ 8,4 bilhões para os consumidores

Em 2014, a CCEE obteve um empréstimo de R\$ 21,2 bilhões em nome das distribuidoras. O pagamento junto aos bancos foi dividido em 54 parcelas, que seriam encerradas em abril de 2020. Com uma importante atuação jurídica da instituição junto aos credores, foi possível a quitação antecipada em setembro de 2019, o que garantiu uma economia de R\$ 8,4 bilhões para os consumidores de energia nos reajustes tarifários de 2019 e 2020.

A CCEE foi responsável pela negociação com os bancos participantes, pela administração do fundo de reserva e pelas obrigações contratuais. Durante as tratativas e a gestão da Conta-ACR, a interlocução e a prestação de contas junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, às instituições governamentais e aos órgãos de controle foram constantes.

Histórico do Pagamento à Credores (Valores em R\$)

BANCOS CREDITORES	TOTAL R\$ (amortização consolidada)	2015	2016	2017	2018	2019*
BRDESCO	5.002.925.439,38	183.272.044,46	1.095.040.682,73	1.136.469.590,13	980.837.683,75	1.607.305.438,31
BNDDES	5.205.584.111,65	191.285.898,26	1.142.258.210,01	1.184.059.990,83	1.020.572.427,14	1.667.407.585,41
BANRISUL	373.710.306,86	13.737.977,52	82.029.885,76	85.005.808,52	73.248.772,61	119.687.862,45
BRASIL	7.457.018.065,29	270.720.398,61	1.633.593.948,25	1.694.899.213,82	1.462.525.357,02	2.395.279.147,59
SANTANDER	2.606.584.559,93	95.507.141,26	570.628.289,65	592.155.198,99	511.030.688,39	837.263.241,64
ITAÚ	5.261.714.290,05	183.272.045,12	1.095.040.648,23	1.136.469.594,26	1.067.162.345,32	1.779.769.657,12
CEF	6.322.652.634,28	231.557.583,31	1.383.595.110,25	1.436.078.800,63	1.239.493.994,73	2.031.927.145,36
CITIBANK	887.899.318,82	32.462.333,41	194.031.209,27	201.565.166,66	174.066.218,72	285.774.390,76
JP MORGAN ³	96.796.138,16	5.919.360,19	35.383.852,48	36.766.223,26	18.726.702,23	-
MULTIPLA ²	180.246.073,07	13.670.539,64	81.706.652,69	84.868.880,74	-	-
BTG PACTUAL ¹	2.717.355,38	2.717.355,38	-	-	-	-
TOTAL R\$	33.397.848.292,86	1.224.122.677,16	7.313.308.489,32	7.588.338.467,84	6.547.664.189,91	6.547.664.189,91

¹ A partir de Dez/15 o Banco do Brasil assumiu as operações do BTG relativas a Conta ACR

² A partir de Jan/18 o Banco Itaú assumiu as operações do Banco Multipla

³ A partir de Ago/18 o Banco Itaú assumiu as operações do Banco JP Morgan

*Valores acumulados de Jan/19 a Set/19

GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS

Mercado

HOME / MERCADO / GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS

CDE, CCC e RGR

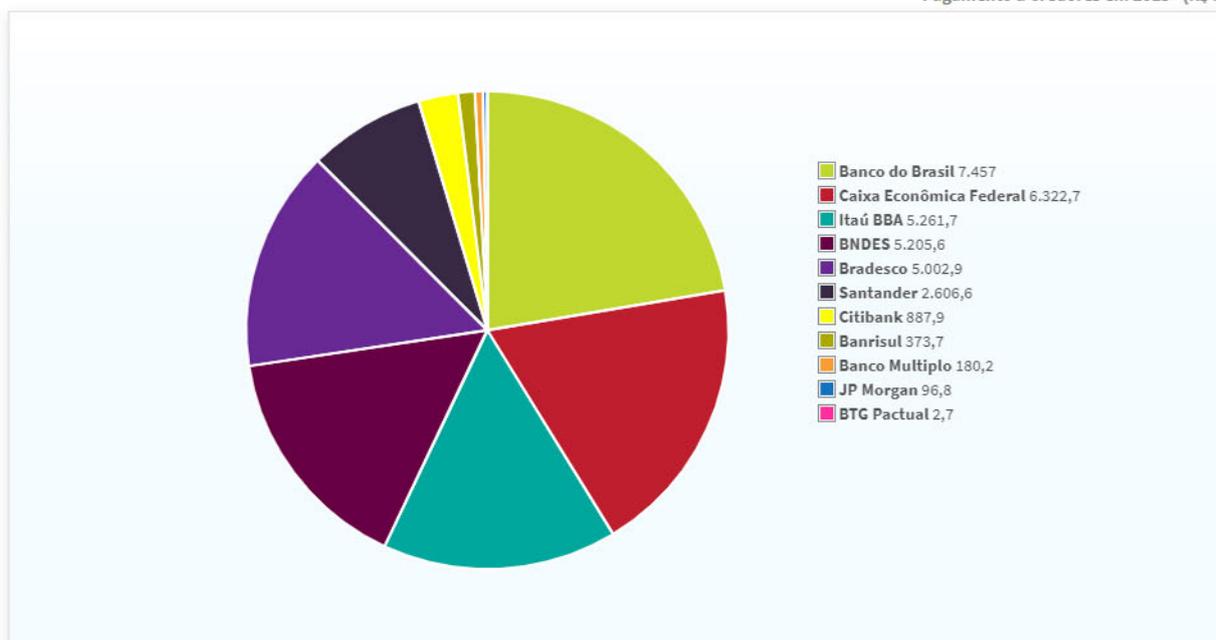
Conta-ACR

Conta Bandeiras

Prêmio de Risco Hidrológico

Conta de Energia de Reserva (CONER)

Pagamento à Credores em 2019* (R\$ milhões)



* Valores acumulados de Jan/19 a Set/19

Pagamento à Credores em 2019 (Valores em R\$)

BANCOS CREDORES	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	SETEMBRO
	Parcela 39/54	Parcela 40/54	Parcela 41/54	Parcela 42/54	Parcela 43/54	Parcela 44/54	Parcela 45/54	Parcela 46/54	Parcela 47/54	Pagto Residual
BRDESCO	78.676.394,37	80.257.189,33	77.271.790,05	78.220.291,92	77.274.963,67	78.030.144,31	75.918.738,89	76.722.877,57	75.621.954,82	909.311.093,38
BNDES	81.772.228,04	83.450.057,87	80.281.553,36	81.288.271,76	80.284.997,00	81.086.557,73	78.845.654,06	79.703.962,55	78.540.574,14	942.153.728,89
BANRISUL	5.869.729,50	5.990.478,62	5.762.450,59	5.834.901,91	5.762.699,21	5.820.386,16	5.659.115,19	5.720.932,82	5.637.257,19	67.629.911,26
BRASIL	117.289.196,64	119.655.343,75	115.186.815,88	116.606.540,37	115.191.587,68	116.321.956,28	113.161.618,16	114.366.593,18	112.720.141,23	1.354.779.354,42
SANTANDER	40.988.548,44	41.813.268,37	40.255.754,23	40.750.599,17	40.257.412,51	40.651.400,51	39.549.858,31	39.969.516,52	39.395.289,69	473.631.593,89
ITAÚ	87.108.699,61	88.856.725,57	85.555.492,79	86.604.336,58	85.558.997,80	86.394.066,34	84.059.290,01	84.948.191,22	83.730.475,86	1.006.953.381,34
CEF	99.431.071,67	101.426.262,50	97.658.247,52	98.855.393,31	97.662.246,94	98.615.391,24	95.950.485,18	96.964.952,88	95.574.929,57	1.149.788.164,55
CITIBANK	13.972.148,71	14.249.193,21	13.725.967,25	13.892.198,20	13.726.515,13	13.858.862,07	13.488.812,94	13.629.227,39	13.435.734,56	161.795.731,30
JP MORGAN ³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MULTIPLO ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BTG PACTUAL ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL R\$	525.108.016,98	535.698.519,22	515.698.071,67	522.052.533,22	515.719.419,94	520.778.764,64	506.633.572,74	512.026.254,13	504.656.357,06	6.066.042.959,03

¹ A partir de Dez/19 o Banco do Brasil assumiu as operações do BTG relativas a Conta ACR² A partir de Jan/18 o Banco Itaú assumiu as operações do Banco Multiplo³ A partir de Ago/18 o Banco Itaú assumiu as operações do Banco JP Morgan

GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS

Mercado

HOME / MERCADO / GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS

CDE, CCC e RGR

Conta-ACR

Conta Bandeiras

Prêmio de Risco Hidrológico

Conta de Energia de Reserva (CONER)

Conta Bandeiras arrecada R\$ 525 milhões com adimplência de 100%

A Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, chamada de Conta Bandeiras, é gerenciada pela CCEE desde que foi instituída, em 2015. A conta esteve adimplente com suas operações no ano de 2019, sendo que foram arrecadados, no exercício, R\$ 525 milhões. No acumulado entre março de 2015 e dezembro de 2019, a arrecadação foi de R\$ 6,40 bilhões e a receita alcançou R\$ 34,77 bilhões.

Cabe à CCEE administrar os recursos advindos da aplicação do mecanismo de bandeiras tarifárias pelas distribuidoras de energia elétrica. A criação e gestão da Conta Bandeiras foi atribuída à CCEE por meio do Decreto nº 8.401/15 e da Resolução Normativa nº 649/15 da Aneel.

Ano	Arrecadação x Liquidação Resumo Anual (R\$)	
	Arrecadado	Liquidado
2015	R\$ 3.475.972.345,56	R\$ 3.771.611.017,42
2016	R\$ 167.358.031,92	R\$ 167.003.337,05
2017	R\$ 1.475.440.686,81	R\$ 1.534.234.650,83
2018	R\$ 760.533.677,47	R\$ 1.176.979.780,21
2019	R\$ 525.142.375,56	R\$ 992.672.629,60
Total	R\$ 6.404.447.117,31	R\$ 7.642.501.415,12

CDE, CCC e RGR

Conta-ACR

Conta Bandeiras

Prêmio de Risco Hidrológico

Conta de Energia de Reserva (CONER)

Geradores pagam R\$ 463 milhões em Prêmio de Risco Hidrológico

A CCEE tem a incumbência de proceder a gestão do Prêmio de Risco Hidrológico. Por meio de uma apuração mensal, a instituição checa os pagamentos feitos pelas geradoras na competência da Conta Bandeiras – Prêmio de Risco. A operação é realizada em cumprimento à Medida Provisória 688/2015, convertida, posteriormente, na Lei 13.203/2015.

Em 2019, foram totalizados R\$ 463,1 milhões em pagamentos do prêmio de risco hidrológico. Confira, a seguir, os valores pagos por cada gerador:

GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS

[HOME](#) / [MERCADO](#) / [GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS](#)

Mercado

Agente	Usina	Termo de Repactuação N°	Prêmio Acumulado 2016 (R\$)	Prêmio Acumulado 2017 (R\$)	Prêmio Acumulado 2018 (R\$)	Prêmio Acumulado 2019 (R\$)	Competência Jan/19 Pagamento Fev/19	Competência Feb/19 Pagamento Mar/19	Competência Mar/19 Pagamento Abr/19	Competência Abr/19 Pagamento Mai/19	Competência Mai/19 Pagamento Jun/19
TOCANTINS ENERGÉTICA	DIANOPOLIS	82	186.600,48	215.470,54	222.433,94	230.970,79	19.614,46	17.742,65	19.614,46	18.981,73	19.614,46
CEB GERAÇÃO	PARANOÁ	103	0,00	0,00	0,00	200.463,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEB LAJEADO	LAJEADO CEB	102	0,00	78.517,15	81.194,38	84.151,67	7.146,31	6.464,34	7.146,31	6.915,79	7.146,31
ECE	STO ANTONIO DO JARI	133	0,00	161.113,94	166.606,47	172.118,58	14.616,62	13.221,76	14.616,62	14.145,12	14.616,62
EECC	CACHOEIRA CALDEIRAO	132	0,00	963.823,80	996.681,14	1.029.656,33	87.440,28	79.095,85	87.440,28	84.619,63	87.440,28
TELES PIRES	TELES PIRES	134	0,00	19.968.770,40	20.650.298,40	21.402.422,12	1.817.532,48	1.644.085,16	1.817.532,48	1.758.902,40	1.817.532,48
COPEL GET	CAVERNOSO 2	145	0,00	0,00	903.436,34	937.497,07	79.613,95	72.016,38	79.613,95	77.045,76	79.613,95
NESA	BELO MONTE	137	0,00	0,00	346.723.331,67	359.938.220,61	30.566.606,11	27.649.631,60	30.566.606,11	29.580.586,56	30.566.606,11
SANTA HELENA	PCH YPE	148	0,00	0,00	1.985.182,47	2.060.026,47	174.941,18	158.246,53	174.941,18	169.297,92	174.941,18
FAZENDA VELHA	FAZENDA VELHA	149	0,00	0,00	796.450,47	826.477,67	70.185,98	63.488,13	70.185,98	67.921,92	70.185,98
CANTU2	PCH CANTU 2	139	0,00	0,00	1.129.295,41	1.171.871,36	99.517,44	90.020,48	99.517,44	96.307,20	99.517,44
XAVANTINA	XAVANTINA	147	0,00	0,00	368.506,93	382.400,11	32.474,11	29.375,10	32.474,11	31.426,56	32.474,11
CPFL MATA VELHA	MATA VELHA VELHA	138	0,00	0,00	1.509.689,67	1.566.606,95	133.039,10	120.343,17	133.039,10	128.747,52	133.039,10
ELETRORBRAS	COLINO 2	142	0,00	0,00	557.515,35	578.534,38	49.130,19	44.441,69	49.130,19	47.545,34	49.130,19
PCH LUIZ DIAS LINS	PCH LUIZ DIAS LINS	140	0,00	0,00	309.070,34	320.722,67	27.236,35	24.637,18	27.236,35	26.357,76	27.236,35
SANTO ANTONIO	S. ANTONIO EXPANSAO	136	0,00	0,00	15.405.966,74	15.986.792,43	1.357.627,39	1.228.068,86	1.357.627,39	1.313.832,96	1.357.627,39
CEC CANOAS	ADO POPINHAK	146	0,00	0,00	1.236.281,26	1.282.890,77	108.945,41	98.548,74	108.945,41	105.431,04	108.945,41
SAO MANOEL	UHE SÃO MANOEL	135	0,00	0,00	8.110.438,04	12.301.101,08	1.044.631,80	944.942,48	1.044.631,80	1.010.934,00	1.044.631,80
AMAZONAS AM-GT	BALBINA	108	0,00	0,00	2.125.979,82	13.218.281,00	1.122.520,38	1.015.398,14	1.122.520,38	1.086.310,05	1.122.520,38
ENGIE BR CER	SALTO SANTIAGO	22	0,00	0,00	1.351.476,00	16.505.724,00	1.401.696,00	1.267.932,00	1.401.696,00	1.356.480,00	1.401.696,00
PCH GARÇA BRANCA	PCH GARÇA BRANCA	150	0,00	0,00	0,00	518.931,57	44.068,61	39.863,14	44.068,61	42.647,04	44.068,61
PGE	PCH PITO	151	0,00	0,00	0,00	363.714,66	30.887,31	27.939,73	30.887,31	29.890,94	30.887,31
CEU AZUL	UHE BAIXO IGUACU CEU	141	0,00	0,00	0,00	1.522.415,58	0,00	97.951,32	144.308,47	139.653,36	144.308,47
COPEL GET	UHE BAIXO IGUACU COP	143	0,00	0,00	0,00	652.463,84	0,00	41.979,14	61.846,49	59.851,44	61.846,49
COPEL GET	UHE COLÍDER	152	0,00	0,00	0,00	3.820.124,20	0,00	0,00	382.260,00	498.600,00	515.220,00
CES	UHE SINOP	153	0,00	0,00	0,00	5.870.623,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			186.600,48	21.387.695,83	404.629.834,84	462.945.203,22	38.289.471,46	34.775.433,57	38.877.886,42	37.752.432,04	39.010.846,42

GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS

[HOME](#) / [MERCADO](#) / [GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS](#)

Mercado

Agente	Usina	Competência Jun/19 Pagamento Jul/19	Competência Jul/19 Pagamento Ago/19	Competência Ago/19 Pagamento Set/19	Competência Set/19 Pagamento Out/19	Competência Out/19 Pagamento Nov/19	Competência Nov/19 Pagamento Dez/19	Competência Dez/19 Pagamento Jan/20	Prêmio acumulado (R\$)
TOCANTINS ENERGÉTICA	DIANOPOLIS	18.981,73	19.614,46	19.614,46	18.981,73	19.614,46	18.981,73	19.614,46	855.475,75
CEB GERAÇÃO	PARANOÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	6.363,92	95.458,87	98.640,83	200.463,62
CEB LAJEADO	LAJEADO CEB	6.915,79	7.146,31	7.146,31	6.915,79	7.146,31	6.915,79	7.146,31	243.863,20
ECE	STO ANTONIO DO JARI	14.145,12	14.616,62	14.616,62	14.145,12	14.616,62	14.145,12	14.616,62	499.838,99
EECC	CACHOEIRA CALDEIRAO	84.619,63	87.440,28	87.440,28	84.619,63	87.440,28	84.619,63	87.440,28	2.990.161,27
TELES PIRES	TELES PIRES	1.758.902,40	1.817.532,48	1.817.532,48	1.758.902,40	1.817.532,48	1.758.902,40	1.817.532,48	62.021.490,92
COPEL GET	CAVERNOSO 2	77.045,76	79.613,95	79.613,95	77.045,76	79.613,95	77.045,76	79.613,95	1.840.933,41
NESA	BELO MONTE	29.580.586,56	30.566.606,11	30.566.606,11	29.580.586,56	30.566.606,11	29.580.586,56	30.566.606,11	706.661.552,28
SANTA HELENA	PCH YPE	169.297,92	174.941,18	174.941,18	169.297,92	174.941,18	169.297,92	174.941,18	4.045.208,94
FAZENDA VELHA	FAZENDA VELHA	67.921,92	70.185,98	70.185,98	67.921,92	70.185,98	67.921,92	70.185,98	1.622.928,14
CANTU2	PCH CANTU 2	96.307,20	99.517,44	99.517,44	96.307,20	99.517,44	96.307,20	99.517,44	2.301.166,77
XAVANTINA	XAVANTINA	31.426,56	32.474,11	32.474,11	31.426,56	32.474,11	31.426,56	32.474,11	750.907,04
CPFL MATA VELHA	MATA VELHA VELHA	128.747,52	133.039,10	133.039,10	128.747,52	133.039,10	128.747,52	133.039,10	3.076.296,62
ELETRORAS	COLINO 2	47.545,34	49.130,19	49.130,19	47.545,34	49.130,19	47.545,34	49.130,19	1.136.049,73
PCH LUIZ DIAS LINS	PCH LUIZ DIAS LINS	26.357,76	27.236,35	27.236,35	26.357,76	27.236,35	26.357,76	27.236,35	629.793,01
SANTO ANTONIO	S. ANTONIO EXPANSAO	1.313.832,96	1.357.627,39	1.357.627,39	1.313.832,96	1.357.627,39	1.313.832,96	1.357.627,39	31.392.759,17
CEC CANOAS	ADO POPINHAK	105.431,04	108.945,41	108.945,41	105.431,04	108.945,41	105.431,04	108.945,41	2.519.172,03
SAO MANOEL	UHE SÃO MANOEL	1.010.934,00	1.044.631,80	1.044.631,80	1.010.934,00	1.044.631,80	1.010.934,00	1.044.631,80	20.411.539,12
AMAZONAS AM-GT	BALBINA	1.086.310,05	1.122.520,38	1.122.520,38	1.086.310,05	1.122.520,38	1.086.310,05	1.122.520,38	15.344.260,82
ENGIE BR CER	SALTO SANTIAGO	1.356.480,00	1.401.696,00	1.401.696,00	1.356.480,00	1.401.696,00	1.356.480,00	1.401.696,00	17.857.200,00
PCH GARÇA BRANCA	PCH GARÇA BRANCA	42.647,04	44.068,61	44.068,61	42.647,04	44.068,61	42.647,04	44.068,61	518.931,57
PGE	PCH PITO	29.890,94	30.887,31	30.887,31	29.890,94	30.887,31	29.890,94	30.887,31	363.714,66
CEU AZUL	UHE BAIXO IGUACU CEU	139.653,36	144.308,47	144.308,47	139.653,36	144.308,47	139.653,36	144.308,47	1.522.415,58
COPEL GET	UHE BAIXO IGUACU COP	59.851,44	61.846,49	61.846,49	59.851,44	61.846,49	59.851,44	61.846,49	652.463,84
COPEL GET	UHE COLÍDER	498.600,00	515.220,00	515.220,00	498.600,00	0,00	0,00	396.404,20	3.820.124,20
CES	UHE SINOP	0,00	0,00	0,00	574.223,14	1.555.775,14	1.839.651,84	1.900.973,57	5.870.623,69
		37.752.432,04	39.010.846,42	39.010.846,42	38.326.655,18	40.057.765,48	39.188.942,75	40.891.645,02	889.149.334,37

GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS

Mercado

HOME / MERCADO / GESTÃO DAS CONTAS SETORIAIS

- CDE, CCC e RGR
- Conta-ACR
- Conta Bandeiras
- Prêmio de Risco Hidrológico
- Conta de Energia de Reserva (CONER)

Em 2019, foi cobrado R\$ 1,2 bilhão em Encargo de Energia de Reserva

Por meio do Decreto nº 6353/2008, foi regulamentada a contratação de Energia de Reserva, com o intuito de ampliar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

A CCEE foi a entidade responsável pela celebração dos Contratos de Energia de Reserva (CERs), intermediando a relação entre os agentes com perfil de consumo e os agentes vendedores nos Leilões de Energia de Reserva.

A geração das usinas empenhadas com o CER é liquidada no Mercado de Curto Prazo (MCP) e a receita obtida é transferida a um agente virtual representado pela CCEE, denominado Agente associado à Contratação de Energia de Reserva (ACER).

Em seguida, essa receita é enviada para a Conta de Energia de Reserva (CONER) para fins de composição dos recursos financeiros necessários para cobertura dos custos decorrentes da contratação de Energia de Reserva.

Também cabe à CCEE – de acordo com a Resolução Normativa nº 829/2018, da Aneel - definir cenários e avaliar as possibilidades de cobrança de Encargo de Energia de Reserva ou de repasse de excedente aos usuários de Energia de Reserva, visando a preservação do equilíbrio financeiro e da segurança necessária para cobertura das obrigações.

Abaixo, segue consolidado da movimentação financeira da CONER em 2019.

Consolidado da CONER - 2019	
Entrada de Recursos - ACER	R\$ 4.951.016.392,70
Receita Fixa Paga	R\$ 6.732.048.493,15
Custos Administrativos, Financeiros e Tributários (CAFT)	R\$ 2.621.416,47
Cobrança de Encargo de Reserva	R\$ 1.208.423.865,86
Devolução do Excedente	R\$ 0,00



INFORMAÇÕES AO MERCADO

Mercado

[HOME](#) / [MERCADO](#) / [INFORMAÇÕES AO MERCADO](#)

CCEE leva informações e estudos sobre mercado de energia elétrica para toda a sociedade

Como operadora do mercado de energia elétrica, a CCEE procura sempre levar dados e análises ao maior público possível para assegurar a simetria de informações. E para disseminar estatísticas e notícias importantes aos agentes associados, órgãos públicos e sociedade em geral, emprega recursos na elaboração de boletins periódicos. A instituição também produz estudos e relatórios aprofundados sobre temas importantes, como a disponibilidade de lastro de energia incentivada no mercado livre.

Confira, abaixo, os principais informativos e estudos desenvolvidos pela CCEE em 2019.

Boletins

InfoMercado

Em 2019, o InfoMercado Semanal Dinâmico teve sua periodicidade modificada, passando a ser divulgado a cada 15 dias. Com uma interface interativa e com excelente usabilidade, o sistema possibilita que os agentes filtrem os dados por assunto. Eles também conseguem compará-los entre estados, submercados e ambientes de contratação.

Já a edição mensal do InfoMercado traz os dados consolidados e individuais de todas as operações contabilizadas pela CCEE.

Em setembro de 2019, a CCEE lançou o InfoMercado – Dados Horários, com informações de geração das usinas e dados que possibilitam a análise dos encargos e do MRE, tudo em base horária.

InfoPLD

O InfoPLD é um boletim semanal que analisa a formação do Preço de Liquidação das Diferenças. Já o InfoPLD ao vivo é um programa transmitido pela internet com as análises dos especialistas da CCEE, que interagem com o público respondendo todas as dúvidas, e quando a instituição apresenta suas projeções para o período dos próximos 14 meses.

Informaccee

O InformaCCEE é um boletim de acompanhamento diário do mercado, que traz um balanço do comportamento dos principais fatores que influenciam a formação do PLD.

InfoLEILÃO

O objetivo do InfoLeilão é divulgar os resultados de cada certame de contratação de energia no mercado regulado. E com o InfoLeilão Dinâmico, os agentes podem filtrar informações e verificar, por exemplo, qual a situação de entrega e disponibilidade das usinas, com as opções de filtro por “contrato rescindido”, “operação em teste”, “antecipação de contrato”, entre outros.

InfoContas Setoriais

O InfoContas Setoriais é um relatório mensal da CDE, CCC e RGR, com o objetivo de dar publicidade aos agentes e ao mercado da realização do orçamento aprovado, reembolsos realizados, repasse de subsídios, sumário dos demonstrativos dos empréstimos da RGR para as empresas designadas, dentre outras informações mais relevantes sobre a gestão dos recursos das contas setoriais.

InfoReduções Contratuais

O InfoReduções Contratuais é um boletim informativo mensal referente aos contratos regulados que tiveram redução dos montantes de energia, conforme os mecanismos de redução vigentes (MCSD de Energia Nova, MCSD de Energia Existente e Acordo bilateral).

InformaContratos

O InfoContratos é um relatório que apresenta as informações detalhadas dos contratos firmados entre as distribuidoras e as usinas em seus respectivos leilões do Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

InformaMVE

O InfoMVE é um boletim que traz informações sobre as negociações e as apurações financeiras realizadas no Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE. As edições são disponibilizadas após a realização de cada novo processamento, onde é possível conferir a distribuição dos preços em função da energia negociada acumulada, os montantes de energia por vigência do produto, os pares contratuais, bem como a distribuição de energia por submercado e seus principais compradores e vendedores.

INFORMAÇÕES AO MERCADO

Mercado

[HOME](#) / [MERCADO](#) / [INFORMAÇÕES AO MERCADO](#)

InfoMercado Sombra

O InfoMercado Sombra (Dados e Análises) é um relatório que contempla dados impactados nos processamentos pelas variações no Preço de Liquidação das Diferenças – PLD em base horária. Os resultados não consideram eventuais reclassificações nos despachos das usinas, caso a operação seja realizada considerando a definição do custo marginal da operação em base horária ou com o novo patamar.

InformaMCS D

O boletim InfoMCS D disponibiliza informações sobre as liquidações do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Existente (EE) e de Energia Nova (EN). Os dados são atualizados mensalmente.

InfoBandeira Tarifária

O InfoBandeira Tarifária é uma publicação mensal que disponibiliza a memória dos cálculos realizados pela CCEE para subsidiar a Aneel no acionamento da bandeira tarifária de cada mês. O boletim traz também informações como a previsão de geração hidráulica total do MRE, as premissas de garantia física adotadas para os cálculos, e os valores do PLD – PLD gatilho – estabelecidos para as faixas das bandeiras tarifárias.

Análises e Estudos

CCEE divulga dois estudos sobre oferta de energia incentivada

Em abril de 2019, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE divulgou a sexta edição do estudo sobre a disponibilidade de lastro de energia incentivada no Ambiente de Contratação Livre - ACL. O levantamento apontou sobre real de 215 MW médios de energia incentivada para 2019, sinalizando excedente de oferta para o atendimento da demanda dos consumidores especiais, ou seja, unidades consumidoras de energia elétrica no mercado livre que possuem cargas entre 500 kW e 3.000 kW.

Os fatores que impulsionaram a sobra de energia incentivada no ACL foram as liberações de lastros advindos das operações do Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE e, também, a substituição de montantes de energia especial por convencional pelos consumidores especiais que se tornaram livres, como resultados dos efeitos da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016.

Para ter acesso ao estudo completo na biblioteca virtual da CCEE, [clique aqui](#).

Atualização no segundo semestre

Cinco meses depois, em setembro de 2019, a CCEE divulgou uma edição atualizada do estudo, elaborada após o efeito das mudanças de classe de agentes, que reduziram os requisitos para a compra de energia convencional no mercado livre. O excedente estimado de energia – advinda de fontes renováveis – para negociações no mercado livre em 2019, de acordo com o estudo, girava em torno de 320 MW médios, um incremento de 49% em relação a sobra estimada no levantamento anterior.

Porém, para 2020, o mesmo estudo apontou um déficit no lastro das incentivadas de 120 MW médios. Os motivos são a migração de agentes especiais ocorrida em 2019 e a tímida liberação de contratos especiais pelos agentes que se tornaram elegíveis à contratação de energia convencional (cliente livre) nos primeiros meses após a mudança de classe de consumo.

Para ter acesso ao estudo completo na biblioteca virtual da CCEE, [clique aqui](#).

Projeções de carga

Em parceria com o ONS e a EPE, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica divulga projeções quadrimestrais sobre a expectativa da demanda de energia para os próximos anos. Em 2019, as instituições apresentaram análises sobre a carga estimada para o período de 2019 a 2023. Em dezembro, os dados foram atualizado para previsão da carga vislumbrando o ano de 2024.

CONTRATOS

Operações

HOME / OPERAÇÕES / CONTRATOS

CCEE registra aumento de 19% na quantidade de contratos no fim de 2019

A CCEE registra o montante e os prazos de duração de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN. O CliqCCEE, que é o sistema de contabilização e liquidação das operações de mercado, faz o processamento destes dados.

Em 2019, houve aumento de 19% na base, encerrando o ano com 64.704 contratos para registro de compra ou venda de energia elétrica, divididos em 9 tipos.

Veja os números na tabela abaixo:

Número de Contratos por tipo e classe do agente vendedor e comprador

Tipo	Classe - Comprador	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
CCEAL	Autoprodutor	156	163	152	154	148	154	174	179	182	186	177	175
	Comercializador	7.320	7.068	7.605	7.371	7.881	8.485	8.910	9.426	9.683	9.980	10.106	10.709
	Consumidor Especial	8.636	8.802	8.728	9.062	9.250	9.059	9.127	9.324	9.555	10.209	9.956	9.764
	Consumidor Livre	2.699	2.691	2.671	2.715	2.769	2.749	3.155	3.159	3.157	3.227	3.250	3.195
	Gerador	241	246	258	234	234	285	316	344	324	339	332	310
	Produtor Independente	1.472	1.728	1.749	1.878	2.095	1.946	2.017	2.004	2.223	2.049	1.920	2.133
CCEAR-D	Distribuidor	10.288	10.287	10.286	10.286	10.287	10.295	10.321	10.321	10.324	10.331	10.464	10.464
CCEAR-Q	Distribuidor	4.044	4.020	4.058	4.056	4.088	4.086	4.086	4.088	4.086	4.103	4.103	4.102
CCEN	Distribuidor	51	51	51	51	51	52	54	54	54	54	54	54
CCGF	Distribuidor	3.519	3.519	3.519	3.519	3.519	3.588	3.726	3.726	3.726	3.726	3.726	3.726
Itaipu	Distribuidor	35	35	35	35	35	36	38	38	38	38	38	38
PROINFA	Autoprodutor	126	124	124	123	123	124	125	127	127	127	127	127
	Comercializador	70	76	84	86	91	96	106	113	122	125	132	139
	Consumidor Especial	10.986	11.114	11.259	11.429	11.675	11.915	11.863	12.228	12.497	12.743	12.957	13.218
	Consumidor Livre	1.803	1.849	1.862	1.874	1.891	1.898	2.242	2.253	2.254	2.263	2.263	2.277
	Distribuidor	109	109	109	109	109	109	109	109	109	109	109	109
CBR	Consumidor Especial	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Consumidor Livre	12	12	12	12	12	12	12	12	12	11	12	12
	Distribuidor	103	105	107	110	109	109	112	113	112	109	109	108
CCEAR-C	Distribuidor	3.467	3.456	3.467	3.666	3.667	3.665	3.847	3.847	3.845	4.118	4.112	4.042
Total Geral		55.139	55.457	56.138	56.772	58.036	58.665	60.342	61.467	62.432	63.849	63.949	64.704

CONTRATOS

Operações

HOME / OPERAÇÕES / CONTRATOS

A CCEE também apura e registra o volume de energia comercializada nos contratos. O exercício de 2019 foi encerrado com 158.459 MW médios negociados, conforme demonstra a tabela abaixo. Este montante representa uma elevação de 3% em relação a dezembro de 2018.

Montantes de contratos no centro de gravidade por tipo - MW médios

	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
CCEAL - Outros Compradores	74.554	75.614	75.859	75.612	77.165	78.247	84.828	91.987	95.911	106.629	91.615	103.867
CCEAL - Distribuidores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CCEAL - Importadores	3.154	2.939	2.824	2.971	3.298	3.391	3.333	3.405	3.519	3.667	3.294	3.175
CBR	5.020	4.997	4.998	4.991	4.607	4.672	4.650	4.698	4.661	4.711	4.652	4.550
CCEAR-Q	13.439	13.810	13.770	13.177	12.931	12.673	12.590	12.989	13.332	13.554	13.551	13.507
CCEN	1.573	1.573	1.573	1.573	1.573	1.573	1.573	1.573	1.573	1.573	1.571	1.573
CCGF	10.639	10.980	10.950	10.442	10.224	10.009	9.988	10.287	10.616	10.827	10.790	10.782
CCEAR-D	11.590	11.586	11.586	11.586	11.731	11.735	12.019	12.019	12.018	12.019	12.053	12.056
Itaipu	6.430	6.415	6.421	6.419	6.412	6.430	6.462	6.462	6.467	6.458	6.458	6.427
Leilão de Ajuste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROINFA	1.211	1.204	1.162	1.197	1.227	1.269	1.262	1.324	1.368	1.396	1.430	1.291
CCEAR-C	683	683	683	962	962	962	1.061	1.061	1.061	1.230	1.230	1.230
Total	128.293	129.802	129.826	128.931	130.129	130.961	137.766	145.806	150.526	162.064	146.645	158.459

MEDIÇÃO

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [MEDIÇÃO](#)

CCEE fecha 2019 com 23.485 pontos de medição de energia

Os dados de medição de geração e consumo de energia elétrica dos agentes de mercado são coletados e tratados diariamente pela CCEE. A plataforma que gerencia essas informações é o Sistema de Coleta de Dados de Energia (SCDE), que ao final de 2019 alcançou a marca de 23.485 pontos de medição cadastrados, um aumento de 17% em relação ao ano anterior.

Os dados de medição retratam o volume consumido e gerado de energia. Após a conferência, é feita uma comparação com os contratos de compra e venda registrados no CliqCCEE para a contabilização das operações do mercado de curto prazo.

Todas as operações - manutenção dos dados de cadastro dos pontos de medição dos agentes, registro de notificações, coleta automática diária dos dados de medição, realização de eventuais ajustes necessários e estimativa de dados faltantes – podem ser acompanhadas por meio de relatórios, gráficos e extratos de coleta no SCDE. Ao fim de 2019, um total de 1.656 usuários estavam cadastrados como agente de medição para acessar e operar o sistema.

Confira abaixo a evolução dos pontos de medição:

Evolução do cadastro de pontos de medição no SCDE

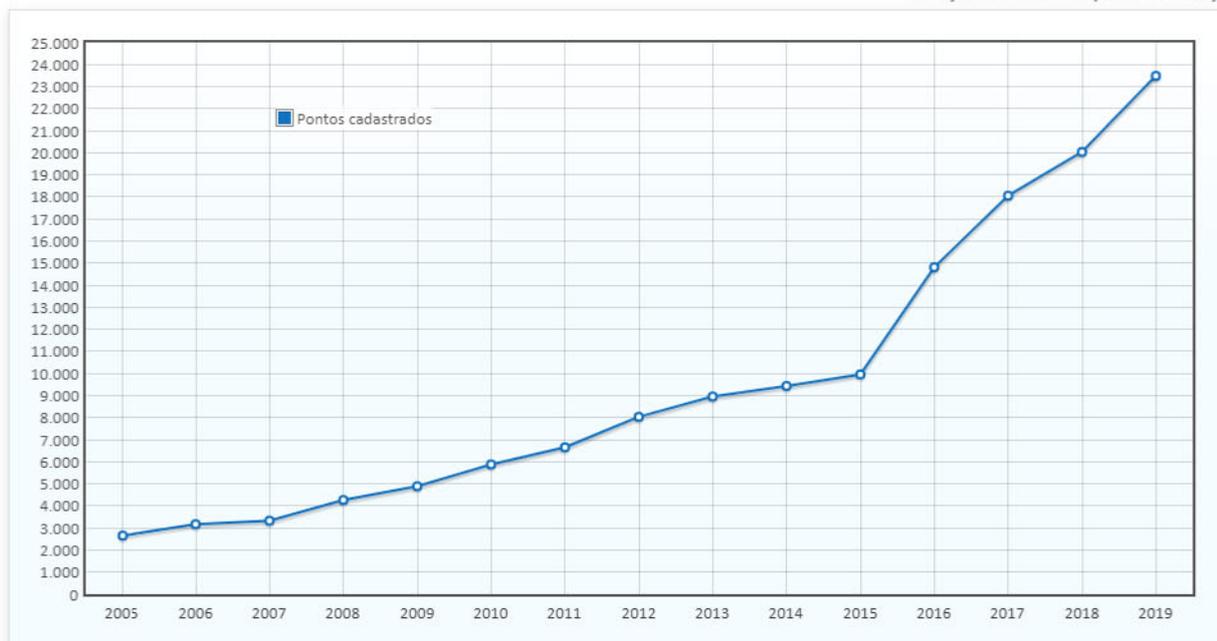
Ano	Pontos Cadastrados
2005	2.653
2006	3.169
2007	3.329
2008	4.267
2009	4.890
2010	5.878
2011	6.654
2012	8.035
2013	8.955
2014	9.435
2015	9.958
2016	14.815
2017	18.057
2018	20.042
2019	23.485

MEDIÇÃO

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [MEDIÇÃO](#)

Evolução do cadastro de pontos de medição no SCDE



Pontos de medição flexibilizados

Quase metade dos pontos de medição estão flexibilizados

A CCEE possui 23.485 pontos de medição cadastrados e 10.848 deles, equivalente a 46,2% do total, estavam flexibilizados ao fim do exercício de 2019.

A flexibilização adveio da Resolução Normativa Aneel nº 688/15, que simplificou exigências do Sistema de Medição e Faturamento – SMF ao desobrigar o uso de um equipamento conhecido como medidor de retaguarda para consumidores especiais.

Em março de 2017, a autorização foi ampliada pela Resolução Normativa Aneel nº 759/17 para distribuidoras, consumidores livres e centrais geradoras não programadas e nem despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

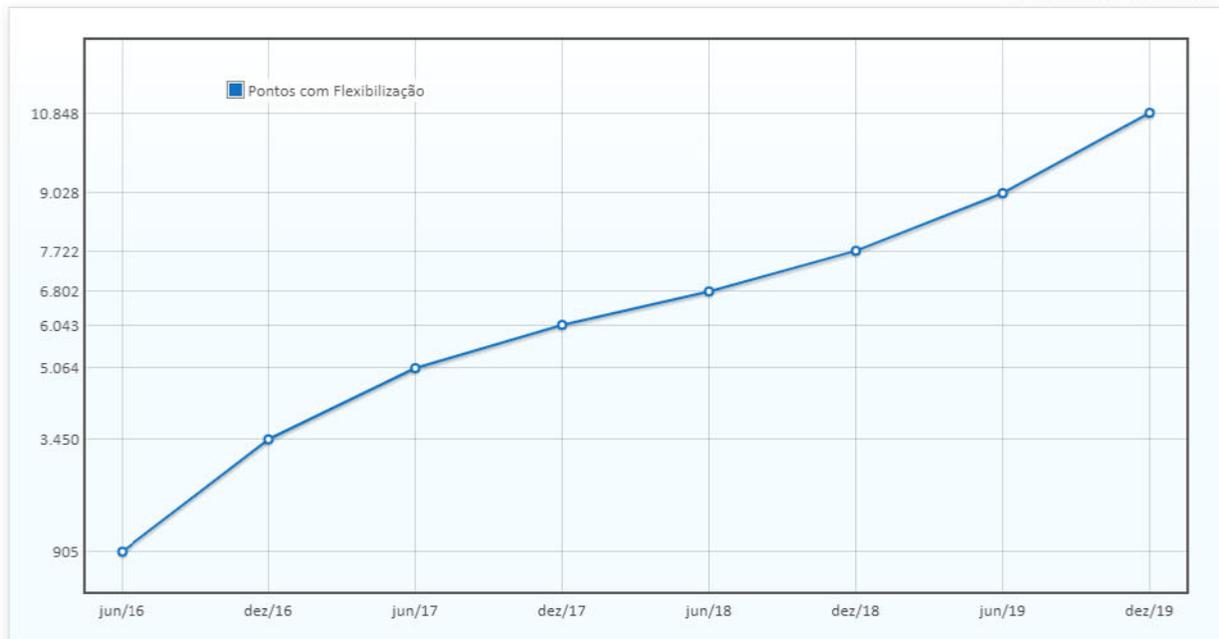
O benefício da flexibilização é a economia no processo de adesão dos ativos no mercado. Além do custo do equipamento, a instalação do medidor de retaguarda exigia obras para adequação, desestimulando a migração de alguns consumidores.

MEDIÇÃO

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [MEDIÇÃO](#)

Evolução dos Pontos com Flexibilização



Gestão da Medição

Gestão da Medição adota aviso de períodos de dados faltantes

A CCEE implantou novas funcionalidades para permitir uma gestão diária mais efetiva dos dados de medição. Uma delas foi o aviso de períodos de dados faltantes, que permite ao agente de medição parametrizar, no AppCCEE, os avisos a serem recebidos e sua respectiva periodicidade, auxiliando, assim, na gestão da resolução de problemas que impactam na coleta dos dados de medição.

Os agentes podem escolher entre três padrões de avisos de ausência de dados de medição, de acordo com sua estratégia de trabalho.

A primeira opção é o aviso dos pontos de medição com ausência de dados entre o primeiro dia útil e o terceiro dia útil do mês seguinte ao mês de referência. Neste aviso, é considerado um consolidado de todos os pontos de medição com ao menos uma hora faltante para o mês apurado.

Em complemento, a segunda opção permite que o usuário escolha o período do mês que deseja receber o aviso de ausência de dados. Por exemplo: a partir do dia 6 até o dia 15 do mês, o agente opta por ser avisado se houver ausência de dados de medição entre o 1º dia do mês e um, dois ou três dias anteriores a data de recebimento do aviso.

Por último, existe a possibilidade também de programar o envio de aviso de percentual, que informa a taxa de pontos de medição com ao menos uma hora faltante em relação à quantidade total de pontos de medição consolidados no perfil do usuário.

Adicionalmente foi implantada outra funcionalidade no AppCCEE da instituição para acompanhamento dos ajustes de dados de medição. Os usuários, que possuem perfil autorizado a visualizar as informações do Sistema de Coleta de Dados de Energia – SCDE, podem acessar as notificações de ajuste de dados de medição registradas para pontos do agente conectante ao qual possui permissão.

O AppCCEE permite a identificação da situação de cada ajuste e visualização de informações detalhadas por ponto de medição, como a quantidade de horas, período, motivo e o montante de energia ativa líquida após o registro de ajustes e avaliação da CCEE. Ficando assim disponíveis as informações referentes aos ajustes de dados de medição para o mês de operação de referência.

CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

Mesmo com forte judicialização, CCEE mantém contabilização do mercado

Com o registro dos contratos de compra e venda de energia, e os dados de consumo e geração dos agentes, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE realiza a contabilização e liquidação dos valores.

O presente Relatório de Administração elenca em detalhes cada um dos processos e seus resultados em 2019. Clique no índice para conferir as informações de seu interesse.

Índice

- [Liquidação do MCP](#)
- [Garantia Física](#)
- [Geração e Consumo 2019](#)
- [Geração e Consumo por Submercado](#)
- [MRE](#)
- [Encargos de Serviços de Sistema](#)
- [Exposições Financeiras](#)
- [Energia Incentivada](#)
- [Proinfa](#)
- [Liquidação de Cotas de Garantia Física](#)
- [Liquidação de Cotas de Energia Nuclear](#)
- [Energia de Reserva](#)
- [MCSD](#)
- [MCSD de Energia Nova](#)

LIQUIDAÇÃO DO MCP

Operações

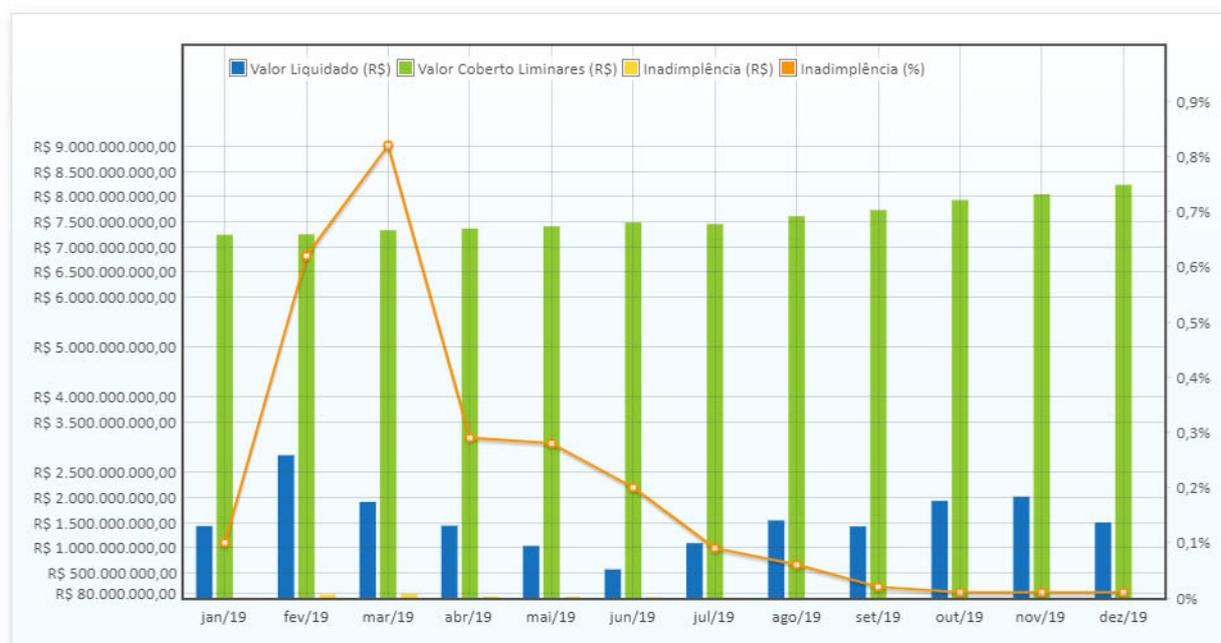
HOME / OPERAÇÕES / CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Em 2019, as liquidações financeiras do Mercado de Curto Prazo (MCP) movimentaram R\$ 18,7 bilhões. A maior movimentação foi registrada em fevereiro e a menor em junho. Por conta de liminares judiciais relacionadas ao risco hidrológico (GSF), as operações registraram valores em aberto entre R\$ 7,5 bilhões e R\$ 8,2 bilhões durante o ano.

Já a inadimplência do MCP atingiu seu maior volume percentual em março, com índice de 0,8%. Com os acordos de parcelamento de alguns agentes e distribuidoras, os montantes financeiros inadimplidos voltaram ao patamar aceitável do mercado, terminando dezembro com R\$ 747 mil.

Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo - MCP

Mês de Referência	Data da Liquidação	Total a Liquidar (R\$)	Total Liquidado (R\$)	Valor não pago (R\$)	Valor não pago (%)	Valor não pago contemplado por ações judiciais (R\$)	Valor não pago contemplado por ações judiciais (%)	Valores em parcelamento (R\$) (DSP 2354/18)	Valores em parcelamento (%) (DSP 2354/18)	Inadimplência desconsiderando ações judiciais e parcelamentos (R\$)	Inadimplência desconsiderando ações judiciais e parcelamentos (%)
Jan/19	11/03/2019	9.009.737.863,09	1.431.399.169,05	-7.578.338.694,04	84,11%	-7.238.408.813,17	80,34%	-330.585.581,95	3,67%	-9.344.298,92	0,10%
Fev/19	08/04/2019	10.455.009.185,35	2.842.136.480,92	-7.612.872.704,43	72,82%	-7.247.692.021,49	69,32%	-300.518.054,02	2,87%	-64.662.628,92	0,62%
Mar/19	08/05/2019	9.595.041.344,66	1.911.542.719,88	-7.683.498.624,78	80,08%	-7.330.419.022,30	76,40%	-274.698.934,86	2,86%	-78.380.667,62	0,82%
Abr/19	06/06/2019	9.087.786.567,24	1.437.078.173,44	-7.650.708.393,80	84,19%	-7.362.888.866,63	81,02%	-261.023.841,25	2,87%	-26.795.685,92	0,29%
Mai/19	10/07/2019	8.645.417.116,74	1.034.639.866,75	-7.610.777.249,99	88,03%	-7.406.208.460,81	85,67%	-180.004.159,10	2,08%	-24.564.630,08	0,28%
Jun/19	05/08/2019	8.228.121.207,63	566.538.653,02	-7.661.582.554,61	93,11%	-7.482.736.741,83	90,94%	-162.231.788,48	1,97%	-16.614.024,30	0,20%
Jul/19	05/09/2019	8.681.132.469,44	1.088.562.301,94	-7.592.570.167,50	87,46%	-7.451.566.084,86	85,84%	-133.534.001,88	1,54%	-7.470.080,76	0,09%
Ago/19	07/10/2019	9.264.986.441,58	1.542.770.601,11	-7.722.215.840,47	83,35%	-7.608.285.067,39	82,12%	-108.299.543,91	1,17%	-5.631.229,17	0,06%
Set/19	05/11/2019	9.250.463.989,45	1.423.759.275,64	-7.826.704.713,81	84,61%	-7.731.904.821,05	83,58%	-92.835.931,79	1,00%	-1.963.960,97	0,02%
Out/19	09/12/2019	9.942.467.054,59	1.932.340.926,88	-8.010.126.127,71	80,56%	-7.931.394.295,31	79,77%	-77.363.961,84	0,78%	-1.367.870,56	0,01%
Nov/19	08/01/2020	10.126.988.693,92	2.017.305.491,88	-8.109.683.202,04	80,08%	-8.046.961.378,10	79,46%	-61.890.663,19	0,61%	-831.160,75	0,01%
Dez/19	06/02/2020	9.784.244.605,17	1.502.023.208,01	-8.282.221.397,16	84,65%	-8.235.002.918,52	84,17%	-46.471.048,06	0,47%	-747.430,58	0,01%



GARANTIA FÍSICA

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

A regulamentação de comercialização de energia elétrica estabelece que cada usina geradora pode transacionar o equivalente à sua garantia física em contratos de energia.

Houve, no exercício de 2019, uma elevação de 3,7% da garantia física no Sistema Interligado Nacional – SIN, saltando de 82.080 MW médios em janeiro para 84.273 MW médios em dezembro.

Mais uma vez, o destaque proporcional em expansão coube ao segmento de solar fotovoltaica, que saiu de 531 MW médios em janeiro para 686 MW médios em dezembro, aumento de 29% da garantia física. Em dados quantitativos, as hidráulicas continuaram no topo, com 55.660 MW médios. Destaca-se, ainda, a retração sofrida pelas térmicas a óleo.

Veja, no quadro abaixo, os números de garantia física por fonte em 2019:

Garantia física por fonte (MW médios)

Fonte de geração	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
Eólica	6.121	6.192	6.287	6.313	6.383	6.389	6.397	6.404	6.438	6.438	6.456	6.492
Hidráulica	55.440	55.440	55.440	55.385	55.385	55.633	55.633	55.633	55.654	55.654	55.654	55.660
Hidráulica CGH	128	130	133	135	143	144	146	150	154	154	156	157
Hidráulica PCH	2.888	2.895	2.896	2.904	2.903	2.904	2.903	2.930	2.944	2.949	2.947	2.983
Térmica - Outros	420	420	420	420	420	420	420	420	420	420	420	420
Térmica a Biomassa	2.703	2.704	2.704	2.704	2.716	2.716	2.716	2.715	2.715	2.735	2.739	2.739
Térmica a Carvão Mineral	2.207	2.207	2.207	2.207	2.531	2.531	2.531	2.531	2.531	2.531	2.531	2.531
Térmica a Gás	6.984	6.984	6.984	6.984	6.984	6.984	6.984	6.984	6.984	6.984	7.851	7.969
Térmica a Óleo	2.354	2.333	2.333	2.333	2.333	2.333	2.333	2.333	2.333	2.333	2.333	2.333
Térmica bi-Combustível - gás/óleo	489	489	489	489	489	489	489	489	489	489	489	489
Térmica Nuclear	1.715	1.715	1.715	1.715	1.715	1.715	1.715	1.715	1.715	1.715	1.715	1.715
Solar Fotovoltaica	531	549	571	571	560	571	589	589	590	618	666	686
Térmica a GNL	99	99	99	99	99	99	99	99	99	99	99	99
Total	82.080	82.157	82.278	82.258	82.661	82.927	82.953	82.990	83.066	83.119	84.055	84.273

GERAÇÃO E CONSUMO 2019

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

A CCEE apura regularmente as informações sobre a produção bruta das usinas do Sistema Interligado Nacional – SIN e sobre o consumo em milhões de casas, propriedades rurais, comércios, indústrias e complexos esportivos em todo o Brasil.

Em 2019, de acordo com os dados registrados pela CCEE, a geração bruta de energia elétrica foi de 66.045 MW médios e o consumo bruto foi de 63.229 MW. Os picos de geração e de consumo aconteceram no mês de janeiro.

Considerando a geração e o consumo no centro de gravidade, ou seja, descontando as perdas técnicas no sistema, o Brasil registrou o consumo de 64.637 MW médios em 2019.

As perdas elétricas são rateadas entre os agentes, na proporção de 50% para cada segmento, sendo definido um ponto virtual – Centro de Gravidade (CG) – onde são apurados os montantes de geração e de energia em cada submercado. Para fazer a checagem das perdas, é necessário verificar a diferença existente entre a geração e o consumo na conexão, descontando o gasto energético interno da própria usina.

A seguir, você pode conferir todos os dados relativos à geração e ao consumo em 2019:

Garantia física por fonte (MW médios)

Mês	Geração bruta (MW médios)	Consumo bruto (MW médios)	Perdas (MW médios)	Geração e consumo no CG (MW médios)	Fator de perdas de geração (%)	Fator de perdas de consumo (%)
Jan/19	71.213	67.893	3.320	69.553	2,73%	2,85%
Fev/19	70.051	66.583	3.469	68.317	2,95%	3,07%
Mar/19	67.166	63.976	3.190	65.571	2,86%	2,96%
Abr/19	66.842	63.655	3.187	65.249	2,89%	3,01%
Mai/19	65.265	62.088	3.178	63.677	3,00%	3,12%
Jun/19	62.446	59.697	2.749	61.071	2,71%	2,81%
Jul/19	61.540	59.292	2.247	60.416	2,24%	2,31%
Ago/19	62.346	60.104	2.241	61.225	2,25%	2,29%
Set/19	64.924	62.670	2.254	63.797	2,17%	2,20%
Out/19	67.595	65.095	2.500	66.345	2,32%	2,35%
Nov/19	67.252	64.772	2.479	66.012	2,30%	2,34%
Dez/19	66.202	63.183	3.019	64.692	2,78%	2,87%

GERAÇÃO E CONSUMO POR SUBMERCADO

Operações

HOME / OPERAÇÕES / CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE computa, ainda, os dados mensais de produção e consumo de energia nos quatro submercados que integram o Sistema Interligado Nacional – SIN. Mais uma vez, em 2019, o submercado que une as regiões Sudeste e Centro-Oeste foi líder em geração e utilização.

Veja, no quadro e no gráfico, os montantes mensais de geração por submercado registrados pela CCEE em 2019:

Geração por submercado (MW médios)

Mês/Ano	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte	SIN
Jan/19	38.722	11.493	8.344	10.994	69.553
Fev/19	38.786	9.215	7.534	12.782	68.317
Mar/19	36.421	9.541	7.317	12.293	65.571
Abr/19	36.887	8.735	7.607	12.020	65.249
Mai/19	34.103	9.364	8.502	11.708	63.677
Jun/19	32.314	10.191	9.621	8.945	61.071
Jul/19	32.228	11.066	10.416	6.706	60.416
Ago/19	33.904	9.287	12.130	5.904	61.225
Set/19	37.239	7.665	12.147	6.747	63.797
Out/19	38.905	7.954	12.350	7.135	66.345
Nov/19	36.038	11.550	11.716	6.707	66.012
Dez/19	38.452	7.591	10.826	7.824	64.692



GERAÇÃO E CONSUMO POR SUBMERCADO

Operações

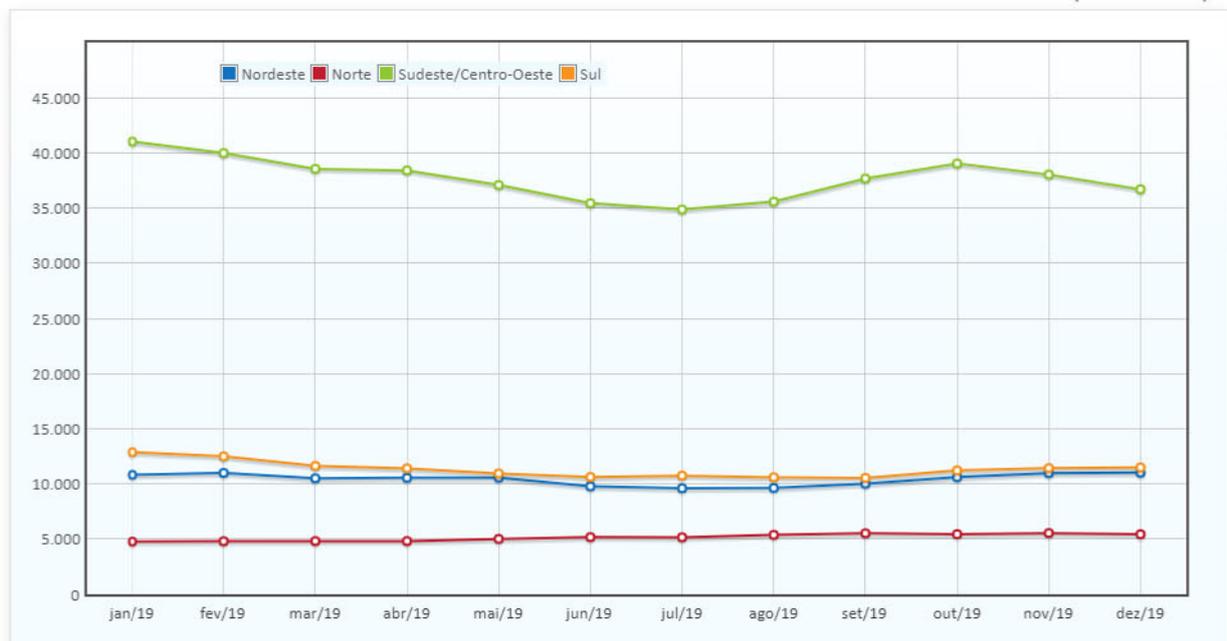
HOME / OPERAÇÕES / CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Confira, agora, os montantes mensais de consumo por submercado registrados pela CCEE no exercício de 2019:

Consumo por submercado (MW médios)

Mês/Ano	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte	SIN
Jan/19	41.029	12.879	10.820	4.776	69.504
Fev/19	39.980	12.489	10.993	4.805	68.268
Mar/19	38.554	11.627	10.503	4.816	65.500
Abr/19	38.408	11.408	10.551	4.817	65.186
Mai/19	37.089	10.941	10.567	5.014	63.610
Jun/19	35.442	10.625	9.779	5.173	61.018
Jul/19	34.869	10.747	9.601	5.157	60.374
Ago/19	35.578	10.597	9.631	5.380	61.185
Set/19	37.678	10.545	10.013	5.520	63.755
Out/19	39.037	11.214	10.608	5.441	66.301
Nov/19	38.036	11.428	10.971	5.540	65.976
Dez/19	36.702	11.487	11.012	5.437	64.638

Consumo por submercado (MW médios)



MECANISMO DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA - MRE

Operações

HOME / OPERAÇÕES / CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO

O Mecanismo de Realocação de Energia – MRE propicia que, no processo de contabilização da CCEE, todas as usinas hidráulicas participantes obtenham seus níveis de garantia física. Isso independe da produção efetiva de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física do Sistema Interligado Nacional – SIN. A operacionalização é feita por meio da realocação de excedentes dos que produziram além das garantias físicas para aqueles que geraram abaixo.

Por outro lado, se a geração do MRE fica abaixo da garantia física total do conjunto das usinas, é aplicado um mecanismo de redução da garantia física que, na prática, compartilha o déficit de geração em relação à garantia física entre os agentes.

É como um shopping center, em que todas as lojas compartilham os riscos financeiros relacionados à aquisição e à comercialização de energia elétrica. O importante passa a ser a produção coletiva das usinas participantes do MRE, e não o nível individual de geração de cada uma delas.

A energia transacionada no MRE é valorada pelo Custo MRE, também chamado Tarifa de Energia de Otimização, que é definida pela Aneel e registrada pela CCEE.

O quadro abaixo registra os valores mensais de ajuste do MRE em 2019:

Mês	Garantia física do MRE - ajustada (MW médios)	Garantia física sazonalizada (MW médios)	Ajuste do MRE
Jan/19	33.964	33.964	100,0%
Fev/19	35.443	35.443	100,0%
Mar/19	37.646	37.646	100,0%
Abr/19	42.526	42.526	100,0%
Mai/19	47.319	51.276	92,3%
Jun/19	42.189	63.053	66,9%
Jul/19	38.498	70.472	54,6%
Ago/19	35.601	72.955	48,8%
Set/19	38.567	72.572	53,1%
Out/19	40.623	69.984	58,0%
Nov/19	41.362	61.830	66,9%
Dez/19	43.910	51.136	85,9%



MECANISMO DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA - MRE

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

Na tabela abaixo, é possível conferir o registro dos montantes mensais da geração de energia transacionada no MRE, bem como os respectivos valores do Custo MRE naquele respectivo mês:

	Geração (MW médios)	Energia transacionada no MRE (MW médios)	Energia transacionada no MRE x Geração (%)	Custo MRE (R\$ por MWh)
Jan/19	55.148,51	10.999,15	19,9%	15,64
Fev/19	52.606,71	11.331,56	21,5%	14,17
Mar/19	51.460,61	12.617,58	24,5%	15,56
Abr/19	50.594,14	11.868,06	23,5%	15,28
Mai/19	47.318,76	10.119,57	21,4%	13,92
Jun/19	42.137,54	8.539,47	20,3%	15,55
Jul/19	38.497,28	8.997,28	23,4%	17,74
Ago/19	35.600,67	9.324,89	26,2%	17,73
Set/19	38.567,34	10.923,92	28,3%	18,24
Out/19	40.622,77	10.343,58	25,5%	17,44
Nov/19	41.362,13	9.464,35	22,9%	16,66
Dez/19	43.909,93	9.342,48	21,3%	17,15

ENCARGOS DE SERVIÇOS DE SISTEMA - ESS

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

Os agentes com medição de consumo registrada na CCEE dividem os Encargos de Serviço do Sistema – ESS. Os tributos são cobrados em decorrência do acionamento de usinas em função de restrições de operação, da prestação de serviços auxiliares para o sistema ou por motivos de segurança energética.

Os recursos são imprescindíveis para garantir a confiabilidade e a estabilidade no fornecimento de energia no Sistema Interligado Nacional - SIN.

Veja, a seguir, os recebimentos de encargos em 2019.

Recebimentos de encargos de serviços do sistema por tipo (R\$)

	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
Recebimento por restrição de operação - Constrained-On	77.119.552	57.139.411	86.939.154	106.932.662	93.197.765	51.456.087	33.169.560	422.486	6.478.628	1.434.965	7.454.166	33.901.163
Recebimento por restrição de operação - Constrained-Off	297.761	5.452.536	15.542.967	1.302.089	2.166.535	4.236.527	29.674.229	34.103.414	3.734.301	19.249.024	26.956.986	7.111.372
Recebimento por de Outros Serviços Ancilares	8.585.377	8.585.832	8.591.756	8.591.756	8.591.756	8.600.193	8.075.834	511.814	512.685	514.175	513.146	519.783
Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona	7.810.040	9.425.048	13.329.038	13.107.014	15.624.985	15.045.225	16.072.674	14.284.342	14.157.306	15.246.282	12.985.622	15.528.499
Recebimento por segurança energética	0	53.243.552	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimento por Deslocamento Hidráulico	3.820	31.111.119	0	0	0	0	899	0	3.485.018	376.757	3.025.246	143
Recebimento por Importação de Energia	0	1.118.597	695	153	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimento por Reserva Operativa	133.541.132	126.426.659	132.548.925	226.589.680	77.145.483	0	0	0	0	0	0	0
Total	227.357.683	292.502.754	256.952.535	356.523.354	196.726.524	79.338.030	86.993.196	49.322.057	28.367.939	36.821.202	50.935.166	57.060.960

O custo final dos encargos pode ser reduzido, na eventualidade de haver recursos provenientes das penalidades aplicadas aos agentes pela CCEE. Os encargos também são menores quando são utilizadas reservas específicas para o alívio destes e quando há sobras de excedente financeiro.

ENCARGOS DE SERVIÇOS DE SISTEMA - ESS

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

Veja, abaixo, qual foi o volume de pagamento de encargos em 2019 após esses abatimentos:

Pagamentos de encargos de serviços do sistema por tipo (R\$)

	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
Reservas para alívio de ES	445.138.994	1.605.100.929	873.372.903	500.012.241	250.795.329	0	43.776.415	155.140.296	6.660.735	0	0	0
Sobra de excedente financeiro no mês anterior	16.009	8.086.405	883.430.705	1.639.029.631	2.012.216.116	2.133.828.893	2.062.894.233	2.027.806.502	2.043.936.322	2.033.584.577	2.009.382.012	1.997.147.187
Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamento por ESS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética	234.340	210.781.330	132.548.925	226.589.680	77.145.483	515	896	0	3.485.018	376.757	3.025.246	135
Excedente Financeiro de Importação de energia	5.242.392	14.847.276	2.506.724	1.870.286	1.234.806	530.763	296.121	0	0	6.003.693	29.391.070	9.658.011
Valor Referente aos Custos por Razão Energética	0	58.687	2.193	18	869	40	0	0	0	71	1.538	26

Um dos fatores geradores de encargos é o despacho de termelétricas para garantir a segurança energética. Confira abaixo a geração de usinas com essa finalidade ao longo do ano.

Geração por segurança energética (MWh)

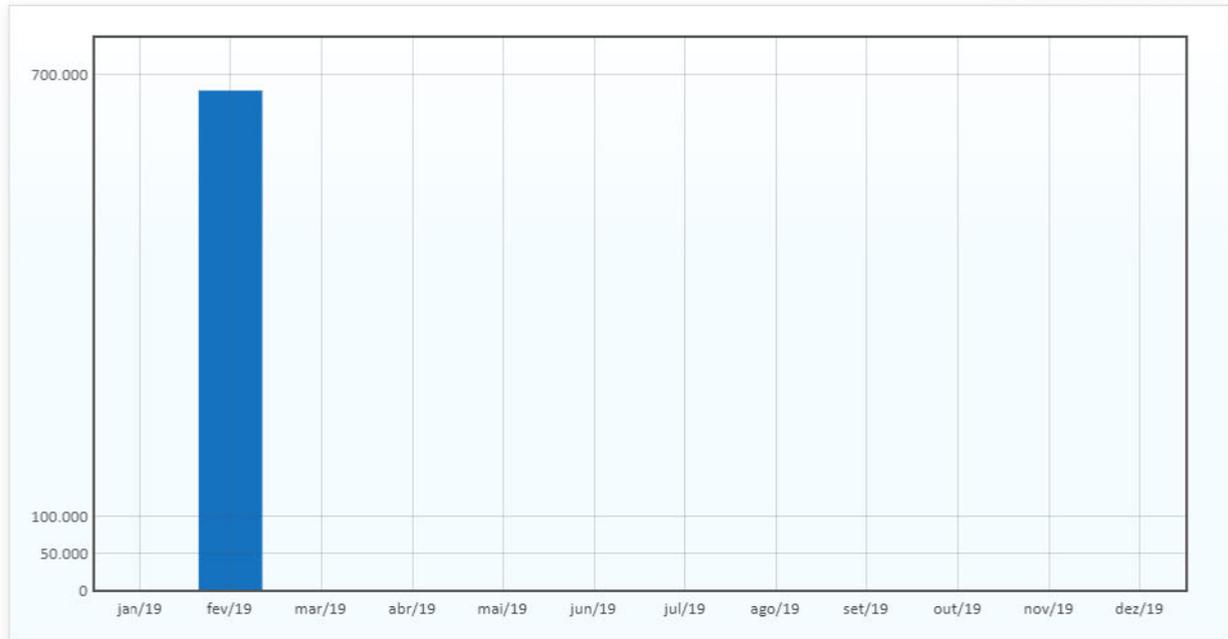
	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
Geração por segurança energética	0	678.409	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ENCARGOS DE SERVIÇOS DE SISTEMA - ESS

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

Geração por segurança energética (MWh)



EXPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

A oferta e a troca de energia entre os submercados pode gerar diferenças entre os valores praticados em cada região, o que impactaria os agentes em suas posições contratuais.

Para mitigar o impacto, a CCEE faz uma contabilização em que as exposições financeiras positivas de alguns agentes aliviam as negativas de outros. Assim, os impactos das diferenças dos valores aos consumidores regulados são mitigados.

Os valores arrecadados pela CCEE com penalidades cobradas dos agentes também são utilizados para abater as exposições negativas. Veja, abaixo, como foram tratadas as exposições financeiras em 2019:

Exposições associadas à contratação regulada – alocação do excedente financeiro (R\$)

	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
Excedente Financeiro	376.068.037,54	1.488.390.138,70	888.596.875,79	422.582.355,91	292.431.364,74	0,01	13.635.026,86	61.345.012,07	2.736.921,34	-0,24	-0,01	-0,25
Exposição Financeira Positiva	85.929.674,21	204.308.131,04	68.984.360,64	115.240.293,28	56.471.031,32	-	30.958.243,24	97.396.477,54	4.100.661,84	-	-	-
Total de Recursos Disponível	461.997.711,75	1.692.698.269,74	957.581.236,43	537.822.649,19	348.902.396,06	0,01	44.593.270,10	158.741.489,61	6.837.583,18	-0,24	-0,01	-0,25
Exposição Financeira Negativa	16.858.718,24	87.597.341,03	84.208.333,64	37.810.408,60	98.107.067,56	-	816.855,54	3.601.193,74	176.847,89	-	-	-
Exposições Negativas Remanescentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Alívio do Encargo de Serviço do Sistema	445.138.993,51	1.605.100.928,71	873.372.902,79	500.012.240,59	250.795.328,50	0,01	43.776.414,56	155.140.295,87	6.660.735,29	-	-	-

ENERGIA INCENTIVADA

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

Para estimular os investimentos em fontes limpas e renováveis de energia elétrica, a regulamentação do setor concede um desconto nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão (Tust) e de distribuição (Tusd) para empreendimentos solares, eólicos, a biomassa, a biogás e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). O abatimento pode ser de 50%, 80% ou 100%, de acordo com a fonte.

Ao final de 2019, 1.541 usinas possuíam direito a esses descontos, com 31.240 MW em capacidade instalada. Os consumidores especiais do mercado livre podem contratar seu suprimento somente com energia incentivada.

Confira abaixo os dados completos de 2019.

Usinas de energia incentivada e convencionais especiais

	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
Geração (MW médios)	8.839	6.813	7.526	8.471	11.056	12.563	12.059	13.595	13.024	13.111	12.051	10.771
Capacidade Instalada (MW)	29.542	29.817	30.137	30.159	30.001	30.076	30.179	30.261	30.503	30.720	30.971	31.240
Número de usinas	1.440	1.453	1.470	1.474	1.476	1.484	1.489	1.497	1.509	1.517	1.527	1.541

PROINFA

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) foi criado pelo governo federal em 2002, com o intuito de estimular o investimento em fontes renováveis de energia e em tecnologias alternativas de geração. O programa é integrado por pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas e usinas a biomassa.

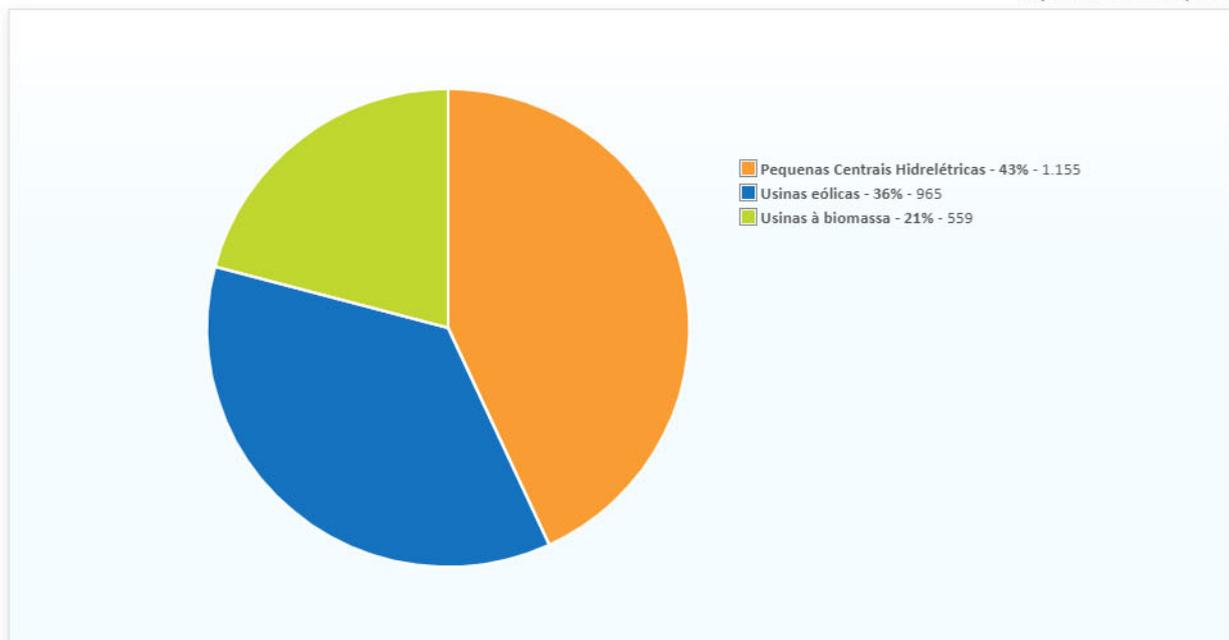
Na época de sua criação, o programa viabilizou um total de 2.679 MW em capacidade instalada por meio da assinatura de contratos de 20 anos para venda da energia à Eletrobras. O desembolso dessa contratação é dividido entre todos os consumidores de energia, livres e regulados, exceto os clientes de baixa renda.

Confira abaixo as usinas do Proinfa e seu desempenho em 2019:

Capacidade instalada por fonte - PRONFA - Dez/2019 - (MW)

Pequenas centrais hidrelétricas	1.155
Usinas eólicas	965
Usinas à biomassa	559

Capacidade instalada por fonte (MW)



PROINFA

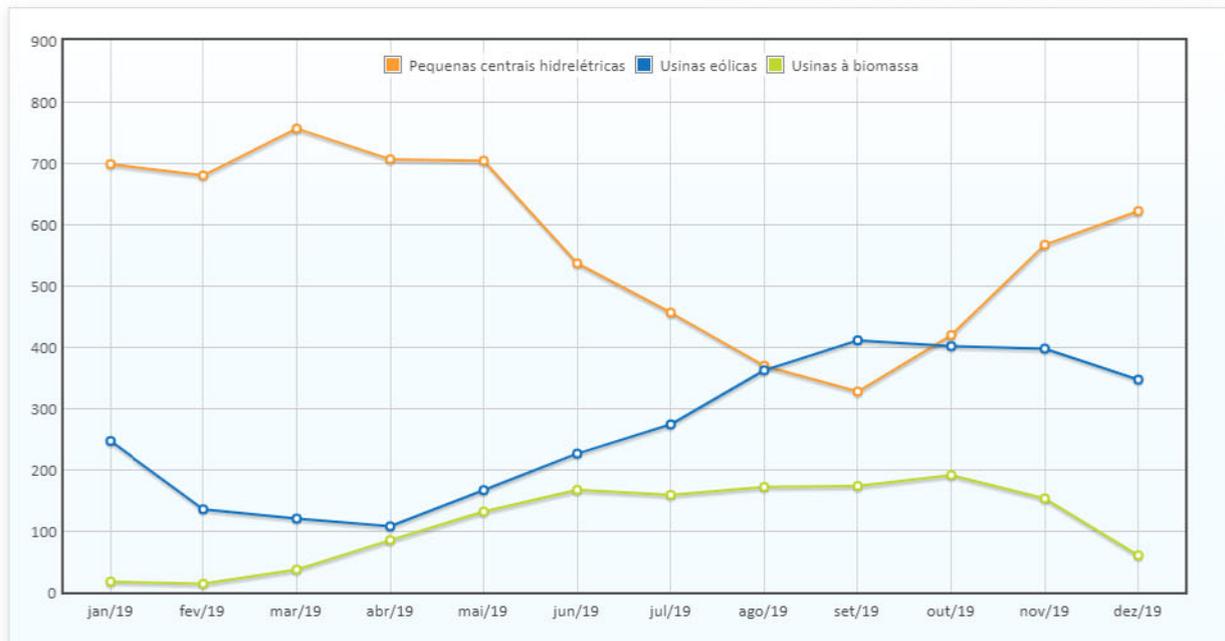
Operações

HOME / OPERAÇÕES / CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Proinfa - Geração das usinas contratadas pelo programa, por fonte (MW médios)

	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
Pequenas centrais hidrelétricas	698,06	679,511	755,941	705,926	703,692	536,180	455,715	369,084	326,904	419,113	566,389	621,419
Usinas eólicas	246,33	134,920	119,746	107,179	166,056	225,780	273,402	361,726	410,633	401,118	397,011	346,478
Usinas à biomassa	16,92	13,467	36,591	84,717	131,170	166,519	158,350	171,385	172,856	190,642	152,600	59,783

Proinfa - geração das usinas contratadas pelo programa, por fonte (MW médios)



LIQUIDAÇÃO DE COTAS DE GARANTIA FÍSICA

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

A Liquidação de Cotas de Garantia Física é a operação na qual as distribuidoras de energia pagam para as geradoras envolvidas nesse regime uma receita de venda definida pelo governo – a hidrelétrica cuja concessão foi renovada ou expirada e que é alcançada pela Lei 12.783/13. Os empreendimentos enquadrados no regime de cotas somam mais de 12 GW médios de garantia física. As operações de 2019 somou R\$ 9.484.307.098.

Veja, a seguir, um resumo dessas contabilizações ao longo de 2019.

Liquidação Financeira do Regime de Cotas de Garantia Física

Mês	Data da Liquidação	Total a Liquidar (R\$)	Total Liquidado (R\$)	Valor não pago (R\$)	Valor não pago (%)
Jan/19	18/02/2019	806.918.264,62	748.896.573,10	-58.021.691,52	7,19%
Fev/19	19/03/2019	798.873.442,74	798.873.442,74	0,00	0,00%
Mar/19	16/04/2019	766.501.646,42	760.619.369,36	-5.882.277,06	0,77%
Abr/19	17/05/2019	763.334.160,26	763.334.160,26	0,00	0,00%
Mai/19	18/06/2019	768.278.868,90	768.278.868,90	0,00	0,00%
Jun/19	16/07/2019	754.687.562,71	754.687.562,71	0,00	0,00%
Jul/19	16/08/2019	811.600.375,70	811.600.375,70	0,00	0,00%
Ago/19	17/09/2019	813.514.868,48	813.514.868,48	0,00	0,00%
Set/19	16/10/2019	806.337.093,78	806.337.093,78	0,00	0,00%
Out/19	19/11/2019	823.089.117,76	823.089.117,76	0,00	0,00%
Nov/19	17/12/2019	815.172.890,56	815.172.890,56	0,00	0,00%
Dez/19	17/01/2020	819.902.774,72	819.902.774,72	0,00	0,00%

LIQUIDAÇÃO DE COTAS DE ENERGIA NUCLEAR

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

A liquidação financeira das cotas de energia nuclear unifica os pagamentos das distribuidoras pela energia elétrica comprada junto às usinas nucleares de Angra, no município de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

As distribuidoras dividem o resultado financeiro dessas usinas no mercado de curto prazo e pagam a elas uma receita de venda preestabelecida. A CCEE é responsável por viabilizar os pagamentos e recebimentos, em liquidações financeiras mensais.

Em 2019, as liquidações referentes às usinas de Angra 1 e Angra 2 somaram R\$ 3.499.082.654 em 2019.

Liquidação Financeira do Regime de Cotas de Energia Nuclear

Mês	Data da Liquidação	Total a Liquidar (R\$)	Total Liquidado (R\$)	Valor não pago (R\$)	Valor não pago (%)
Jan/19	15/02/2019	301.305.536,28	287.617.040,11	-13.688.496,17	-4,54%
Fev/19	18/03/2019	304.199.181,54	304.199.181,54	0,00	0,00%
Mar/19	15/04/2019	290.440.117,65	290.440.117,65	0,00	0,00%
Abr/19	16/05/2019	290.740.088,36	290.740.088,36	0,00	0,00%
Mai/19	17/06/2019	290.740.088,36	290.740.088,36	0,00	0,00%
Jun/19	15/07/2019	290.740.088,36	290.740.088,36	0,00	0,00%
Jul/19	15/08/2019	290.740.088,36	290.740.088,36	0,00	0,00%
Ago/19	16/09/2019	290.740.088,36	290.740.088,36	0,00	0,00%
Set/19	15/10/2019	290.740.088,36	285.612.383,92	-5.127.704,44	-1,76%
Out/19	18/11/2019	296.028.460,87	295.867.792,80	-160.668,07	-0,05%
Nov/19	16/12/2019	290.905.608,41	290.905.608,41	0,00	0,00%
Dez/19	16/01/2020	290.740.088,36	290.740.088,36	0,00	0,00%

ENERGIA DE RESERVA

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

Com o intuito de elevar a segurança do abastecimento do Sistema Interligado Nacional - SIN, foram realizados nas últimas décadas leilões especiais para contratação de usinas de energia de reserva, provenientes de fontes renováveis, que se somam ao volume comprado pelas distribuidoras nos leilões de energia nova.

A CCEE é responsável pela assinatura dos contratos com os geradores e assume o papel de representante dos consumidores beneficiados pela energia de reserva: consumidores cativos por meio das distribuidoras, consumidores livres e autoprodutores.

A geração dessas usinas é liquidada no Mercado de Curto Prazo (MCP), com a arrecadação sendo usada para pagar os geradores pelos preços definidos no leilão que contratou cada usina.

Se a venda da produção não for suficiente, a CCEE pode cobrar dos consumidores o Encargo de Energia de Reserva (EER), que deve ser pago por todos os usuários do sistema para pagamento dos geradores.

Todos os recursos com a venda da energia de reserva e com o EER são administrados pela CCEE por meio da Conta de Energia de Reserva (Coner).

Quando há excedentes na conta, a Câmara de Comercialização repassa estes recursos aos agentes, na forma de créditos lançados nas liquidações financeiras do MCP.

Confira os dados completos da Coner em 2019:

Movimentação da Conta de Energia de Reserva - CONER - R\$

	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
Saldo da CONER no início do mês (R\$)	1.695.802.375,120	1.435.452.130,860	1.053.561.824,970	739.131.229,940	498.055.736,410	345.916.193,040	314.910.577,030	316.252.652,610	317.699.349,660	325.523.123,090	470.188.391,570	580.960.964,380
Ressarcimentos e multas junto a geradores e eventuais pagamentos por ordens judiciais	4.358.685,680	6.619.985,240	16.178.336,180	30.896.964,870	2.185.673,100	2.108.464,480	4.150.230,120	2.137.942,300	7.149.263,130	871.242,140	5.498.985,010	556.575,120
Pagamento aos geradores pela energia produzida	-546.596.477,780	-517.948.453,230	-529.048.090,960	-522.198.425,400	-530.087.847,650	-553.101.568,020	-550.517.181,770	-564.549.544,710	-559.071.538,070	-569.942.268,350	-575.266.809,490	-587.862.265,840
Custos Administrativos, Financeiros e Tributários incorridos pela CCEE	-1.111.525,790	-117.863,380	-116.673,170	-116.799,310	-116.140,790	-176.466,080	-115.946,080	-110.172,230	-117.603,200	-580.137,750	-117.603,200	-118.852,920
Pagamento pelos distribuidores	0,000	0,000	0,000	0,000	120.806.959,460	364.671.333,530	348.410.250,540	329.082.909,490	45.356.823,510	107.664,440	1,020	0,000
Rendimentos menos tarifas bancárias e outros	7.604.968,190	5.299.118,920	3.590.632,430	2.949.524,590	2.217.973,360	953.427,240	2.210.746,590	1.602.145,970	3.408.123,170	2.681.764,660	3.308.355,230	2.538.034,290
Saldo final da CONER	1.435.452.131	1.053.561.825	739.131.230	498.055.736	345.916.193	314.910.577	316.252.653	317.699.350	325.523.123	470.188.392	580.960.964	846.783.787

MCS D ENERGIA EXISTENTE

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Existente (MCS D EE) tem o objetivo de proporcionar às distribuidoras mais flexibilidade na administração de seus portfólios de contratos de energia, permitindo que as concessionárias troquem energia entre elas para reduzir ligeiramente ameaças de excesso ou de falta de contratação.

Cabe à CCEE centralizar a apuração e liquidação financeira dessas operações de cessões de contratos regulados entre as distribuidoras.

Podem ser alvo de cessões no MCS D contratos de comercialização no ambiente regulado (CCEARs) decorrentes de energia existente quando da perda de grandes consumidores que passaram a ser livres na área de concessão das distribuidoras para acréscimo a contratos antigos, firmados antes do Decreto nº 5.163/04, ou para compensação de outros desvios de mercado.

As liquidações financeiras resultantes das cessões do MCS D de Energia Existente movimentaram R\$ 1,5 bilhão em 2019. Confira, abaixo, os resultados consolidados das apurações do mecanismo ao longo do ano:

Resultado das sobras do MCS D (MW médios)

	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
Sobras por Saída de Consumidores Livres	67,254	12,498	4,382	2,657	5,465	20,951	24,210	13,283	51,868	0,000	14,577	
Sobras por Acréscimo de Energia e Contratos Anteriores a 16/3/04												
Sobras referentes a Outros Desvios de Mercado	73,307	11,126	99,764	0,000	40,050	134,236	50,166	75,130	161,999	60,763	17,150	
Quantidade Mensal Total de Déficits		17,000	59,200							84,600		
Compensação Mensal Total	0,000	17,000	59,200	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	60,763	0,000	
Devolução Mensal	67,254	4,687	4,382	2,657	5,465	20,951	24,210	13,283	51,868	0,000	14,577	
Compensação Anual Total referente a Outras Variações de Mercado Limitadas a 4%										0,000		0,000
Devolução Anual Total referente a Outras Variações de Mercado Limitadas a 4%										18,965		0,000

Liquidação Financeira do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Existente

Mês	Data da Liquidação	Total a Liquidar (R\$)	Total Liquidado (R\$)	Valor não pago (R\$)	Valor não pago (%)
Jan/19	25/02/2019	114.073.731,55	114.073.731,55	0,00	0,00%
Fev/19	25/03/2019	108.171.265,86	108.171.265,86	0,00	0,00%
Mar/19	25/04/2019	133.953.366,90	133.953.366,90	0,00	0,00%
Abr/19	27/05/2019	126.139.615,38	126.139.615,38	0,00	0,00%
Mai/19	25/06/2019	134.544.856,75	134.544.856,75	0,00	0,00%
Jun/19	25/07/2019	128.335.916,22	128.335.916,22	0,00	0,00%
Jul/19	26/08/2019	129.941.041,23	129.941.041,23	0,00	0,00%
Ago/19	25/09/2019	136.386.116,14	136.386.116,14	0,00	0,00%
Set/19	25/10/2019	136.392.238,03	136.392.238,03	0,00	0,00%
Out/19	25/11/2019	141.638.062,85	141.638.062,85	0,00	0,00%
Nov/19	26/12/2019	136.473.337,39	136.473.337,39	0,00	0,00%
Dez/19	27/01/2020	140.148.622,20	140.148.622,20	0,00	0,00%

MCS D ENERGIA NOVA

Operações

[HOME](#) / [OPERAÇÕES](#) / [CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO](#)

Em julho de 2016, a CCEE criou o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova (MCS D EN), que autoriza as distribuidoras sobrecontratadas - com sobra de energia superior ao permitido pela regulamentação – a negociarem reduções contratuais com geradoras e a equilibrarem as trocas com a realização de cessões compulsórias entre as distribuidoras que declararam sobras.

As distribuidoras declaram suas sobras e déficits, e as geradoras comunicam a quantidade de energia fornecida que almejam reduzir. Na segunda fase, as distribuidoras com sobras realizam uma cessão compulsória entre si para equilibrar a redução de contrato obtida pela relação com a geradora. Por fim, é realizada a contabilização e a liquidação do mecanismo para o pagamento das trocas realizadas entre os agentes.

As declarações são voluntárias e o MCS D de Energia Nova aplica-se exclusivamente aos contratos de compra de energia no Ambiente Regulado – CCEARs de novos empreendimentos. Confira, abaixo, os números do MCS D EN em 2019:

Liquidação Financeira do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova

Mês	Data da Liquidação	Total a Liquidar (R\$)	Total Liquidado (R\$)	Valor não pago (R\$)	Valor não pago (%)
Jan/19	26/02/2019	294.186.991,87	67.840.588,75	-226.346.403,12	76,94%
Fev/19	26/03/2019	295.957.518,60	156.369.118,05	-139.588.400,55	47,17%
Mar/19	26/04/2019	217.761.239,28	76.658.730,61	-141.102.508,67	64,80%
Abr/19	28/05/2019	249.649.911,60	106.264.606,51	-143.385.305,09	57,43%
Mai/19	26/06/2019	257.346.615,35	112.234.972,91	-145.111.642,44	56,39%
Jun/19	26/07/2019	255.320.900,45	111.279.600,80	-144.041.299,65	56,42%
Jul/19	27/08/2019	272.612.742,40	133.798.000,10	-138.814.742,30	50,92%
Ago/19	26/09/2019	267.531.880,28	133.789.709,99	-133.742.170,29	49,99%
Set/19	28/10/2019	258.551.179,76	124.040.703,48	-134.510.476,28	52,02%
Out/19	26/11/2019	287.160.926,45	151.654.311,20	-135.506.615,25	47,19%
Nov/19	27/12/2019	283.421.273,66	146.674.927,77	-136.746.345,89	48,25%
Dez/19	28/01/2020	274.254.235,24	135.435.141,10	-138.819.094,14	50,62%

LEILÕES

Operações

HOME / OPERAÇÕES / LEILÕES

Cinco leilões movimentam R\$ 59,38 bilhões em 2019

A CCEE promoveu cinco leilões de energia em 2019, que movimentaram o montante de R\$ 59,38 bilhões em contratos. Ao todo foram contratados 115 novos empreendimentos sendo 47 eólicas, 18 solares fotovoltaicas, 24 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 6 Centrais Geradoras Hidráulicas (CGHs), 2 usinas hidrelétricas e 18 termelétricas.

O destaque foi o 1º Leilão do Sistema Isolado, que ocorreu em maio. Este certame contou com nove soluções de suprimento vencedoras, sendo sete de fontes renováveis. Realizado para abastecer Boa Vista e localidades conectadas de Roraima, os projetos somam 263 MW de disponibilidade de potência e 48 MWmédios de energia inflexível, representando uma movimentação financeira de R\$ 11,76 bilhões em contratos. O preço médio do certame foi R\$ 833/MWh, o que corresponde a um deságio de 22,73% frente ao preço inicial de R\$ 1.078/MWh.

O 29º Leilão de Energia Nova, realizado no mês de junho, teve 15 vendedores e dois compradores, com um montante negociado de 81,1 MWmédios, equivalentes a R\$ 2,64 bilhões em contratos. O deságio do leilão foi de 45,03%, com destaque para as fontes solar e eólica, 75,5% e 61,54% respectivamente. Estes deságios representam, assim como em 2018, os menores preços médios negociados em empreendimentos renováveis: R\$ 67,48 MWh (U\$ 17,57/MWh) para energia solar e R\$ 79,99/MWh (U\$ 20,83/MWh) para a energia eólica.

Já o 30º Leilão de Energia Nova, realizado em outubro, representou o maior montante de energia (1.155 MWmédios) e, conseqüentemente, a maior movimentação financeira do ano de 2019 (R\$ 44,05 bilhões em contratos). Este leilão teve nove compradores e 91 usinas vencedoras. O preço médio de venda foi R\$ 176,09/MWh, o que representa um deságio de 33,7%.

No dia 6 de dezembro, a CCEE operacionalizou o 21º e 22º Leilão de Energia Existente. A negociação de energia para fornecimento entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 foi de 29 MWmédios, enquanto para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2022 foi de 279 MWmédios. Considerando os dois leilões, foram negociados R\$ 918,98 milhões em contratos. Os deságios do 21º LEE e do 22º LEE foram de 16,65% e de 9,73%, respectivamente.

Veja, em detalhes, as informações sobre os leilões de 2019:

Leilão	Tipo	Data do Leilão	Vendedores	Compradores	Montante (MWm)	Montante Financeiro (Milhão R\$)
1º Leilão do Sistema Isolado	-	31/05/2019	9	1	48,69	11.762,39
29º Leilão de Energia Nova	A-4	28/06/2019	15	2	81,1	2.644,78
30º Leilão de Energia Nova	A-6	18/10/2019	91	9	1.155,20	44.048,92
21º Leilão de Energia Existente	A-1	06/12/2019	1	3	29	80,57
22º Leilão de Energia Existente	A-2	06/12/2019	12	5	279	838,41



29º Leilão de Energia Nova



29º Leilão de Energia Nova

LEILÕES

Operações

HOME / OPERAÇÕES / LEILÕES



30º Leilão de Energia Nova



1º Leilão do Sistema Isolado



1º Leilão do Sistema Isolado

MECANISMO DE VENDA DE EXCEDENTES - MVE

Operações

HOME / OPERAÇÕES / MVE

Mecanismo de Venda de Excedentes movimentou quase R\$ 2 bilhões em contratos

Criado pela lei nº 13.360/2016 e regulamentado pela Resolução Normativa Aneel nº 824/2018, o Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) permite que as distribuidoras vendam suas sobras de energia contratadas acima da totalidade de seus mercados no ambiente de comercialização livre.

Neste mecanismo, as distribuidoras são vendedoras e os compradores são todos os demais agentes do mercado livre. Preços e montantes são livremente negociados por meio de uma moderna plataforma eletrônica desenvolvida pela CCEE, onde são feitas as ofertas dos participantes e encontrasse o preço de equilíbrio para contratação.

Anualmente, a CCEE realiza quatro processamentos, e as distribuidoras podem vender um montante de energia equivalente a até 15% de sua carga. Os contratos têm vigências de 3, 6 e 12 meses válidas para o próprio ano de referência. O tipo de energia, modalidade de precificação (Preço Fixo ou PLD+Spread) e submercados dos contratos também são pré-definidos pela regulação.

Em seu primeiro ano de execução (2019), o MVE negociou aproximadamente 1,1 GWh médios de energia, reduzindo em 2,4% a sobrecontratação anual das distribuidoras e movimentando mensalmente cerca de R\$ 150 milhões. Tais negociações resultaram em 474 contratos firmados entre 29 vendedores e 84 compradores.

Confira, abaixo, os detalhes do MVE em 2019:

MVE de 2019		
Processamento de Dez/18		
Vigências	Total Negociado	Total Negociado Anualizado
3 Meses (jan - mar)	270,3	732,4
5 Meses (fev - jun)	616,6	
11 Meses (fev - dez)	246,8	
Processamento de Mar/19		
Vigências	Total Negociado	Total Negociado Anualizado
3 Meses (abr - jun)	517	129
Processamento de Jun/19		
Vigências	Total Negociado	Total Negociado Anualizado
3 Meses (jun - set)	148,4	132,5
6 Meses (jun - dez)	188,8	
Processamento de Set/19		
Vigências	Total Negociado	Total Negociado Anualizado
3 Meses (set - dez)	389	98
Total Anualizado em 2019:		1091,8

CÁLCULO DO PLD

Operações

HOME / OPERAÇÕES / CÁLCULO DO PLD

Cai o preço médio anual em todas as regiões do país

As afluências médias para o Sistema Interligado Nacional – SIN em 2019 ficaram abaixo em relação ao ano anterior. O principal motivo foi a queda durante os meses do período úmido, de novembro a abril, quando são observados os maiores valores históricos.

Apesar do início do período úmido ocorrer no momento esperado em outubro de 2018, o que contribuiria para um período úmido favorável em 2019, ocorreu um bloqueio atmosférico em janeiro e metade de fevereiro, de modo que esses dois meses apresentaram reduções significativas de afluências, ficando bem abaixo em relação ao mesmo período de 2018.

Em janeiro de 2019, por exemplo, as afluências do sistema foram de 65% da Média de Longo Termo – MLT, contra 91% no mesmo período de 2018.

Em compensação, este cenário se inverteu na maioria dos meses do período seco, de maio a outubro, os quais apresentam os menores valores históricos de afluências. As precipitações observadas entre os meses de março e junho de 2019 permitiram que os valores de afluências no primeiro semestre se aproximassem aos valores observados no mesmo período do ano anterior.

As afluências de todos os submercados ficaram mais baixas em 2019. As afluências do Nordeste ficaram bem abaixo da MLT, cerca de 40% da média histórica no ano. Em novembro, os valores chegaram a 21% da MLT. Já a região Sudeste apresentou média anual de afluência de 80% da MLT, cerca de 10% abaixo em relação a 2018.

A carga anual verificada para o SIN em 2019 apresentou crescimento em torno de 1,9% em relação a 2018, cerca de 1.275 MW médios a mais. Podem-se destacar o mês de janeiro, que apresentou a maior elevação (+ 6,7%) e o mês de março, que registrou a redução mais significativa (- 2,1%). Analisando a informação por submercado, o Norte apresentou a maior elevação, cerca de 3,7%.

Apesar do cenário menos otimista de afluências e o aumento da carga, o preço médio de 2019 ficou mais baixo do que o preço médio verificado no ano anterior para todos os submercados.

Em relação ao primeiro semestre, o comportamento do preço é explicado pelos níveis mais elevados de armazenamento verificados nos reservatórios do sistema, com valores em torno de 31% da capacidade máxima do SIN e 27% do Sudeste, que representam 9 p.p. e 5 p.p. acima do nível verificado, em relação ao início de 2018, respectivamente.

A queda mais significativa dos preços nos submercados Nordeste e Norte, no primeiro semestre, está relacionada com a maior disponibilidade de energia da região Norte para essa época do ano, devido à entrada em operação comercial de novas unidades geradoras.

Para o segundo semestre de 2019, os submercados mantiveram preços médios menores em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar de afluências mais baixas para este período no SIN, os níveis de armazenamento no início de julho se encontravam em 48% para o sistema, cerca de 8 p.p. mais elevados em relação ao ano anterior. Essa maior disponibilidade de energia armazenada permitiu valores mais elevados de armazenamento para praticamente todo o restante do período seco.

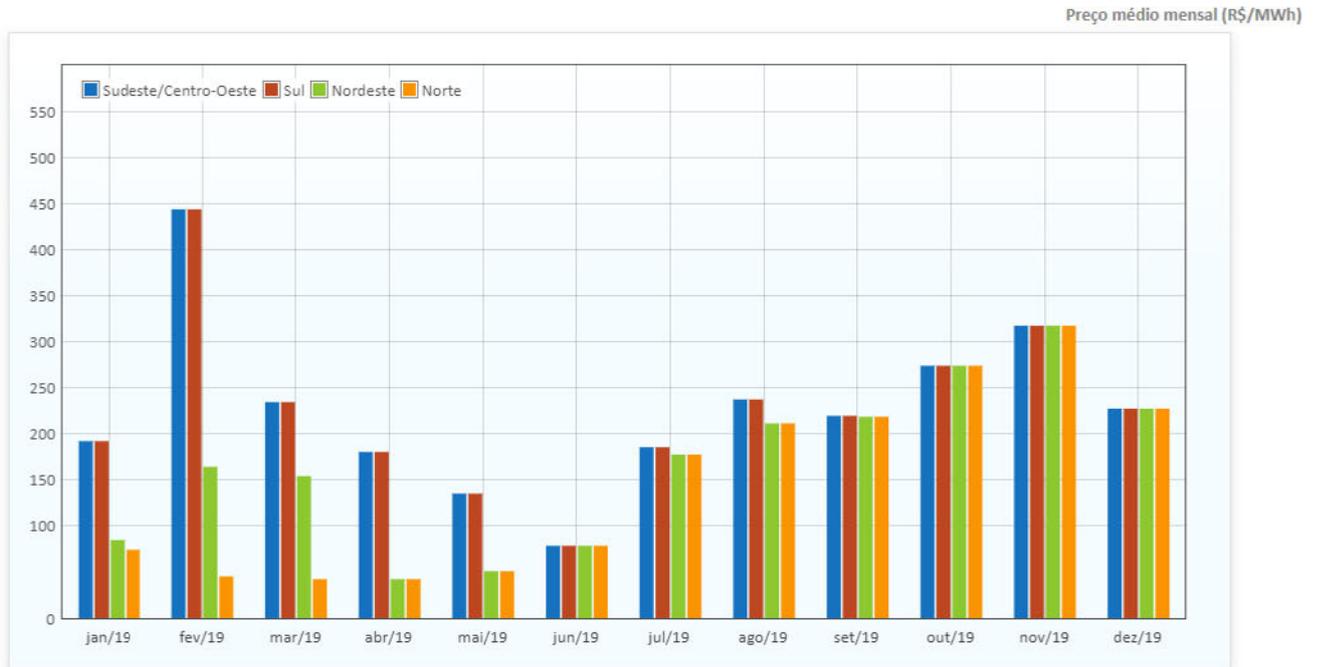
Preço médio mensal (R\$/MWh)

Mês	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Jan/19	192,1	192,1	84,76	74,19
Fev/19	443,66	443,67	164,24	45,28
Mar/19	234,49	234,49	154,15	42,35
Abr/19	180,41	180,41	42,35	42,35
Mai/19	135,17	135,17	50,95	50,95
Jun/19	78,52	78,52	78,52	78,52
Jul/19	185,52	185,52	177,49	177,49
Ago/19	237,29	237,29	211,33	211,33
Set/19	219,57	219,57	218,52	218,52
Out/19	273,89	273,89	273,89	273,89
Nov/19	317,28	317,28	317,28	317,28
Dez/19	227,3	227,3	227,3	227,3

CÁLCULO DO PLD

Operações

HOME / OPERAÇÕES / CÁLCULO DO PLD



Geração Hidráulica

Em valores médios anuais, a geração hidráulica de 2019 ficou ligeiramente acima de 2018, em torno de 0,2%, principalmente devido à elevada geração desta fonte no primeiro semestre.

De janeiro a junho, houve elevação em torno de 5,1% (cerca de 2.500 MW médios), sendo influenciada pelos valores mais baixos de PLD e o aumento de carga em janeiro, fevereiro e maio, cujos meses apresentaram os maiores aumentos de carga em relação ao ano anterior.

Já para o segundo semestre, a geração hidrelétrica reduziu cerca de 2.250 MW médios em relação ao ano de 2018, principalmente devido ao atraso do período úmido de 2019, com a consequente elevação dos preços para o final do ano. Houve reduções mensais de geração hidrelétrica em torno de 6.500 MW médios para o último bimestre do ano.

Devido à pequena elevação na geração hidráulica, considerando que ocorreram expansões na garantia física das usinas hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs e Centrais de Geração Hidrelétricas – CGHs, o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE apresentou uma redução de 0,4p.p. na média anual, uma vez que este mecanismo considera a relação entre a geração hidráulica associada ao MRE e a garantia física sazonalizada das usinas participantes. O fator de ajuste do MRE para 2018 foi de 81,4%, enquanto o de 2019 foi de 81,0%.

Geração Térmica

A geração termelétrica em 2019 ficou cerca de 1,6% acima de 2018, principalmente em virtude da elevada geração desta fonte no segundo semestre. A alteração mais significativa se deu no último bimestre do ano, com movimentos distintos entre os anos de 2018, quando os preços e a geração térmica reduziram, e 2019, quando os preços e a geração deste tipo de fonte se elevaram.

Os níveis de armazenamento mais altos no início do ano e a média mais baixa dos valores permitiram uma redução da ordem de 13% de geração térmica para o primeiro semestre. Essa redução foi verificada mesmo com a necessidade de geração desta fonte por segurança energética, solicitada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE em duas semanas operativas de fevereiro de 2019, devido aos valores baixos de aflúências observados em janeiro e fevereiro deste ano.

Apesar da menor geração térmica no primeiro semestre, foi necessário para o submercado Nordeste o despacho térmico adicional (regulamentado para o ano de 2019 como reserva de potência operativa). Esta geração térmica tem a característica de ocorrer em momentos onde a geração eólica fica abaixo do estimado, sendo assim necessária uma complementação térmica.

CÁLCULO DO PLD

Operações

HOME / OPERAÇÕES / CÁLCULO DO PLD

Já para o segundo semestre de 2019, a geração térmica apresentou elevação da mesma ordem que a redução verificada no semestre anterior, 13,3% em relação ao mesmo período de 2018. Influenciado principalmente pelo atraso do período úmido de 2019, que ocasionou elevação do preço e consequente elevação de geração térmica. Para o último bimestre do ano de 2019, verificou-se uma elevação da ordem de 6.200 MW médios de geração térmica em relação ao mesmo período do ano anterior.

Apesar da geração térmica ter sido ligeiramente maior, se observou uma redução no montante referente aos Encargos de Serviço do Sistema, porque esta valorização ocorre pela diferença entre o custo da térmica despachada adicionalmente e o PLD. Para o ano de 2019, o montante despachado fora da ordem de mérito foi inferior ao verificado no ano anterior, reduzindo o montante dos Encargos.

Os encargos por segurança energética, que em 2018 ficaram em uma média de R\$ 818 milhões, para 2019, ao considerar os encargos por segurança energética (R\$ 53 milhões) e por reserva operativa (R\$ 696 milhões), chegaram à média de R\$ 749 milhões, uma redução de R\$ 69 milhões.

O encargo por segurança energética de R\$ 53 milhões foi observado durante o mês de fevereiro de 2019, enquanto o de reserva operativa de potência ocorreu entre janeiro e maio de 2019, meses com menores gerações eólicas e em que a região Nordeste tem perfil importador.

Considerando o montante referente a todos os tipos de encargo, o ano de 2019 apresentou um valor cerca de R\$ 1,4 bilhão abaixo do montante de 2018. As reduções mais significativas estão associadas aos encargos referentes às restrições operativas (- R\$ 619 milhões) e aos serviços ancilares (- R\$ 488 milhões).

Geração Eólica

Um destaque positivo de 2019 foi o desempenho da geração eólica. Além da implantação e entrada em operação comercial de novos parques, a elevada magnitude dos ventos possibilitou aumento na geração desta fonte quando comparada com o ano anterior. Em média, a geração eólica de 2019 foi de 825 MW médios mais alta que a de 2018, uma elevação de aproximadamente 15%. No mês de outubro, por exemplo, a alta foi da ordem de 1.900 MW médios.

Níveis de Armazenamento

Uma vez que o período úmido no final de 2018 não atrasou, os níveis de armazenamento apresentaram uma recuperação significativa para o início de 2019. Os valores armazenados no sistema era de 31,2%, cerca de 8,8p.p. acima de 2018.

Apesar disso, um bloqueio atmosférico ocorrido em janeiro e metade de fevereiro de 2019 fez com que os níveis de armazenamento praticamente não se elevassem até o final de fevereiro. Após o término do bloqueio foi verificado o retorno das precipitações e um significativo replecionamento dos níveis de armazenamento, chegando no início de julho de 2019 ao total de 53,2% da capacidade do sistema, uma elevação de cerca de 11p.p. de energia armazenada em relação ao ano anterior.

Além disso, o deplecionamento do sistema, que em 2018 havia iniciado no mês de maio, foi ocorrer apenas em agosto para 2019.

Apesar do ponto de partida para agosto de 2019 estar confortável em relação ao ano anterior, os níveis de armazenamento foram rapidamente se reduzindo, situação agravada com o atraso do período chuvoso, que ao invés de ocorrer em meados de outubro, conforme expectativa histórica, iniciou-se apenas no final de novembro, contribuindo para os níveis dos reservatórios do sistema chegarem a 23% da capacidade de armazenamento, bem como replecionar apenas 1% durante o mês de dezembro.

O destaque, novamente, ficou com o Nordeste, que iniciou 2019 com 37,6%. Apesar de ser 1,6p.p. menor que no ano anterior, ainda se encontrava em patamar mais elevado quando comparado aos demais submercados. Mesmo com aflúncias em torno de 41% em 2019, a elevação do nível de armazenamento do Nordeste foi possível em função da manutenção de uma defluência mínima reduzida nas usinas do rio São Francisco – o que poupou a água destes reservatórios – além da boa performance da geração eólica verificada no segundo semestre.

Comparando os níveis dos reservatórios para os demais submercados no final de 2019 em relação a 2018, observamos reduções de 6,2p.p. no Sudeste, 28,7p.p. no Sul e 13,4p.p. no Norte.

ATENDIMENTO AOS AGENTES

Relacionamento

HOME / RELACIONAMENTO / ATENDIMENTO AOS AGENTES

97% dos chamados foram resolvidos em até 24 horas úteis em 2019

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE preza pelo rápido acolhimento das demandas dos agentes. Para que as questões sejam recebidas e tratadas com a agilidade necessária, a instituição possui uma Central de Atendimento, que recebe as solicitações por e-mail ou telefone. Além disso, a instituição criou carteiras de atendimento, onde profissionais capacitados gerenciam as demandas de empresas com perfis semelhantes. Garantindo atendimento personalizado para 100% dos clientes, a CCEE distribuiu os outros associados em células temáticas, que possuem o Gestor de Relacionamento.

A equipe de atendimento tem a missão de dar suporte instantâneo, solucionando chamados abertos pelos associados e pelo público em geral. As dúvidas e questões são respondidas imediatamente ou, se for necessário, encaminhadas para o segundo ou terceiro nível de atendimento, ou seja, áreas técnicas da instituição.

Números do atendimento em 2019

A Central de Atendimento da CCEE recebeu 40.596 chamados entre janeiro e dezembro de 2019, alcançando a média mensal de 3.383 contatos. Foi registrado, portanto, um acréscimo de 3% em relação ao mesmo período 2018. Mesmo com esse aumento, 97% dos chamados foram resolvidos em até 24 horas úteis. Por outro lado, apenas 1,1% precisaram de mais de 48h para serem atendidos.

O ano de 2019 fechou com o índice geral de 4,6 de satisfação, em uma escala de 1 a 5, entre aqueles agentes que responderam as pesquisas de avaliação da qualidade e do tempo das respostas de cada chamado. Já a média do índice de chamados fechados avaliados como satisfatórios pelos agentes, estatística utilizada para melhoria contínua dos processos internos, foi de 98,6%.

Ao final de 2019, os clientes atendidos pelos Gestores Personalizados avaliaram o atendimento que receberam com favorabilidade de 95%, ou seja, consideraram o atendimento personalizado com notas superiores a 7, em uma escala de 1 a 10.

Os assuntos mais tratados nos chamados estiveram relacionados com Adesão à CCEE, Divulgação de Informações, Registro e Ajustes de Contratos, Gestão de Pagamentos, Atualização Cadastral, Prevenção, Dados de Medição, Alteração de Instalação, Mercado de Curto Prazo e Liberação de Operação.

Confira alguns números do atendimento da CCEE em 2019:

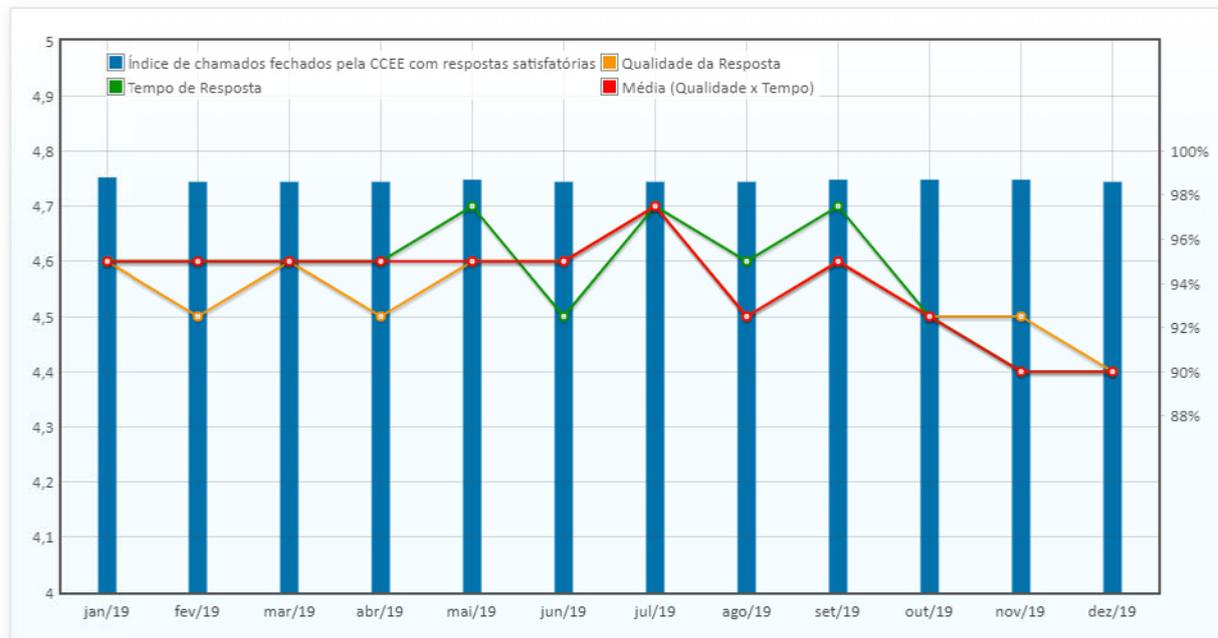
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Qualidade da resposta	4,6	4,5	4,6	4,5	4,6	4,6	4,7	4,5	4,6	4,5	4,5	4,4
Tempo de resposta	4,6	4,6	4,6	4,6	4,7	4,5	4,7	4,6	4,7	4,5	4,4	4,4
Média (Qualidade x Tempo)	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,7	4,5	4,6	4,5	4,4	4,4
Índice de chamados fechados pela CCEE com respostas consideradas satisfatórias	98,8%	98,6%	98,6%	98,6%	98,7%	98,6%	98,6%	98,6%	98,7%	98,7%	98,7%	98,6%

ATENDIMENTO AOS AGENTES

Relacionamento

HOME / RELACIONAMENTO / ATENDIMENTO AOS AGENTES

Resultados da pesquisa realizada



Mês	Chamados receptivos			
	2016	2017	2018	2019
Jan	3.212	3.807	3.909	3.658
Fev	3.616	3.175	3.303	3.423
Mar	3.949	3.793	3.551	3.121
Abr	3.452	3.013	3.479	3.565
Mai	3.858	3.712	3.523	3.383
Jun	4.157	3.239	3.120	3.007
Jul	3.530	3.368	3.458	3.482
Ago	4.199	3.695	3.700	3.152
Set	3.805	3.059	2.692	3.117
Out	4.015	3.362	3.410	4.218
Nov	3.584	3.140	2.710	3.058
Dez	3.848	3.650	2.642	3.412
Total	45.225	41.013	39.497	40.596
Média Mensal	3.769	3.418	3.291	3.383
Varição	24%	-9%	-4%	3%

ATENDIMENTO AOS AGENTES

Relacionamento

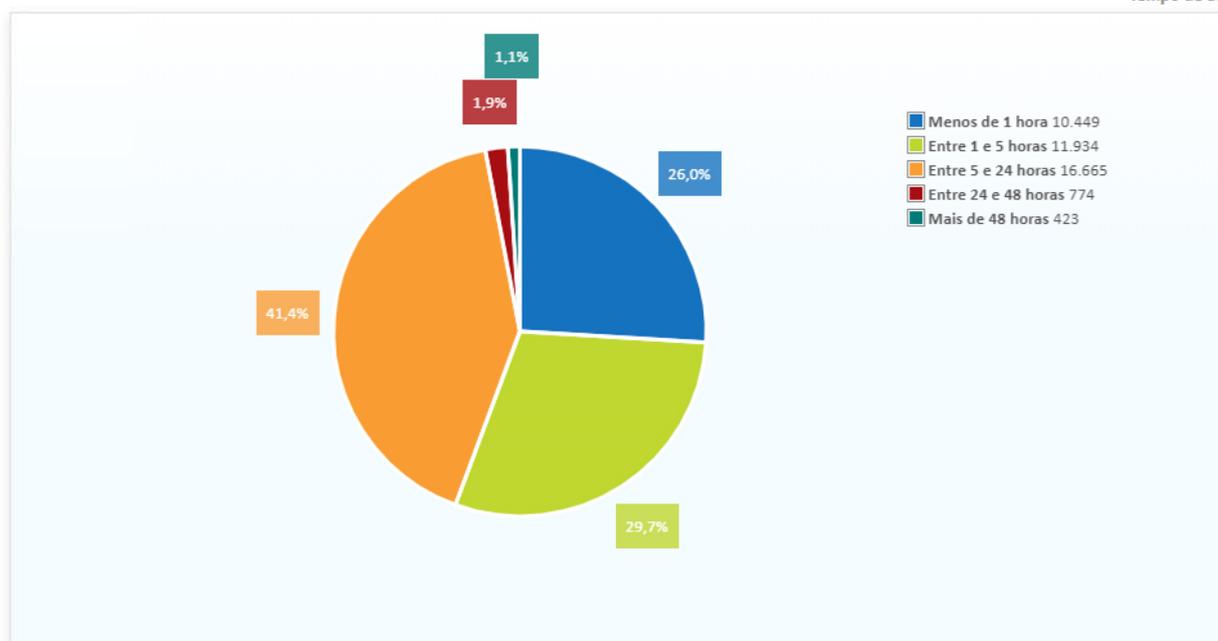
HOME / RELACIONAMENTO / ATENDIMENTO AOS AGENTES

Quantidade de chamados por tempo de atendimento

Tempo de Atendimento	2019												
	2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Menos de 1 hora	10.449	1.055	880	762	875	915	776	910	882	880	968	772	774
Entre 1 e 5 horas	11.934	1.069	1.060	929	1.221	1.072	924	992	975	881	1.154	890	767
Entre 5 e 24 horas	16.665	1.484	1.437	1.361	1.375	1.312	1.249	1.511	1.255	1.260	1.828	1.181	1.412
Entre 24 e 48 horas	774	38	32	57	48	43	38	42	36	27	152	128	133
Mais de 48 horas	423	12	13	12	42	38	27	23	35	14	54	47	106
Total	40.245	3.658	3.422	3.121	3.561	3.380	3.014	3.478	3.183	3.062	4.156	3.018	3.192

A contagem de horas considera apenas o período comercial, das 9 às 18h.

Tempo de atendimento



Principais Assuntos - 2019

Adesão à CCEE	10.322
Divulgação de Informações	2.504
Registro e Ajustes de Contratos	2.479
Gestão de Pagamentos	2.326
Atualização cadastral	2.083
Prevenção	1.848
Dados de Medição	1.740
Alteração de instalação	1.529
Mercado de Curto Prazo e Liberação de Operação	1.443
OUTROS	13.971
TOTAL	40.245

ATENDIMENTO AOS AGENTES

Relacionamento

[HOME](#) / [RELACIONAMENTO](#) / [ATENDIMENTO AOS AGENTES](#)

Central de Solicitação de Clientes

Dando continuidade às iniciativas de gestão de clientes, a CCEE implementou a nova Central de Solicitações dos Clientes, que tem como objetivo gerir as oportunidades de melhorias apontadas por eles e melhorar nossas plataformas e serviços. Esses serviços são avaliados pela VOC – Voz do Cliente, que são pesquisas feitas para avaliar a experiência e a satisfação do associado ao utilizar um serviço da CCEE e, com isso, retroalimentar a Central de Solicitações dos Clientes.

Além disso, foram redesenhados os processos de Atendimento ao Cliente, Recontabilização, Habilitação e Manutenção Técnica, Inclusão e Retirada de Usinas e Cargas do Portfólio e Alteração de Proprietário, cujas implementações futuras proporcionarão ganhos expressivos na experiência do cliente e, consequentemente, aumento de sua satisfação.

Canais de Atendimento

O principal canal de relacionamento com os agentes e o público em geral é a Central de Atendimento, que recebe dúvidas, solicitações, críticas e sugestões. A equipe de atendimento da CCEE está disponível de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, pelos telefones 0800 10 00 08 e 0800 72 15 445 ou pelo e-mail atendimento@ccee.org.br.

Além dela, há outros mecanismos que funcionam como canais de atendimento. Confira abaixo cada um deles:

Gestor de relacionamento

A missão do Gestor de Relacionamento é apoiar os clientes que não são cobertos pelas carteiras, que passaram a ser atendidos por duas células temáticas. Se houver qualquer problema após a abertura de chamado na Central de Atendimento, o cliente poderá entrar em contato diretamente com o gestor de relacionamento, por meio do telefone (11) 3175-6220, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 18h. O gestor de relacionamento será responsável por solucionar essa demanda, oferecendo um tratamento especial ao associado.

Atendimento a Novos Agentes

Este é o canal disponível para os agentes em potencial e recém aderidos à CCEE, que precisam de informações sobre como operar com segurança no mercado. O acompanhamento engloba esclarecimentos de questões sobre regras, procedimentos, obrigações, riscos, conceitos e legislação.

Ouvidoria

A Ouvidoria é a segunda instância de Atendimento, disponível para quem ficou insatisfeito com as respostas dadas aos chamados e deseja fazer críticas ou reclamações. O objetivo da ouvidoria é oferecer uma alternativa complementar no relacionamento com os associados, ressaltando a transparência da CCEE e o compromisso com a qualidade no atendimento.

Central de Monitoramento CCEE

A Central de Monitoramento é mais uma ferramenta da CCEE para reforçar o acompanhamento das negociações feitas entre os agentes do mercado de energia elétrica. O canal pode ser utilizado por qualquer interessado, seja associado ou não à CCEE, para relatar uma situação de risco, irregularidade ou de suspeita de ilegalidades. As informações coletadas são processadas por uma empresa de tecnologia independente, especializada em tratamento de dados sigilosos.

CEDOC

A Central de Documentação está disponível para o envio de correspondências físicas à CCEE, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

CNPJ: 03.034.433/0001-56, Avenida Paulista, 2.064 - 13º andar, Bela Vista - São Paulo - SP, CEP: 01310-200, e-mail: cedoc@ccee.org.br, fax: (11) 3175 6039.

PROGRAMA DE GESTÃO DE CLIENTES

Relacionamento

HOME / RELACIONAMENTO / PROGRAMA DE GESTÃO DE CLIENTES

CCEE avança no Programa de Gestão de Clientes

Com o objetivo de atingir a alta a satisfação dos clientes, o Programa de Gestão de Clientes foi estabelecido em 2018, sendo necessária uma mudança cultural na instituição, novas atitudes dos colaboradores e novas competências para desenvolvimento das atividades. A iniciativa teve o apoio da consultoria PRG Brasil, que auxiliou na definição do escopo de trabalho, metodologia de desenho de processos e metodologia de priorização.

Em 2019, os resultados confirmaram que estamos no caminho certo, com a evolução do índice de satisfação dos clientes, passando de 83,7% em 2018 para 85,9% em 2019.

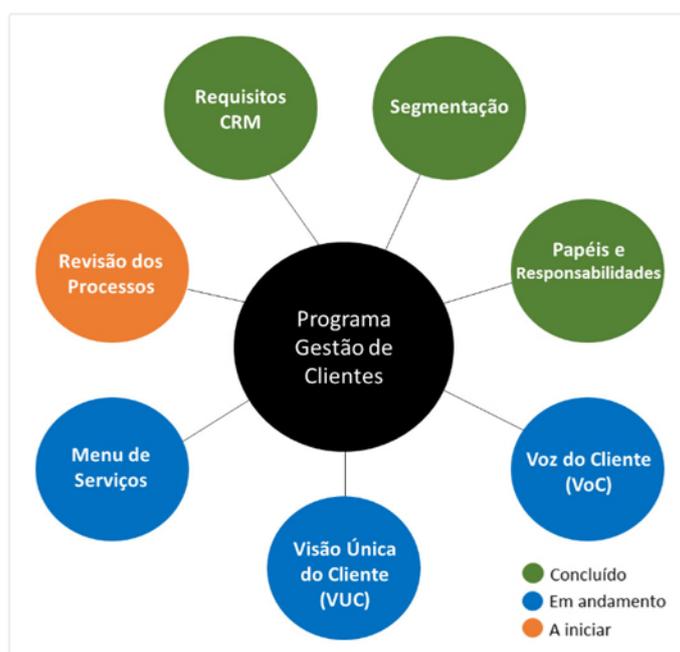
Junto com a consultoria PRG, implementamos a Voz do Cliente (VoC), que consiste em pesquisas rápidas e específicas sobre os serviços da CCEE. Avançamos também com a implementação da Função de Gestão de Clientes, cujo a missão é garantir que toda a empresa tenha a cultura de clientes. Neste sentido, algumas atribuições foram definidas ao programa:

- Ser a guardiã da estratégia de clientes da CCEE
- Ser o porta-voz do cliente na CCEE
- Coordenar as iniciativas de Gestão de Clientes
- Liderar a evolução no conhecimento e experiência do cliente
- Monitorar e divulgar os indicadores de clientes
- Capacitar as áreas da CCEE para serem autossuficientes em Gestão de Clientes

O Programa também avançou na identificação e revisão dos processos críticos para nossos Clientes, tais como:

- Atender ao Mercado
- Gerir habilitação técnica
- Realizar manutenção técnica
- Alteração de propriedade
- Recontabilização
- Inclusão e retirada de usinas e cargas

Em 2019, foi iniciado o planejamento da automatização do serviço de Recontabilização e concluído o levantamento de requisitos tecnológicos e de negócio para adoção futura de um sistema de Gestão de Relacionamento com o Cliente (CRM).



EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Relacionamento

[HOME](#) / [RELACIONAMENTO](#) / [EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS](#)

A CCEE mais próxima do mercado e da sociedade

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é conhecida como a “casa do mercado”, por este motivo foram realizados eventos para se aproximar dos agentes de mercado, dos interessados no setor e da sociedade em geral. Por isso, ao longo de 2019, a instituição promoveu e participou de mais de 200 fóruns, workshops, seminários e eventos temáticos, no Brasil e no exterior. O contato permanente dissemina conhecimento, consolida parcerias estratégicas e qualifica o mercado.

Interação com os Agentes

Em 2019, a CCEE realizou 44 eventos reunindo agentes, associações, instituições de governança do setor e diversos públicos interessados no setor elétrico. Confira os destaques da agenda de eventos e interações com o mercado promovida pela CCEE ao longo de todo o ano:

I Fórum de Debates 2019: Segurança do Mercado

O evento, promovido em maio, contou com a participação de 323 pessoas, e teve a participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e do Ministério de Minas e Energia – MNE. Na ocasião, o presidente do Conselho Administrativo da CCEE, o engenheiro electricista Rui Altieri, revelou que foi possível evitar R\$ 39 milhões de potenciais inadimplências em 2019 com o uso de instrumentos de monitoramento e segurança.

Foram realizados três painéis de debates para discutir soluções de aperfeiçoamento da segurança do mercado. O primeiro apresentou a ideia da apuração de chamada de margem semanal, cujo intuito era averiguar a posição financeira dos agentes todas as semanas, com chamada de aporte de garantias para cobertura de exposição negativa. O segundo painel abordou os novos indicadores de monitoramento de mercado, que cruzam dados públicos e registros na CCEE. O terceiro painel discutiu novos critérios para a entrada, a manutenção e o desligamento de agentes no mercado de energia elétrica, assim como a possibilidade de exigir mais documentos relacionados à saúde financeira das empresas.



EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Relacionamento

HOME / RELACIONAMENTO / EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Consulta Pública – Preço Horário (parceria com MME)

A CCEE, em parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) promoveu evento no dia 27 de maio, em Brasília, sobre a consulta pública do Preço Horário e contou com aproximadamente 200 participantes.

O objetivo do workshop foi possibilitar aos agentes que, além das contribuições escritas, manifestassem suas dúvidas e preocupações, apresentassem sugestões e comentários com o intuito de ampliar as possibilidades de subsídios à tomada de decisão sobre a implementação do PLD em base horária.



II Fórum de Debates 2019: Regras 2020

No dia 26 de junho, a Câmara de Comercialização apresentou ao mercado as principais propostas de alterações nas regras de comercialização enviadas pela instituição à Aneel. O grande destaque foi a estrutura para viabilização da chamada de margem semanal. Também foram esclarecidas questões sobre a implementação do 10º Leilão de Energia de Reserva e do 20º Leilão de Energia Existente, a declaração de CVU conforme a REN 839/19, os aprimoramentos do MVE e outros ajustes.



EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Relacionamento

[HOME](#) / [RELACIONAMENTO](#) / [EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS](#)

III Fórum de Debates 2019: GT Modernização de Preços

O evento, promovido em maio, contou com a participação de 323 pessoas, e teve a participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e do Ministério de Minas e Energia – MNE. Na ocasião, o presidente do Conselho Administrativo da CCEE, o engenheiro eletricitista Rui Altieri, revelou que foi possível evitar R\$ 39 milhões de potenciais inadimplências em 2019 com o uso de instrumentos de monitoramento e segurança.

Foram realizados três painéis de debates para discutir soluções de aperfeiçoamento da segurança do mercado. O primeiro apresentou a ideia da apuração de chamada de margem semanal, cujo intuito era averiguar a posição financeira dos agentes todas as semanas, com chamada de aporte de garantias para cobertura de exposição negativa. O segundo painel abordou os novos indicadores de monitoramento de mercado, que cruzam dados públicos e registros na CCEE. O terceiro painel discutiu novos critérios para a entrada, a manutenção e o desligamento de agentes no mercado de energia elétrica, assim como a possibilidade de exigir mais documentos relacionados à saúde financeira das empresas.



Workshops

As melhorias nos painéis de Divulgação de Resultados e Informações – DRI foram tema de um workshop em fevereiro. Durante o encontro, os aprimoramentos previstos foram apresentados aos participantes, que puderam compreender como os dados passariam a ser exibidos, com muito mais praticidade.

Confira abaixo os principais workshops realizados em 2019:

- 1º Workshop de Aprimoramento dos Painéis da DRI (fevereiro/2019)
- Workshop Ambiente de Operações (maio/2019) e Apresentação da solução (junho/2019)
- Apresentação da Nova Plataforma Cadastral (maio/2019)
- Novos Serviços na Plataforma de Integração (junho/2019)



EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Relacionamento

HOME / RELACIONAMENTO / EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Reuniões de Interação

A CCEE realizou quatro reuniões de interações com agentes e associações do setor elétrico em 2019. Nas duas primeiras, fez um alinhamento da agenda de atividades e projetos que seriam desenvolvidos ao longo do ano. Nas duas últimas, apresentou a proposta orçamentária para 2020.

- 1ª Reunião de Interação com Associações (março/2019)
- 1ª Reunião de Interação com Agentes (março/2019)
- 2ª Reunião de Interação com Associações (setembro/2019)
- 2ª Reunião de Interação com os agentes (setembro/2019)



EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Relacionamento

[HOME](#) / [RELACIONAMENTO](#) / [EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS](#)

Encontros Temáticos (todos os grupos ou agentes interessados)

Ao longo de 2019, a CCEE reuniu agentes do mercado e demais grupos interessados no setor para discutir em detalhes temas específicos do mercado de comercialização de energia.

Vale destacar o evento organizado em conjunto com a EPE, ONS e MME, que reuniu os analistas do mercado financeiro para apresentar os principais desafios do setor elétrico para os próximos anos. A instituição também promoveu uma série de encontros para acompanhamento do preço horário, garantindo transparência no processo de desenvolvimento do modelo Dessem e o compartilhamento de análises que ajudam os agentes na percepção dos impactos desta nova metodologia.

- Café da manhã com jornalistas (fevereiro/2019)
- Reunião entre CCEE, MME, ANEEL E Distribuidoras (abril/2019)
- Reunião Conselho da CCEE e Diretoria Aneel (julho /2019)
- Encontros Preço Horário (set, out, nov e dez/2019)
- Encontro CIGRÉ (setembro/2019)
- Encontro com o Mercado Financeiro (dezembro/2019)



Assembleias

Duas assembleias gerais foram realizadas pela CCEE em 2019, sendo uma ordinária e outra extraordinária. Confira, abaixo, as informações sobre os eventos, para os quais todos os associados da instituição foram convocados.

20ª Assembleia Geral Ordinária - AGO (abr/19)

Os representantes de 2.314 agentes do mercado de energia – entre geradores, distribuidores, comercializadores e consumidores livres – aprovaram por unanimidade a reeleição de Rui Altieri como presidente do Conselho de Administração da CCEE. Os participantes da 20ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de abril de 2019, correspondiam a 73,95% dos votos válidos.

Eles também aprovaram por unanimidade as demonstrações financeiras da instituição e os relatórios dos auditores independentes referentes aos processos de contabilização e liquidação financeira das operações de 2018 do Mercado de Curto Prazo – MCP, de Energia de Reserva, das cessões do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D e da Conta-ACR. A remuneração dos conselheiros de administração e a ajuda de custos dos conselheiros fiscais também foram aprovadas.

EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Relacionamento

[HOME](#) / [RELACIONAMENTO](#) / [EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS](#)

Os associados elegeram também a advogada Roseane Santos para compor o Conselho de Administração, substituindo Roberto Castro, que teve o fim do seu mandato.



65ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE (out/19)

A 65ª Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 24 de outubro de 2019 e contou com a presença dos representantes de 3.513 agentes, o equivalente a 62,12% dos votos válidos. Os participantes aprovaram por unanimidade o orçamento para o exercício de 2020, no valor de R\$ 176,4 milhões, um acréscimo de 4% em relação ao montante anterior, equivalente à meta de inflação do Banco Central.

Durante a AGE, o presidente do Conselho de Administração da CCEE, Rui Altieri, fez uma explanação sobre demandas concluídas ao longo do ano, como a quitação do empréstimo da Conta-ACR, os aperfeiçoamentos tecnológicos nos sistemas, com ênfase na Plataforma Cadastral e na realização da operação sombra para implementação do preço horário.



Interação com a Sociedade

CCEE compartilha conhecimento do setor elétrico com a sociedade

Em 2019, profissionais da CCEE participaram de mais de 150 reuniões e conferências organizadas por agentes ou empresas organizadoras de eventos, sendo oito delas no exterior. Em muitos destes encontros, os representantes da instituição atuaram como palestrantes, compartilhando informações importantes, novidades expressivas e estratégias bem sucedidas do setor elétrico brasileiro.

Confira, abaixo, algumas iniciativas de interação com a sociedade da CCEE em 2019.

EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Relacionamento

[HOME](#) / [RELACIONAMENTO](#) / [EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS](#)

Seminário Internacional sobre Bolsas de Energia

O Seminário Internacional sobre Bolsas de Energia foi realizado em Lisboa, Portugal, em março. O conselheiro Ary Pinto ministrou uma conferência com o tema “Papel e Perspectivas da CCEE para o Setor Elétrico e Experiências Comparadas”. E também integrou uma mesa de debates sobre experiências internacionais e desafios da regulação dos mercados de energia.

REFF LATAM 2019

O REFF LATAM 2019, promovido em Miami, nos Estados Unidos, no mês de março, reuniu especialistas em financiamento de energia renovável para destacar oportunidades e apresentar inovações. O gerente executivo de Contabilização da CCEE, Edileu Cardoso, participou do painel “The Rise of Bilateral PPAs in Latin America: New Opportunities for Developers and Corporates”.

CONIBEM Lisboa 2019

A Conferência Ibero-Americana de Energia (CONIBEM) foi realizada em Lisboa, Portugal, em maio, com a presença dos principais agentes do mercado elétrico lusitano, da Espanha e do Brasil. A vice-presidente do Conselho de Administração da CCEE, Solange David, integrou o painel “O Mercado de Energia Elétrica no Brasil: Principais Questões e Perspectivas para o Futuro”.

Regional Workshop on Accelerating Renewable Energy Investments in Latin America

Em setembro, o gerente executivo de Regras e Capacitação da CCEE, Cesar Pereira, fez uma palestra no Regional Workshop on Accelerating Renewable Energy Investments in Latin America, em Bogotá, na Colômbia. O tema de sua conferência, que contou com a audiência de autoridades e especialistas de inúmeros países, foi energia renovável.

CONVÊNIOS E PARCERIAS

Relacionamento

HOME / RELACIONAMENTO / CONVÊNIOS E PARCERIAS

CCEE celebra novos Convênios e Parcerias

Em 2019, a CCEE continuou em busca de convênios e parcerias com instituições públicas e privadas, de reconhecida competência técnica e conduta íntegra, a fim de contribuir ainda mais com a sociedade, compartilhar experiências e aprofundar o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a ética corporativa e a excelência do mercado de energia elétrica.

A instituição firmou dois novos convênios, com a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) e com o Instituto Ethos.

Confira, abaixo, mais informações sobre cada uma das parcerias e convênios da CCEE.



Acordo operacional com o ONS

O Acordo Operacional entre a CCEE e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS existe desde julho de 2007 e foi renovado em 2010. A parceria garante a integração, a cooperação e a instituição de diretrizes de relacionamento e intercâmbio de dados, compatibilidade das regras e procedimentos de comercialização, além de garantir o funcionamento adequado do Sistema Interligado Nacional - SIN, considerando características técnicas e de mercado, imprescindíveis para o desenvolvimento adequado das atividades de ambas as organizações.



Associação Brasileira de Comunicação Empresarial – Aberje

A Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) é o principal centro de referência na produção e disseminação de conhecimento e práticas de comunicação corporativa no Brasil. A organização, fundada em 1967, não tem fins lucrativos, e desenvolve estudos, pesquisas e publicações, além de oferecer cursos e promover eventos de capacitação.



Certificação de operadores do mercado de energia elétrica (Abraceel)

A certificação comprova o conhecimento dos profissionais que atuam no mercado de energia elétrica para lidar com os processos técnicos, legais, regulatórios e operativos inerentes à comercialização de energia. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é responsável pela parte técnica da avaliação para emissão dos certificados, cujo processo é realizado com a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia - FDTE, vinculada à Universidade de São Paulo – USP, e com a Abraceel.



Conseil International de Grands Réseaux Eléctriques - Cigré

O Comitê Internacional de Grandes Sistemas Elétricos (Cigré) é uma organização fundada na França, em 1921, para debater regulamentações no campo da eletricidade de alta tensão. A comunidade Cigré conta com 14 mil membros e a organização está presente em mais de 90 países, incluindo o Brasil, onde tem a CCEE como um de seus associados.



Inovabra Habitat / WeWork (Bradesco)

Convênio celebrado entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e o Banco Bradesco por meio do programa InovaBra Habitat, no intuito de participar em eventos exclusivos do espaço, acompanhar as soluções e tecnologias mais avançadas do mercado e, consequentemente, viabilizar alternativas para os problemas de negócio em parceria com as empresas residentes.



Instituto Ethos

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Sua missão é contribuir para que as empresas consigam gerir seus negócios de forma socialmente responsável. O Instituto foi criado por empreendedores e executivos da iniciativa privada, de diversas áreas, em 1998.

CONVÊNIOS E PARCERIAS

Relacionamento

[HOME](#) / [RELACIONAMENTO](#) / [CONVÊNIOS E PARCERIAS](#)

Fundação Nacional da Qualidade – FNQ

A Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) promove ações e eventos em prol do contínuo desenvolvimento da excelência de gestão, atuando como um centro de disseminação de conhecimentos na área. Seu trabalho é baseado numa metodologia de avaliação, autoavaliação e reconhecimento das boas práticas de gestão.



Selo e Certificação de Energia Renovável (ABEEólica, Abragel e Totum)

Desde 2016, a CCEE participa dos procedimentos de emissão de Certificados e Selos de Energia Renovável, num acordo de cooperação com a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) e o Instituto Totum.

A Câmara de Comercialização fornece informações, sempre que for necessária a verificação dos dados de geração de energia. A entrada da CCEE no processo fez com que a iniciativa se adequasse às melhores práticas adotadas pelos certificadores internacionais, o que resultou em sua inserção na plataforma mundial de comercialização do IREC.



Selo Energia Verde (UNICA)

A Unica e a CCEE, em parceria, concedem o Selo Energia Verde, que certifica empresas produtoras e consumidoras da energia limpa e renovável produzida por usinas à biomassa de cana-de-açúcar. As instituições possuem um acordo de cooperação em que trocam informações para confirmar a origem contratual da energia comercializada pelas usinas no mercado livre de energia, possibilitando o reconhecimento do selo daquelas que utilizam a biomassa e cumprem requisitos socioambientais definidos pela Unica. Para que uma empresa consumidora, assim como a Copercana, receba o Selo, é necessário que 20% da energia consumida seja proveniente de usinas de biomassa de cana-de-açúcar, dentre outras diretrizes. A energia deve ser adquirida diretamente das usinas produtoras ou de empresas associadas à Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – Abraceel, que também apoia o Selo. As usinas geradoras de bioeletricidade recebem o certificado desde que atendam critérios de sustentabilidade e requisitos de eficiência energética, além de estarem adimplentes junto à CCEE e à UNICA.

CAPACITAÇÃO

Relacionamento

HOME / RELACIONAMENTO / CAPACITAÇÃO

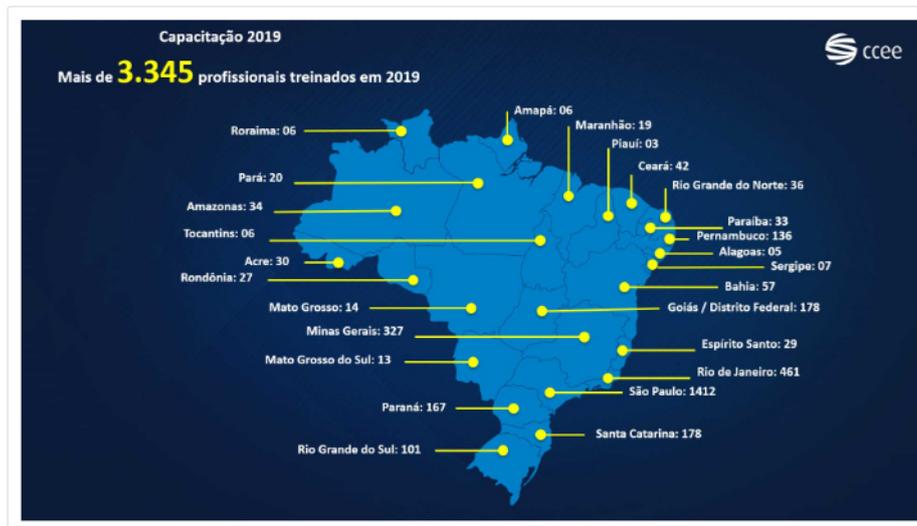
Mais de 38 mil treinamentos foram realizados em 2019

Com o desafio constante de capacitar novos profissionais e manter atualizados aqueles que já atuam no mercado de energia elétrica, a CCEE treinou 3.345 profissionais em 2019, sendo que pela primeira vez tiveram pessoas de todos os estados participando de alguma maneira, inclusive em Roraima, região que não está integrada ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Ao todo, foram mais de 38 mil treinamentos concluídos por alunos no Portal do Aprendizado, sendo que 895 pessoas participaram dos cursos presenciais. Foram oferecidos doze capacitações, com 57 turmas, ultrapassando 650 horas-aula.

A instituição oferece 159 cursos e tutoriais online, que somam 64 horas de estudos, incluindo temas como engenharia elétrica (níveis básico e intermediário), tutoriais sobre operações diárias da Câmara de Comercialização, sistemáticas de leilões e outros assuntos complementares.

Em novembro, a CCEE lançou o formato de videoaula, em que o usuário continua visualizando o material didático e tem o complemento com a apresentação do conteúdo por profissionais especializados. O objetivo é dar mais dinamismo na explicação dos temas.



CAPACITAÇÃO

Relacionamento

HOME / RELACIONAMENTO / CAPACITAÇÃO



MONITORAMENTO

Segurança

HOME / SEGURANÇA / MONITORAMENTO

CCEE impede R\$ 109,3 milhões em inadimplências ao monitorar o mercado

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE monitora as operações do mercado para garantir que a conduta dos agentes seja íntegra e condizente com os melhores padrões de ética e boas práticas. A ação da CCEE é referendada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que, por meio da Resolução Normativa nº 701/2016, deu à instituição poderes para adotar medidas enérgicas e imediatas contra qualquer prática incompatível com a legislação vigente.

A CCEE envia à ANEEL, todos os meses, relatórios contendo informações como o histórico da assinatura dos acordos comerciais do Ambiente de Contratação Regulada – ACR, resultados de contabilização e de liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo – MCP.

Todo esse esforço traz benefícios significativos para o mercado energético. Somente no exercício de 2019, a CCEE, com o monitoramento e o mecanismo de efetivação de ajustes de contratos, conseguiu evitar R\$ 109,3 milhões em inadimplências.

O mês com maior quantidade de casos de insolvência foi março, quando 85 contratos que somavam R\$ 20,7 milhões, foram ajustados. As operações envolveram 10 agentes vendedores e 69 compradores. Os referidos ajustes são realizados nos montantes de energia dos contratos dos agentes vendedores que não constituem integralmente as garantias financeiras solicitadas pela CCEE.

Veja abaixo todos os dados de monitoramento e de ajuste em 2019:

Operacionalização de ajuste de contratos 2019

Mês	Contratos Ajustados (MWh)	Montante Ajustado (R\$)	Nº Contratos Ajustados	Nº Agentes Vendedores	Nº Agentes Compradores
Jan/19	235	43.779,00	5	5	5
Fev/19	38.575,00	17.121.192,00	5	5	4
Mar/19	89.814,00	20.668.312,00	85	10	69
Abr/19	70.783,00	9.274.878,00	8	6	6
Mai/19	55.499,00	7.500.909,00	9	7	8
Jun/19	54.824,00	4.304.577,00	8	5	8
Jul/19	16.368,00	3.036.462,00	6	4	5
Ago/19	11.249,00	2.669.340,00	7	6	7
Set/19	84.004,00	16.712.609,00	5	3	4
Out/19	10.537,00	2.886.010,00	14	4	13
Nov/19	41.828,00	13.284.338,00	103	11	49
Dez/19	51.954,00	11.795.954,00	74	4	41
Total	525.670,00	109.298.360,00	329	70	219

PENALIDADES

Segurança

HOME / SEGURANÇA / PENALIDADES

Aplicação de sanções reforça segurança do mercado

Para aumentar a efetividade no cumprimento das obrigações por parte dos agentes, além de realizar o monitoramento do mercado, a CCEE aplica sanções de natureza regulatória a partir de condições estabelecidas na legislação, regras e procedimentos de comercialização de energia.

Em 2019, foram aplicadas 2.286 sanções nas liquidações de penalidade. O valor total apurado para essas sanções foi de R\$ 74,9 milhões. Nessas liquidações, o valor arrecadado foi de R\$ 30,7 milhões. A destinação deste montante se divide entre Alívio de Exposições de CCEARs (R\$ 20,85 milhões) e Alívio de Encargos de Serviço do Sistema (R\$ 9,87 milhões), visando a modicidade tarifária.

As tabelas abaixo mostram os valores aplicados nas contabilizações de 2019 por destinação e por tipo de penalidade.

Penalidades Pagas para Alívio de Exposições de CCEAR (R\$)

Penalidade	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Total
Insuficiência de Lastro de Energia	1.491.785,11	3.560.459,33	2.353.286,15	1.176.954,27	2.468.901,83	1.720.023,97	1.166.382,50	2.118.055,11	8.805.462,75	2.510.148,67	1.948.382,35	2.185.570,17	31.505.412,21
Multa por inadimplência no MVE	-	-	-	-	-	57.201,66	28.911,73	8.659,15	-	-	-	6.897,47	101.670,01
Total Geral	1.983.954,70	1.107.014,13	1.155.813,79	805.028,79	1.820.824,22	2.295.342,50	1.542.077,93	3.668.618,42	2.914.496,21	1.345.868,50	1.408.215,31	803.979,19	20.851.233,69

Multas e Penalidades pagas para alívio de ESS (R\$)

Penalidade / Multa	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Total
Penalidades de Medição	1.919.785,35	867.743,98	62.970,40	327.999,26	883.211,92	7.642,51	60.456,50	60.459,61	45.451,22	32.609,04	76.415,63	12.000,00	4.356.746,42
Multa por Não Aporte das Garantias Financeiras	144,38	24,86	2.303,95	12.493,36	46.998,14	337,29	7.251,51	5.778,60	49.544,97	37.556,28	382.584,77	125,55	545.143,66
Multa por inadimplência no MCP	885.421,00	1.701.849,90	92.492,11	941.138,18	1.006.008,59	5.351,45	207,81	1.229,69	47.572,44	2.295,07	267.610,52	16.116,51	4.967.293,27
Total Geral	2.805.351,73	2.569.618,74	157.766,46	1.281.630,80	1.936.218,65	13.331,25	67.915,82	67.467,90	142.568,63	72.460,39	726.610,92	28.242,06	9.869.183,35

Desligamentos

CCEE desliga 30 agentes em 2019

A CCEE também age para averiguar agentes que descumpram obrigações financeiras ou percam condição para operar no mercado, instaurando procedimentos para, eventualmente, desligá-los da instituição. A exclusão do quadro de agentes é assegurada pela Resolução Normativa Aneel nº 545/2013. Com tal procedimento, a CCEE reduz a inadimplência e mitiga os riscos.

A lista de agentes com procedimento em tramitação encontra-se no site da CCEE e é de livre acesso a todos. O documento é atualizado semanalmente. Ao longo de 2019 foram iniciados, em média, 20 procedimentos de desligamento por descumprimento de obrigação mensais pela CCEE.

Abaixo estão os números de agentes efetivamente desligados em 2019:

Operacionalização de desligamentos mensais

Desligamento	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Total
Descumprimento de Obrigação	2	1	0	0	6	4	2	1	3	1	0	2	22
Compulsório	6	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	8
Total	8	1	0	0	6	5	2	1	3	1	1	2	30

PENALIDADES

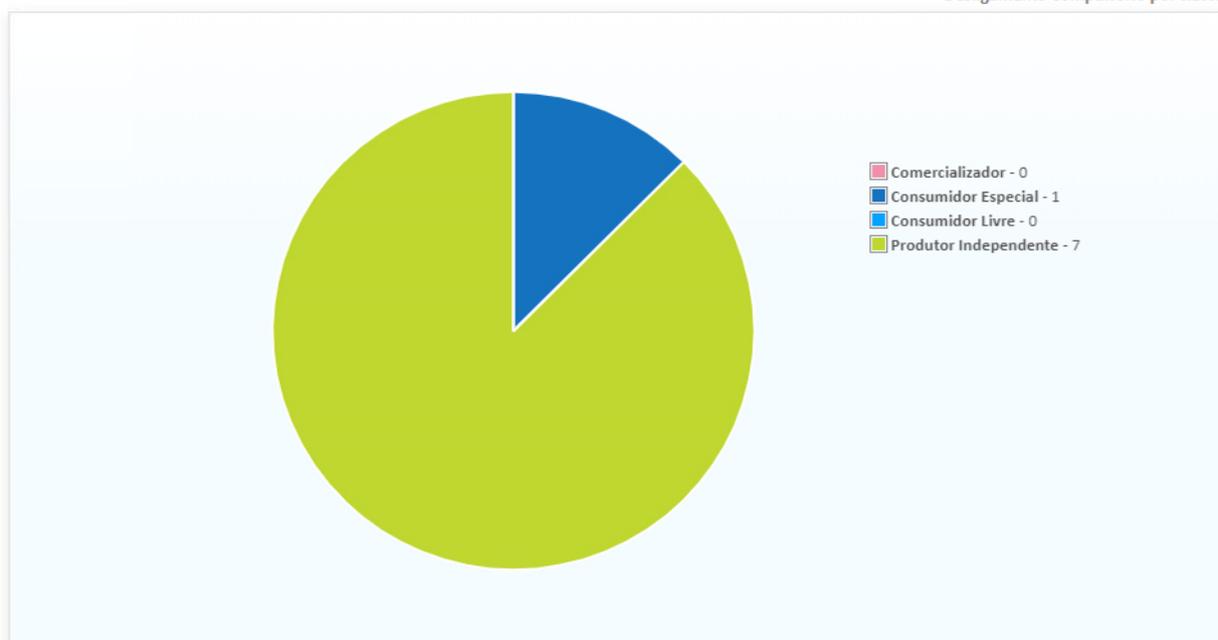
Segurança

HOME / SEGURANÇA / PENALIDADES

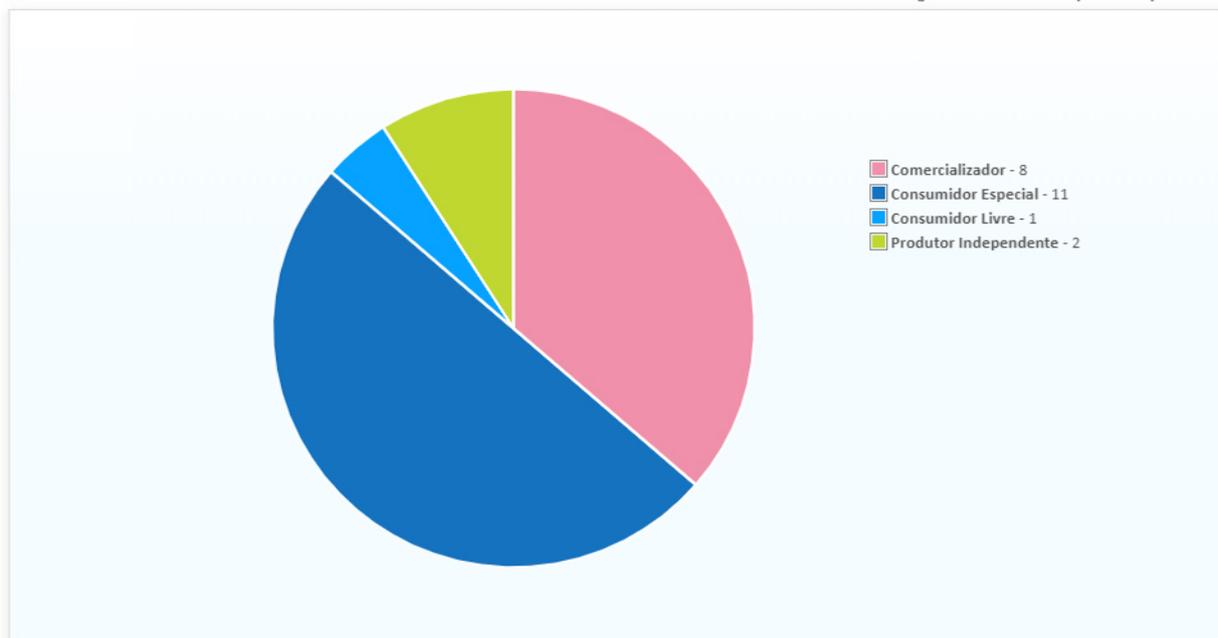
Desligamentos por classe de agente

	Compulsório	Por Descumprimento
Comercializador		8
Consumidor Especial	1	11
Consumidor Livre		1
Produtor Independente	7	2
Total	8	22

Desligamento Compulsório por classe de agente



Desligamento Por Descumprimento por classe de agente



PENALIDADES

Segurança

[HOME](#) / [SEGURANÇA](#) / [PENALIDADES](#)

Regularização de 85,8% de dívidas em 2019

A CCEE promove ações informativas com o objetivo de evitar a inadimplência causada por erros operacionais cometidos pelos agentes, proporcionando condições para que estes recuperem sua condição de adimplente.

Dos 239 processos de desligamento iniciados ao longo de 2019, 170 terminaram o ano em monitoramento - condição em que permanecem após a regularização de suas inadimplências até serem arquivados ou retomados - e 35 foram arquivados, após manterem suas obrigações regularizadas por seis ciclos de liquidação. Este número representa regularização de 85,8% dos descumprimentos verificados no período.

Status do Processo	Nº de processos	Status dos processos
		(%)
Arquivado	35	14,64%
Desligado	16	6,69%
Desligamento Deliberado	1	0,42%
Em Andamento	17	7,11%
Em Monitoramento	170	71,13%
Total	239	

JURÍDICO

Segurança

HOME / SEGURANÇA / JURÍDICO

Jurídico da CCEE alcança êxito de 74% em ações envolvendo o GSF

Para endossar a seguridade das transações de energia elétrica no território brasileiro, a CCEE carece depreender os desenvolvimentos judiciais que tenham o poder de ocasionar implicações diretas ou indiretas sobre o equilíbrio do mercado e a própria instituição, com impacto em seus associados.

O tratamento da judicialização, sobretudo envolvendo a questão do GSF (na sigla em inglês, Generation Scaling Factor, ou diferença entre a geração hídrica e a energia assegurada), continuou sendo um dos maiores desafios da CCEE em 2019. A instituição moveu todos os seus recursos jurídicos para mitigar os danos causados ao mercado por decisões dos tribunais referentes ao tema, que teve forte impacto nas liquidações financeiras do mercado de curto prazo ao longo do ano.

O corpo jurídico da CCEE se utilizou de despachos, elaboração de materiais e interações institucionais para impedir a propalação de ações judiciais em cadeia. A instituição infundiu esforços para garantir a manutenção das regras vigentes, inclusive por meio da consolidação de dados que subsidiaram a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e o Ministério de Minas e Energia – MME. O êxito das instituições em decisões judiciais que mantiveram a aplicação das regras de comercialização relacionadas ao GSF foi de 74%.

A CCEE também consolidou na esfera judicial a gestão de ações que envolvem a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O índice de sucesso dos processos que versavam sobre a exigência de pagamentos de parcelas da CDE foi de 73%, representando um benefício para a modicidade tarifária, ou seja, para os consumidores de energia.

A CCEE também estimulou o diálogo jurídico promovendo ações que envolveram árbitros, fiscais fazendários, instituições setoriais e operadores do direito. Para trar de questões tributárias, foi realizado o 3º treinamento sobre comercialização de energia elétrica para Fazendas Estaduais, que contou com a presença de agentes do mercado e de associações.

A atuação jurídica da CCEE permitiu estruturar e viabilizar a quitação antecipada da Conta-ACR, agindo na frente de negociação junto aos bancos credores e construindo toda a base de documentos necessária para que a operação fosse realizada de forma segura, garantindo a economia de R\$ 8,4 bilhões até 2020 para todos os consumidores de energia do país. [Veja mais na seção Conta-ACR.](#)

Outro foco da atuação jurídica da instituição foi a avaliação da estruturação de propostas para a abertura de mercado e para a segurança de mercado, fomentando discussões sobre comercializador varejista e garantias para as operações do Mecanismo de Venda de Excedentes.

A gestão jurídica também contribuiu ativamente para o solucionamento de questões relacionadas à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, análise dos processos de adesão de novos associados, desligamentos, contestações de penalidades, contabilização, liquidação financeira, leilões de energia, assembleias gerais, celebração de contratos regulados, corporativos, tributários e trabalhistas.

O departamento jurídico da CCEE, com foco regulatório e corporativo, fornece apoio legal para o desenvolvimento de todos os assuntos tratados no âmbito da instituição, sejam orientados ao mercado ou de impacto interno.

TECNOLOGIA

Tecnologia

HOME / TECNOLOGIA / TECNOLOGIA

Soluções tecnológicas trazem agilidade para as operações

A área de Tecnologia de Mercado (TM) da CCEE fornece suporte indispensável para que as operações de comercialização de energia elétrica transcorram sem sobressaltos e num ambiente de absoluta segurança digital. Sua missão é antever tanto os riscos para a infraestrutura tecnológica quanto demandas de melhorias imediatas e de longo prazo, tendo como princípio a simplificação e a eficiência de processos com o foco do agente.

Em 2019, a TM desenvolveu a estratégia de colocar o cliente no centro das operações, voltando cada vez mais a atuação da CCEE para as necessidades do mercado. Houve uma parceria com os agentes para o desenvolvimento de ideias e para a execução de testes que geraram melhorias das funcionalidades.

Veja, a seguir, um resumo das principais soluções implantadas pela Tecnologia de Mercado ao longo de 2019:

APPCCEE

Em 2019, a CCEE manteve o investimento em novas funcionalidades para o APP de acordo com as prioridades de negócio estabelecidas pelos próprios agentes de mercado. Foram três atualizações, sendo elas: um espaço para visualização dos dados cadastrais dos pontos de medição ativos; a personalização de avisos e visualização de dados faltantes nos seus pontos de medição; e o acesso às notificações de ajuste de dados de medição registradas para pontos nos quais o usuário possui permissão, auxiliando o gerenciamento das informações.

Manutenção do modelo de desenvolvimento por meio de células ágeis

Garantia Física

A CCEE realizou evoluções nas funcionalidades do módulo de Garantia Física do CliqCCEE. Essas melhorias reduzem atividades manuais e possíveis inconsistências, aumentando a produtividade do agente e da área responsável na CCEE.

Um exemplo é o processo de sazonalização de garantia física, que inicialmente era realizado em cinco passos de forma manual com envolvimento do time de contratos e de atendimento. Com a automatização, agora é realizado em três passos contemplando conferências e interações sistêmicas apenas do time de contratos.

Como melhoria direta para o mercado, é possível citar o relatório de simulação e divulgação da curva do MRE, que passou a ser gerada de forma automatizada, agilizando a elaboração e a publicação dos dados.

Sistema JURIS

Por meio de uma plataforma com funcionalidades mais intuitivas e customizadas para facilitar as análises e consolidação das informações, foram implementadas melhorias no processo de gestão de decisões judiciais, de modo a simplificar os mecanismos para registro e acompanhamento dos impactos, objetivando maior integração entre os processos de negócio da CCEE, como: contabilizar e liquidar o mercado, gerir Contas Setoriais, emitir certidões de adimplemento, entre outros.

Download de Dados com informações sombra do preço horário

O Download de Dados com as informações individualizadas em base horária da contabilização sombra do Mercado de Curto Prazo – MCP fechou um ciclo de entregas que garantiu a estrutura necessária na CCEE para a implantação da operação do preço horário, oferecendo também aos agentes a base de informações necessária para que possam se preparar para essa evolução do mercado.

Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE

Plataforma tecnológica destinada aos processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE por meio de um modelo de processamento mais dinâmico, de uso mais prático e intuitivo aos usuários, sendo o primeiro sistema de operações da CCEE a adotar o mesmo conceito de interface utilizado nos projetos de modernização das demais plataformas tecnológicas da organização.

CCEE desenvolve nova tela de registro de contratos

Nova interface da validação do registro de contratos no sistema CliqCCEE com o objetivo de reduzir o passo a passo dos agentes e mitigar eventuais riscos operacionais. O gerador de XML de contratos também foi revisado para acompanhar a nova funcionalidade, além de outras melhorias em layout.

Gestão da Contribuição Associativa

Série de novas funcionalidades no site para auxiliar os agentes na emissão e controle dos boletos bancários da Contribuição Associativa, como a visualização do status do pagamento, a emissão da segunda via e cálculo do novo valor para boletos vencidos há mais de 30 dias.

TECNOLOGIA

Tecnologia

HOME / TECNOLOGIA / TECNOLOGIA

Plataforma Cadastral

Novo sistema que modernizou os processos de adesão e manutenção do cadastro das empresas e usuários com a substituição das ferramentas de Autocadastro e do Sistema de Gestão de Processos – SGP, no que se refere aos processos de Adesão, Manutenção de Acesso, Manutenção de Dados Comprobatórios e processos do Varejista.

A nova plataforma trouxe mais agilidade na gestão do cadastro de organizações e pessoas. Dentre os destaques de melhorias estão: integração dos dados da Receita Federal e Correios com o sistema CCEE, diminuindo a quantidade de informações que precisam ser inseridas no momento da adesão; redução no número de documentos a serem enviados nos processos de adesão e manutenção; utilização de assinatura digital, eliminando a necessidade de envio de documentos físicos.

Solução de Big Data para adoção do PLD Horário em 2021

Nova solução tecnológica de Big Data & Analytics suportada pelo banco de dados colunar Vertica, da Microfocus. A ação visa a preparação da infraestrutura computacional da companhia para lidar com os crescentes volumes de dados associados à operação do mercado, que serão potencializados a partir de janeiro de 2021 com a formalização da prática do PLD horário na contabilização.

Com a nova dinâmica de preços, os acrônimos existentes nas regras de comercialização serão equalizados, em sua maioria, na mesma granularidade, resultando na adaptação dos produtos de consulta dinâmica, relatórios padrão e download de dados na ferramenta de Divulgação de Resultados e Informações – DRI. Com a consulta dinâmica de acrônimos em base horária, os agentes podem enriquecer as suas análises, pois têm a liberdade de trabalhar com os acrônimos na menor granularidade possível em suas consultas.

Painéis executivos para auxiliar gestão dos agentes

Os agentes podem acompanhar os principais resultados das operações na CCEE por meio de Painéis Executivos. Com design moderno, informações simplificadas e acesso prático, o novo produto permite a visualização dos dados mais relevantes disponibilizados na DRI, de maneira gerencial e de acordo com o perfil da empresa, atendendo uma demanda apresentada pelo mercado. Os agentes podem acessar os painéis por meio de um dashboard simplificado localizado no ambiente de operações, segregado nos quatro temas: contabilização, contratação, descontos e liquidação.

Novo Ambiente de Operações

O Ambiente de Operações que integra os principais serviços e sistemas da CCEE traz ganho de produtividade nas operações que os agentes realizam em diversos sistemas da CCEE. A plataforma, que foi construída com a participação ativa dos agentes, simplifica o acesso aos sistemas da CCEE, permitindo uma visão unificada das operações e a integração das funcionalidades mais utilizadas pelos usuários.

Foram migrados para o Ambiente de Operações todas as funcionalidades do CliqCCEE, da solução de Divulgação de Relatórios e Informações – DRI, do Sistema Integrado de Gestão de Ativos - SigaCCEE, do Novo Sistema de Gestão de Contratos – NSGC, do Sistema de Coleta de Dados de Energia – SCDE e da Plataforma Cadastral – Minhas Empresas, que já foi concebida com base no novo layout.

A inserção dos sistemas em um ambiente integrado é o grande benefício do projeto. Afinal, com um único login o usuário poderá acessar todos os serviços que estão disponíveis no Ambiente de Operações. Outra experiência positiva para o agente é a personalização da tela inicial. De forma simples e prática, é possível tornar os serviços mais utilizados em um painel de cards de rápido acesso, ou seja, um menu pessoal.

Novo Gestão de Penalidades

Foi implementada a funcionalidade de Gestão de Penalidades no Ambiente de Operações. Com a nova aplicação, os agentes podem visualizar as informações de suas penalidades e multas, bem como as de seus representados, diretamente na plataforma, facilitando sua gestão com interações mais dinâmicas e eféticas.

Foram disponibilizados na plataforma os seguintes dados: penalidades de insuficiência de lastro de energia e energia de reserva; penalidades de medição; o histórico de insuficiência de lastro de potência; e falta de combustível. Além das multas de inadimplência no Mecanismo de Vendas de Excedentes - MVE, inadimplência do Mercado de Curto Prazo - MCP; não aporte de garantias financeiras e ajustes de contrato.

O agente poderá também, em caso de contestação, enviar a sua defesa diretamente na plataforma, sem a necessidade de abertura de chamado ou envio do documento pelo correio.

FINANÇAS EM 2019

Finanças

HOME / FINANÇAS / FINANÇAS EM 2019

Orçamento da CCEE teve acréscimo de 7% em 2019

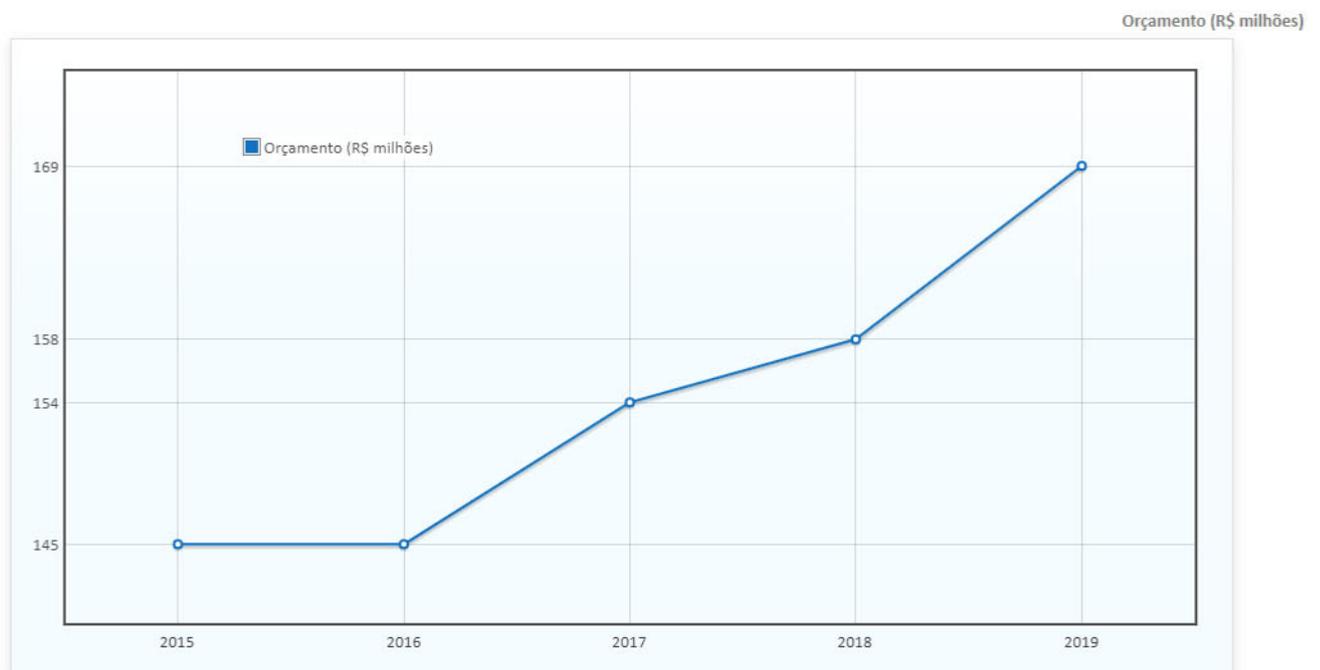
O orçamento da CCEE para o exercício de 2019 foi aprovado na 64ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) no valor de R\$ 169 milhões, acréscimo de 7% em relação ao ano anterior, quando havia sido de R\$ 157,8 milhões. Dentre os itens priorizados, destacaram-se:

- Desenvolvimento e atualizações de sistemas tecnológicos prioritários;
- Serviços de suporte e manutenção dos sistemas;
- Honorários advocatícios relativos à assessoria jurídica e às diversas ações nas quais a CCEE é parte;
- Auditorias de sistemas e dados do mercado.

Veja, na tabela a seguir, os orçamentos da CCEE dos últimos 5 anos:

Orçamento (R\$ milhões)	
Ano	Total
2015	145
2016	145
2017	154
2018	158
2019	169

Valores históricos



CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

Finanças

HOME / FINANÇAS / CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

Contribuição associativa fecha em R\$ 0,96 por Megawatt comercializado

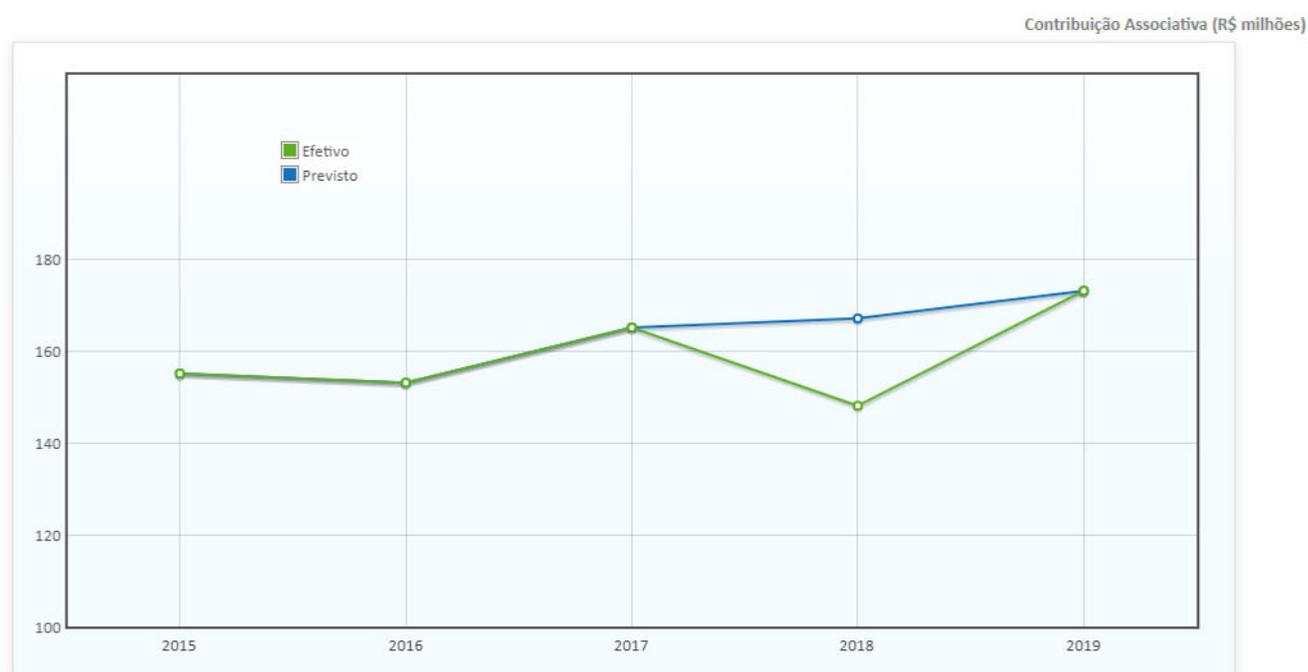
O cálculo da contribuição associativa de 2019, que somou R\$ 173 milhões, considerou as necessidades de recursos para cobertura da proposta orçamentária e pagamento dos financiamentos obtidos pela CCEE em 2012 e 2014 (FINEP), referentes à implantação da primeira versão do sistema CliqCCEE e ao Projeto Inovação Tecnológica CCEE.

Confira abaixo a comparação da contribuição de 2019 com as dos últimos anos:

Contribuição Associativa (R\$ milhões)

Contribuição Associativa - R\$ milhões		
Ano	Previsto	Efetivo
2015	155	155
2016	153	153
2017	165	165
2018	167	148
2019	173	173

valores históricos



CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

Finanças

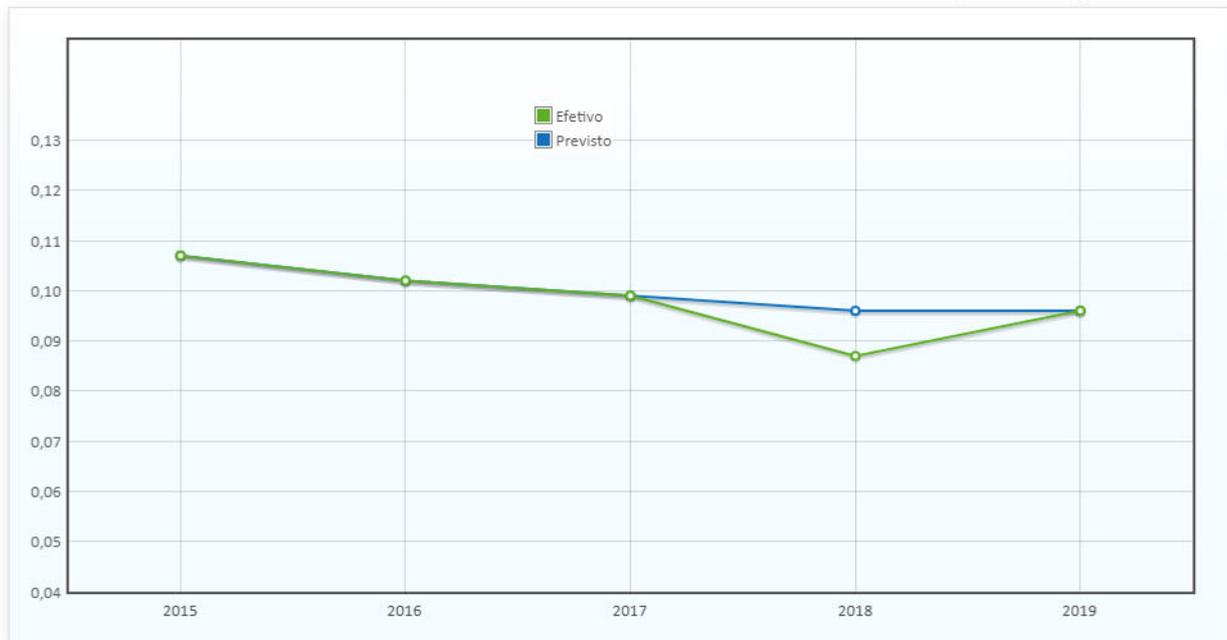
HOME / FINANÇAS / CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

Contribuição Associativa por MWh Comercializado (R\$)

Contribuição Associativa por MWh Comercializado (R\$)		
Ano	Previsto	Efetivo
2015	0,107	0,107
2016	0,102	0,102
2017	0,099	0,099
2018	0,096	0,087
2019	0,096	0,096

valores históricos

Contribuição Associativa por MWh Comercializado (R\$)



RECEITAS EXTRAS

Finanças

HOME / FINANÇAS / RECEITAS EXTRAS

CCEE busca novas receitas para diversificar fontes de recursos

Nos últimos anos, a CCEE buscou alternativas para amenizar o impacto da contribuição associativa a seus agentes, implementando novas fontes de receita por meio da cobrança de emolumentos que propiciaram maior diversificação de recursos.

A Câmara de Comercialização arrecada com a cobrança dos serviços de adesão, emissão de certidão de adimplemento, desligamento com sucessão, recontabilização e treinamento in company.

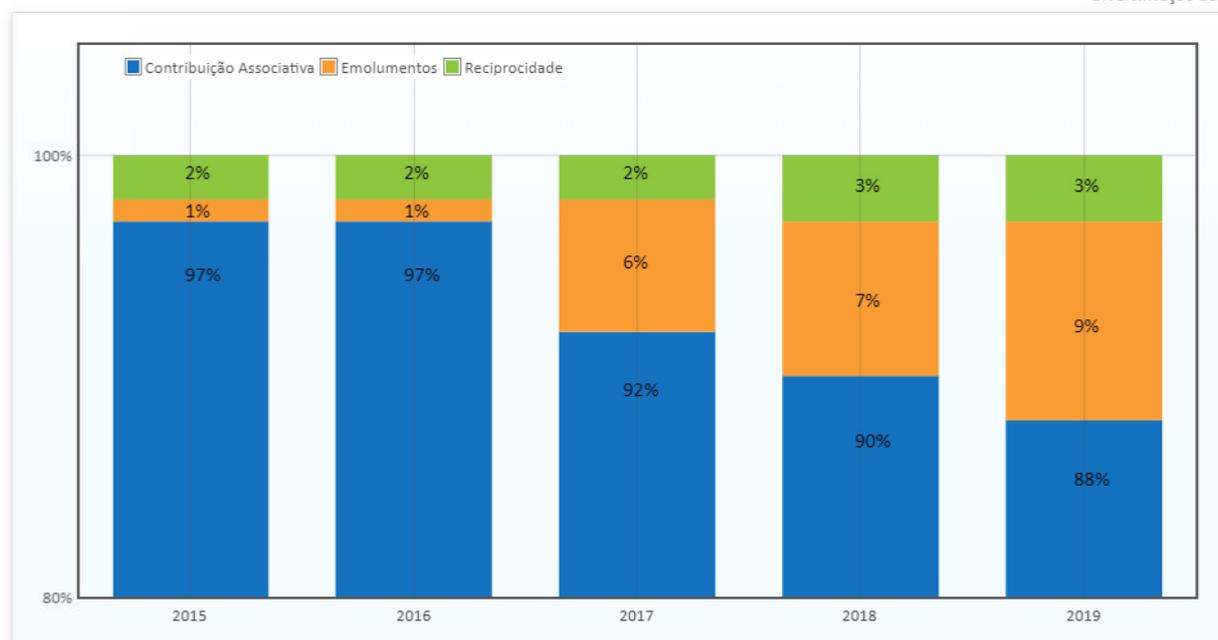
Confira, nas tabelas abaixo, a evolução dos emolumentos cobrados nos últimos anos:

Valores em R\$ MM

	2015 *	2015 %	2016 *	2016 %	2017	2017 %	2018	2018 %	2019	2019 %
Contribuição Associativa	150	97%	153	97%	165	92%	148	90%	173	88%
Emolumentos	2	1%	2	1%	10	6%	11	7%	17	9%
Reciprocidade	2	2%	3	2%	4	2%	5	3%	6	3%
Total Receitas	154		158		179		164		196	

* Em 2015 e 2016, apenas a Recontabilização era cobrada a título de Emolumento.

Diversificação da Receita (%)

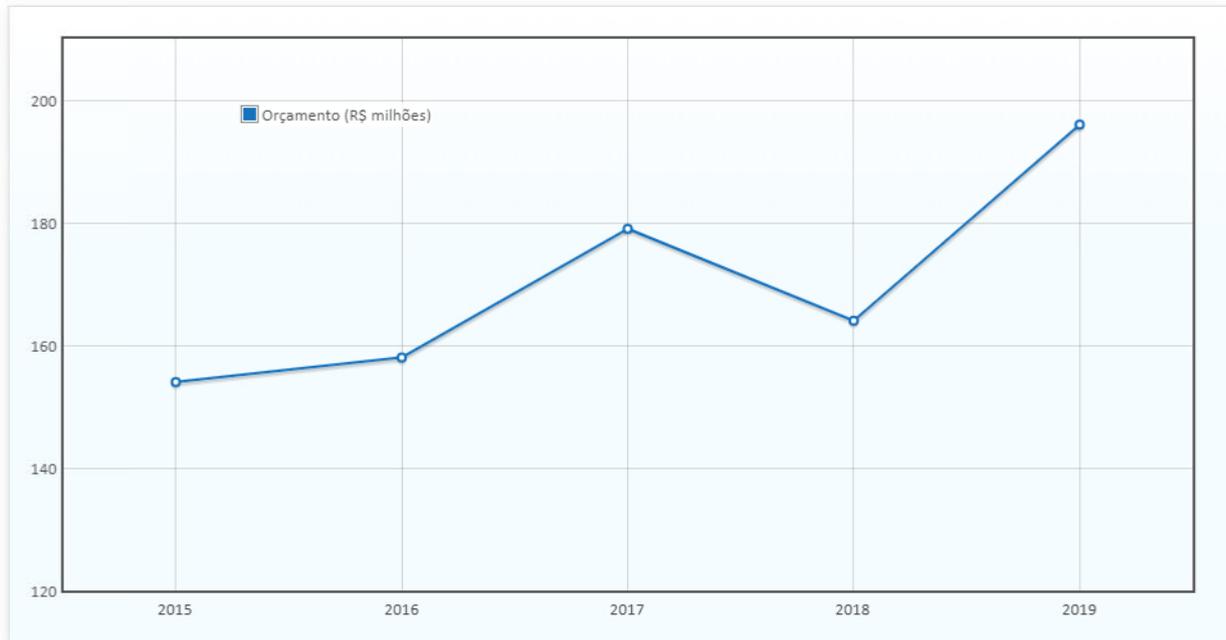


RECEITAS EXTRAS

Finanças

HOME / FINANÇAS / RECEITAS EXTRAS

Receita CCEE - 2015 a 2019 (R\$ milhões)



MERCADO REGULADO

Finanças

HOME / FINANÇAS / MERCADO REGULADO

Gestão do mercado regulado foi responsável por ressarcimento de R\$ 17,8 milhões

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL delegou à CCEE a gestão dos seguintes processos:

- Cotas de Energia Nuclear Angra I e II;
- Cotas de Garantia Física;
- Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias;
- Energia de Reserva;
- Conta-ACR;
- Contas Setoriais;

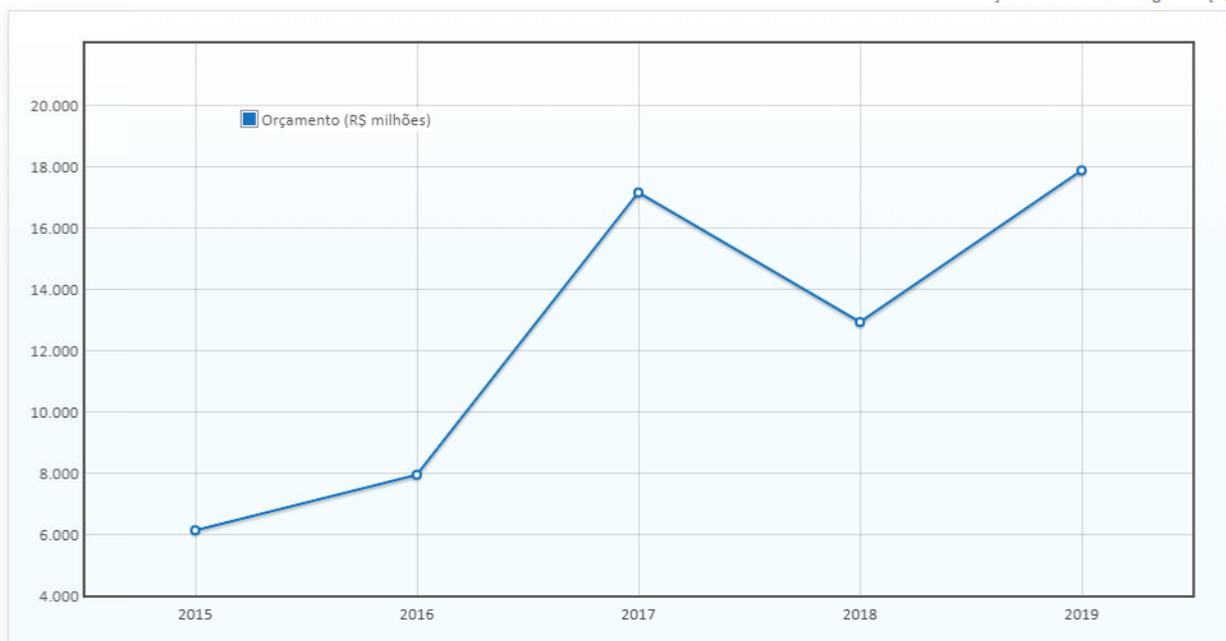
Para tanto, anualmente, os custos incorridos para administração desses processos são ressarcidos pela agência reguladora.

Em 2019, o total ressarcido à CCEE advindos da gestão do mercado regulado foi de R\$ 17,8 milhões.

Orçamento Mercado Regulado - total (R\$ milhões)	
Ano	Total
2015	6.118
2016	7.930
2017	17.139
2018	12.911
2019	17.859

Valores históricos

Orçamento Mercado Regulado (R\$ milhões)



MERCADO REGULADO

Finanças

[HOME](#) / [FINANÇAS](#) / [MERCADO REGULADO](#)

Orçamento do Processo Regulado Realizado (R\$ milhões)

Ano	Angra	ACR	Bandeiras	Contas Setoriais	Cotas Garantia Física	Energia Reserva	Total
2015	84	3.166	647	-	87	2.133	6.118
2016	131	1.925	837	2.868	513	1.657	7.930
2017	63	1.931	536	11.186	585	2.838	17.139
2018	142	1.604	260	8.291	623	1.991	12.911
2019	148	1.408	237	13.484	230	2.352	17.859

Valores históricos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Finanças

HOME / FINANÇAS / DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Veja os resultados financeiros e contábeis da CCEE em 2019

Os agentes associados à CCEE aprovaram em assembleia as demonstrações financeiras e contábeis da instituição referentes ao exercício de 2019.

Para acessar o documento na íntegra, [clique aqui](#).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço Patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ("Associação" ou "CCEE"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A partir de 1º de maio de 2017 a CCEE substituiu a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras no gerenciamento de três fundos setoriais, dentre eles a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC. Em 18 de abril de 2017 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL emitiu o despacho nº 1.079, em que determinou as condições gerais para transferência de saldos e conciliação das contas setoriais acima citadas.

Em relação à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, mais especificamente a sua sub conta “CTG Custo Total Da Geração”, cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$23 mil (R\$ -319.937 mil em 31 de dezembro de 2018), essa transição não havia sido totalmente concluída, e os saldos relacionados as transações ocorridas anteriormente a 1º de maio de 2017, não haviam sido validados pela CCEE, devido à determinação contida na carta voto, do Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o qual estabeleceu que a Associação poderá registrar os saldos somente após a conclusão do processo de fiscalização e auditoria dos saldos da conta junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras e, mediante previsão orçamentária ou autorização expressa da ANEEL. Devido a esses aspectos, em 31 de dezembro de 2019, não nos foi praticável concluir sobre os saldos de abertura e na data de encerramento em 31 de dezembro de 2019 da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC e sua sub conta “CTG Custo Total Da Geração”, conforme divulgado na nota explicativa 26 (iv).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Associação em 31 de dezembro 2018 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 19 de março 2019, expressa uma opinião com ressalva devido à limitação de escopo em relação à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, e sua sub conta “CTG Custo Total Da Geração”, como mencionado na "Base para opinião com ressalva".

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2019	2018	PASSIVO	Nota	2019	2018
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		24.318	42.967	Fornecedores e contas a pagar	13	5.280	7.747
Aplicações financeiras - (CCEE)	4.a	18.289	21.704	Obrigações trabalhistas	14	10.747	10.214
Aplicações financeiras - (CAFT)	4.b	6.029	21.263	Financiamentos	17	2.558	7.367
Associados a receber	5	10.538	7.840	Impostos a recolher	7	3.301	-
Despesas antecipadas	6	4.804	4.009	Obrigações estimadas	15	6.925	7.473
Tributos a recuperar	7	-	1.124	Provisão para ações judiciais	16	-	27
Créditos diversos	8	1.779	1.144	Adiantamentos CAFT	4.b	4.440	20.889
				Passivo de arrendamento	12	2.257	-
				Outras obrigações		958	676
Total do ativo circulante		41.439	57.084	Total do passivo circulante		36.466	54.393
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo				Financiamentos	17	6.430	8.970
Cauções e depósitos vinculados	9	4.415	4.396	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	7.637	9.762
Despesas antecipadas	6	2.005	617	Passivo de arrendamento	12	27.368	-
				Provisão para ações judiciais	16	10.490	-
Imobilizado	10	7.437	7.333	Total do passivo não circulante		51.925	18.732
Intangível	11	76.823	63.351				
Ativo de direito de uso	12	28.300	-	Patrimônio Líquido			
				Patrimônio social	18	100	100
				Superávit acumulado		71.928	59.556
Total do ativo não circulante		118.980	75.697	Total do Patrimônio Líquido		72.028	59.656
Total do ativo		160.419	132.781	Total do passivo e Patrimônio Líquido		160.419	132.781

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	2019	2018
Receita líquida	19	185.461	150.493
Salários e encargos sociais	20	(100.497)	(102.233)
Serviços prestados por terceiros	21	(40.706)	(38.448)
Despesas gerais e administrativas	22	(9.742)	(12.855)
Depreciação e amortização	10 e 11	(17.922)	(14.287)
Ações judiciais		(10.127)	322
Outras despesas, líquidas		(663)	(104)
Reembolsáveis CAFT	23	11.849	12.937
Despesas operacionais		(167.808)	(154.668)
Superávit (Déficit) do exercício		17.653	(4.175)
Receitas financeiras	24	7.812	8.976
Despesas financeiras	24	(5.955)	(2.549)
Resultado financeiro		1.857	6.427
Superávit antes dos impostos		19.510	2.252
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(9.264)	(1.805)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	2.126	2.440
Superávit líquido do exercício		12.372	2.887

As notas explicativas da administração são parte das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Superávit líquido do exercício	<u>12.372</u>	<u>2.887</u>
(=) Total do resultado abrangente do exercício	<u>12.372</u>	<u>2.887</u>

As notas explicativas da administração são parte das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	100	56.669	56.769
Superávit líquido do exercício	-	2.887	2.887
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100	59.556	59.656
Superávit líquido do exercício	-	12.372	12.372
Saldos em 31 de dezembro de 2019	100	71.928	72.028

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	31/12/2019	31/12/2018
Superávit do exercício	12.372	2.887
Itens que não afetam o fluxo de caixa	31.522	14.186
Depreciação	5.588	2.175
Amortização	12.334	12.112
Baixas do ativo imobilizado/intangível	58	155
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.126)	(2.440)
Provisão / reversão para contingências	10.127	3
Provisão para Estimativa de Crédito de Liquidação Duvidosa	352	(14)
Amortização taxa administrativa – FINEP	67	71
Atualização do principal – FINEP	760	1.141
Arrendamento	3.254	-
Cauções e depósitos vinculados	(16)	(134)
Variação monetária	1.124	1.117
Superávit do exercício ajustado	43.894	17.073
(Aumento) redução nos ativos		
Associados a receber	(3.050)	4.436
Créditos diversos	(635)	523
Ativo fiscal corrente	1.124	(1.124)
Despesas antecipadas	(2.183)	(51)
Cauções e depósitos	(3)	-
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(2.467)	3.046
Obrigações trabalhistas	533	312
Impostos a recolher	13.435	102
Obrigações e encargos sociais estimados	(548)	(2.242)
Provisão para ações judiciais	-	(325)
Adiantamentos CAFT	(17.404)	(1.942)
Outras obrigações	282	5
Caixa gerado pelas atividades operacionais	32.978	19.813
Pagamento IRPJ e CSLL	(9.264)	(1.805)
Pagamento de juros s/ financiamento	(760)	(1.141)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	22.954	16.867
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição do ativo imobilizado	(2.401)	(860)
Aquisição do ativo intangível	(26.477)	(19.360)
Caixa líquido utilizado nas atividades investimentos	(28.878)	(20.220)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de principal - financiamentos	(7.450)	(7.874)
Pagamentos de principal - arrendamento	(5.275)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(12.725)	(7.874)
Redução (Aumento) do caixa e equivalentes de caixa	(18.649)	(11.227)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	42.967	54.194
No final do exercício	24.318	42.967
Redução (Aumento) do caixa e equivalentes de caixa	(18.649)	(11.227)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (“Associação” ou “CCEE”), nos termos do seu Estatuto Social, é uma associação sem fins lucrativos que possui personalidade jurídica de direito privado, domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, que atua para viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (“SIN”), realizada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), segundo regras e procedimentos de comercialização aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

2. Sumário das principais práticas e estimativas contábeis

a) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com situações compatíveis e aplicáveis à Associação.

A Administração da Associação declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua (“moeda funcional”). Para fins de apresentação as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para provisão de ações judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Associação revisa suas estimativas periodicamente.

d) Normas e interpretações implementadas

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e tiveram os seguintes impactos para a Associação:

CPC 06(R2) – Arrendamentos (Vigência a partir de 01/01/2019)	Nessa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Ele substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Associação adotou o CPC 06 (R2) retrospectivamente, com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando isenções para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e (ii) ativo objeto seja de baixo valor.
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda	Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Associação nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras, As estimativas críticas da administração, bem como os principais passivos contingentes relacionadas a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgados nas Notas 2(c).

e) Novas normas e interpretações

Apresentamos, a seguir, o novo pronunciamento contábil que estará vigente a partir de 01 de janeiro de 2020 e que, portanto, ainda não estão aplicados nas presentes demonstrações financeiras.

CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Vigência a partir de 01/01/2020)	Nesta revisão são atualizados a definição de Ativo e Passivo em relação ao reconhecimento e desreconhecimento dos mesmos nas Demonstrações Financeiras e foram revisadas as definições de receitas e despesas. Esclarece o conceito de prudência.
--	---

3. Gestão de Riscos

A Associação mantém operações com instituições financeiras, e a sua administração é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Associação.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas avaliadas e definidas pela Administração com riscos mínimos, pois não existe concentração e as operações são realizadas com instituições de reconhecida solidez.

a) Gestão de Risco de Mercado

A Associação está exposta a perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os financiamentos captados pela Associação estão apresentados na nota explicativa nº 17 e possuem como contrapartes a FINEP. Considerando que as regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições, a Associação classifica passivos financeiros não derivativos como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

b) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos principais ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

2019				
Ativos Financeiros	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Passivos Financeiros	Custo amortizado
Circulante			Circulante	
Aplicações Financeiras - (CCEE)		18.289	Fornecedores e contas a pagar	5.280
Aplicações Financeiras - (CAFT)		6.029	Financiamentos	2.558
Associados a receber	10.538		Outras obrigações	958
Créditos diversos	1.779			
Não Circulante			Não Circulante	
Cauções e depósitos vinculados		4.415	Financiamentos	6.430
2018				
Ativos Financeiros	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Passivos Financeiros	Custo amortizado
Circulante			Circulante	
Aplicações Financeiras - (CCEE)		21.704	Fornecedores e contas a pagar	7.747
Aplicações Financeiras - (CAFT)		21.263	Financiamentos	7.367
Associados a receber	7.840		Outras obrigações	676
Créditos diversos	1.144			
Não Circulante			Não Circulante	
Cauções e depósitos vinculados		4.396	Financiamentos	8.970

c) Estimativa do valor justo

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Associação pelo seu valor contábil que, significativamente, equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, associados a receber, adiantamento a fornecedores, cauções e depósitos vinculados, financiamentos e fornecedores. Os valores de realização estimados de

ativos e passivos financeiros da Associação foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Associação foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observados os critérios para comparabilidade, levando em consideração os seguintes itens: prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes.

Na Associação há apenas ativos enquadrados no Nível 2, no qual o valor contábil equivale ao seu valor justo.

d) Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os instrumentos financeiros “não derivativos” são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Associação em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

Aplicações financeiras - referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, com remuneração equivalente à da taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), apresentadas pelo seu valor justo dada a classificação de valor justo por meio do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Associação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Cauções e depósitos vinculados - os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos financeiros são mensurados no resultado pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado financeiro do exercício.

Custo amortizado - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Estão classificados nesta categoria os valores relacionados às Contribuições de *Associados a receber*.

Passivos financeiros

Financiamentos - São passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. O componente do passivo é reconhecido inicialmente a valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis componentes do passivo são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Associação não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

e) Benefícios a empregados

A Associação possui apenas obrigações com benefícios de curto prazo a empregados que são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. A Associação possui contrato de previdência privada com instituição terceirizada e, com isso, o risco de operação não é da Associação. A Associação não concede benefícios pós-emprego a seus colaboradores.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições de uso, têm vencimento de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	2019	2018
Aplicações financeiras - (CCEE)	18.289	21.704
Aplicações financeiras – CAFT Contas Setoriais	5.641	5.960
Aplicações financeiras – CAFT CONER	228	132
Aplicações financeiras – CAFT Conta Bandeiras	155	250
Aplicações financeiras – CAFT Angra I e II	5	-
Aplicações financeiras – CAFT Conta ACR	-	14.913
Aplicações financeiras – CAFT Cotas GF	-	8
	24.318	42.967

a) Caixa e bancos e Aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente referem-se à caixa e depósitos bancários que estão centralizados em conta movimento em bancos de primeira linha. As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos, que no ano 2019 estavam remuneradas por taxas que variaram entre 95,89% a 99,49% do CDI (93,29% a 110,97% do CDI em 2018). Tais aplicações podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento, sem prejuízo na rentabilidade.

b) Aplicações financeiras – CAFT

Representam os saldos bancários e aplicações financeiras referentes aos adiantamentos destinados exclusivamente à cobertura de Custos Administrativos, Financeiros e Tributários (“CAFT”), administrados pela Associação e relativos às operações: Conta Ambiente de Contratação Regulada (“Conta ACR”), Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“Conta Bandeiras”), Regime de Cotas de Garantia Física (“Cotas de GF”), Angra I e II e Contas Setoriais (CDE, RGR e CCC). Dessa forma, os valores recebidos são registrados nessa rubrica em contrapartida de adiantamentos das respectivas contas registrados no passivo. Os reembolsos são realizados à medida em que são registradas as despesas correspondentes. A receita financeira gerada mensalmente pela remuneração das aplicações financeiras, líquida do correspondente imposto de renda retido na fonte, é reconhecida como um aumento do adiantamento (conta passiva) e, dessa forma, não há aumento ou redução do patrimônio social da Associação em decorrência dessas transações.

É importante ressaltar que os saldos apresentados no ativo apresentam defasagem de 1 mês na movimentação, em relação ao passivo, em função de particularidades operacionais que impossibilitam realizar o encontro de contas dentro do próprio período, visto os diversos itens de receitas e despesas registrados pela Associação.

5. Associados a receber

Representam o saldo a receber, na data do balanço, de contribuições associativas e leilões, devidos pelos associados e pelos participantes dos leilões, respectivamente. São registrados inicialmente pelo valor da parcela da contribuição aprovada em Assembleia Geral, pelos custos de realização dos Leilões de Energia e por outros valores aprovados pela ANEEL, deduzidas das provisões para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

A provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é calculada em análise individual dos associados desligados por inadimplência ou ativos por decisão judicial e constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas.

Os saldos a receber em 31 de dezembro de 2019 e 2018, podem ser resumidos conforme quadro a seguir. O vencimento da contribuição associativa de dezembro de 2019 ocorreu no último dia útil do mês e o crédito bancário foi liberado no primeiro dia útil após o vencimento.

	2019	2018
Contribuição associativa		
Associados a Receber - Agentes Ativos	9.638	6.928
Associados a Receber - Agentes Desligados	363	11
	10.001	6.939
Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(363)	(11)
Leilões (a)	900	912
	10.538	7.840

a) Leilões

A ANEEL delegou para a Associação, através do Despacho nº 4.190, de 21 de outubro de 2014, a responsabilidade pela operacionalização dos leilões de venda de energia. Os custos envolvidos na realização desses leilões são repassados aos participantes na proporção do volume de energia comercializada por cada um deles. Na data dos balanços, o montante a receber dos participantes está distribuído da seguinte forma:

	Previsão / Realização	Despesa	Reembolso	Líquido	
		2019	2019	2019	2018
Associados a receber Leilões		2.180	1.280	900	912
WORKSHOP ANEEL	-	5	5	-	5
17º (A-1) e 18º (A-2) Leilão de Energia Existente	22/12/2017	305	305	-	26
19º (A-1) e 20º (A-2) Leilão de Energia Existente	07/12/2018	460	460	-	371
28º Leilão de Energia Nova (A - 6)	31/08/2018	510	510	-	510
30º Leilão de Energia Nova (A - 4)	18/10/2019	578	-	578	-
21º e 22º Leilão de Energia Existente	06/12/2019	322	-	322	-

6. Despesas antecipadas

Representam a aplicação de recursos em despesas que irão beneficiar períodos subsequentes. O saldo é composto por prêmios de seguro patrimonial e de responsabilidade civil, e por despesas antecipadas de suporte e manutenção de *softwares* e equipamentos e despesas gerais.

	2019	2018
Circulante		
Prêmios de seguro	361	301
Software	3.476	2.942
Geral	967	766
	4.804	4.009
Não circulante		
Software	674	208
Geral	1.331	409
	2.005	617
	6.809	4.626

7. Tributos

A Associação está apresentando o saldo líquido dos impostos a recuperar e a pagar em razão da intenção e habilidade de realizar a compensação e de tais impostos possuírem o mesmo agente tributário.

a) Impostos a Recolher

	2019	2018
Ativo Fiscal Corrente		
IRRF a recuperar	478	731
IRPJ Antecipações	-	2.142
CSLL Antecipações	-	763
Cofins corrente	-	-
	478	3.636
Impostos a Recolher		
IRRF s/salários a recolher	(1.749)	(1.724)
Cofins a recolher	(1.030)	(431)
PIS a recolher	(222)	(92)
IRPJ a Recolher	(388)	-
PIS, Cofins e CSLL s/terceiros a recolher	(175)	(181)
CSLL a recolher	(141)	-
IRRF s/terceiros a recolher	(72)	(81)
ISS s/ terceiros a recolher	(2)	(3)
	(3.779)	(2.512)
Imposto a Recolher Líquido (Passivo)	(3.301)	-
Tributos a Recuperar Líquido (Ativo)		1.124

b) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Associação tributa suas operações tendo por base o regime de apuração real mensal, sendo que o cômputo da despesa de imposto de renda e contribuição social alocada ao resultado, relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, pode ser resumida como segue:

	2019		2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
(Déficit) antes dos impostos	(9.422)	(9.422)	(18.004)	(18.004)
Contribuição para Investimento	28.932	28.932	20.256	20.256
Superávit antes do IRPJ e CSLL	19.510	19.510	2.252	2.252
IRPJ e CSLL - alíquotas nominais (25% e 9%)	4.878	1.756	563	203
Itens permanentes				
- Brindes e donativos	30	11	22	8
- Despesas Viagens internacionais	12	4	31	11
- Tributos indedutíveis	202	73	-	-
Itens temporários				
- Provisões	18	7	(538)	(194)
- Provisão PECLD	88	32	(3)	(1)
- Provisão PPR	(231)	(83)	112	40
- Amortização CliqCCEE	1.812	652	1.812	652
- Contingências cíveis/trabalhistas	2.616	942	(77)	(28)
- Arrendamento	330	119		
Compensação 30%	(2.926)	(1.054)	(577)	(207)
Adicional IR	(24)	-	(24)	-
Apuração de IRPJ e CSLL	6.805	2.459	1.321	484
IRPJ e CSLL Correntes alocados ao resultado	6.805	2.459	1.321	484
IRPJ e CSLL Diferidos alocados ao resultado	(1.556)	(570)	(1.788)	(652)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Administração da Associação periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. As diferenças tributárias temporárias estão relacionadas à amortização de software e arrendamentos, mensurados às taxas de imposto de renda que são esperadas de serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A Associação registra saldo de imposto de renda e contribuição social diferido passivo no valor de R\$ 7.637 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 9.762 em 2018), decorrente da utilização de vida útil contábil estimada do software CliqCCEE (120 meses) e o prazo de amortização pela legislação fiscal (60 meses). A parcela de amortização, reconhecida contabilmente, é ajustada no cálculo do IRPJ/CSLL correntes.

Em 31 de dezembro de 2019, a Associação acumula R\$ 74.926 relativo a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, sobre os quais seriam gerados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos de R\$ 25.475. Esses impostos diferidos ativos não foram contabilizados devido ao fato de a Associação ser uma entidade sem fins lucrativos e também por ausência de perspectiva de geração de resultados tributáveis nos próximos exercícios.

8. Créditos Diversos

	2019	2018
Adiantamentos a funcionários	1.022	748
CAFT a receber - Energia de Reserva	470	-
Adiantamentos a fornecedores	187	-
Liquidação centralizada ACR	41	164
CAFT a receber - Cotas GF	32	70
Reembolso de custas judiciais	25	63
CAFT a Receber-Angra I e II	2	89
Outros	-	10
	1.779	1.144

9. Cauções e Depósitos vinculados

	2019	2018
Cauções	1.759	1.740
Depósito judicial	2.656	2.656
	4.415	4.396

10. Imobilizado

É demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), se houver. Inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. A administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável para seus ativos não financeiros.

A depreciação é calculada pelo método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

	Vida útil (anos)	2019			2018
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Instalações	10	5.872	(3.608)	2.264	2.852
Máquinas e equipamentos	10	1.282	(810)	472	564
Móveis e utensílios	10	2.730	(1.892)	838	929
Equipamentos de informática	5	12.443	(8.975)	3.468	2.768
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	277	(277)	-	-
Equipamentos de telefonia	10	826	(431)	395	220
		23.430	(15.993)	7.437	7.333

A movimentação do imobilizado está demonstrada da seguinte forma:

Custo

	Instalações	Máquinas e equip.	Móveis e utensílios	Equip. de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equip. de telefonia	Total
Em 1o de janeiro de 2018	5.872	1.296	2.684	10.862	277	671	21.662
Adições	-	34	153	494	-	178	859
Baixas	-	(24)	(171)	(577)	-	(123)	(895)
Em 31 de dezembro de 2018	5.872	1.306	2.666	10.779	277	726	21.626
Adições	-	22	111	2.028	-	240	2.401
Baixas	-	(46)	(47)	(364)	-	(140)	(597)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	5.872	1.282	2.730	12.443	277	826	23.430

Depreciação acumulada

	Instalações	Máquinas e equip.	Móveis e utensílios	Equip. de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equip. de telefonia	Total
Em 1o de janeiro de 2018	(2.433)	(648)	(1.644)	(7.368)	(277)	(488)	(12.858)
Adições	(587)	(113)	(217)	(1.200)	-	(58)	(2.175)
Baixas	-	19	124	557	-	40	740
Em 31 de dezembro de 2018	(3.020)	(742)	(1.737)	(8.011)	(277)	(506)	(14.293)
Adições	(588)	(111)	(188)	(1.324)	-	(30)	(2.241)
Baixas	-	43	33	360	-	105	541
Em 31 de dezembro de 2019	(3.608)	(810)	(1.892)	(8.975)	(277)	(431)	(15.993)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável (*impairment*).

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A Associação não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. A amortização é calculada com base na vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	Vida útil (anos)	Custo de aquisição	2019		2018
			Amortização acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Desenvolvimento e implantação					
Sinercom	2 a 10	122.419	(122.419)	-	-
Medição	2 a 10	15.794	(15.794)	-	-
CliqCCEE	2 a 10	72.370	(50.659)	21.711	28.950
Contab – RM	2 a 10	614	(614)	-	-
		211.197	(189.486)	21.711	28.950
Projetos em desenvolvimento					
Outros softwares (*)		41.528	-	41.528	20.059
		41.528	-	41.528	20.059
Outros					
Contratos softwares	5	3.725	(2.420)	1.305	841
Softwares	5	45.935	(33.656)	12.279	13.501
		49.660	(36.076)	13.584	14.342
		302.385	(225.562)	76.823	63.351

(*) Outros Softwares: Gastos com projetos em desenvolvimento: Gestão dos TNS E Multas - Desligamento E Penalidade, Estudo Da Evolução Do Modulo De Agentes, Cadeia de Leilões e Sistema de Gestão Contas Setoriais.

A movimentação do intangível está demonstrada da seguinte forma:

Custo

	Desenvolvimento e implantação	Projetos em desenvolvimento	Outros	Total
Em 1o de janeiro de 2018	211.206	3.194	54.572	268.972
Adições	-	16.865	2.496	19.361
Baixas	(4)	-	(1.946)	(1.950)
Em 31 de dezembro de 2018	211.202	20.059	55.122	286.383
Adições	-	23.527	2.950	26.477
Baixas	(5)	-	(10.470)	(10.475)
Transferências	-	(2.058)	2.058	-
Em 31 de dezembro de 2019	211.197	41.528	49.660	302.385

Amortização Acumulada

	Desenvolvimento e implantação	Outros	Total
Em 1o de janeiro de 2018	(175.017)	(37.184)	(212.201)
Adições	(7.238)	(5.543)	(12.781)
Baixas	3	1.947	1.950
Em 31 de dezembro de 2018	(182.252)	(40.780)	(223.032)
Adições	(7.237)	(5.766)	(13.003)
Baixas	3	10.470	10.473
Em 31 de dezembro de 2019	(189.486)	(36.076)	(225.562)

A variação entre a mutação da amortização do intangível e o valor da amortização no resultado se deve a tomada de crédito do PIS e COFINS não cumulativo sobre o software CliqCCEE no montante de R\$ 669 em 2019 (R\$ 669 em 2018).

12. Arrendamentos

A Associação avalia, na data de início do contrato, se o contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

A Associação adotou o CPC 06(R2) retrospectivamente, com efeito cumulativo, a partir de 1º de janeiro de 2019. Após avaliação foram identificados dois contratos de locação de imóvel referentes ao escritório sede e ao centro de treinamento.

a) Direito de Uso de Arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, são ajustados sempre que ocorra nova mensuração dos passivos de arrendamento.

Adicionalmente, a Associação aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

	Período de Depreciação	31.12.2019		
		Custo	Depreciação	Valor Líquido
Imóveis				
Sede	Até 2028	30.037	(3.134)	26.903
Centro de Treinamento	Até 2026	1.609	(212)	1.397
		31.646	(3.346)	28.300

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

Adoção Inicial	31.646
Depreciação	(3.346)
Saldo em 31.12.2019	28.300

b) Arrendamentos a pagar

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

	Circulante	Não Circulante	Total
Adoção Inicial	2.021	29.625	31.646
Juros	3.254	-	3.254
Transferências	2.257	(2.257)	-
Amortizações	(5.275)	-	(5.275)
Saldo em 31.12.2019	2.257	27.368	29.625

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. As taxas de desconto médias utilizadas para cálculo do valor presente foram de 11,58%, e representam a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	Valores não descontados	Juros embutidos	Saldo passivo arrendamento
2021	5.433	(2.912)	2.521
2022	5.433	(2.621)	2.812
2023	5.433	(2.294)	3.139
2024	5.433	(1.930)	3.503
2025	5.432	(1.522)	3.910
2026	5.301	(1.070)	4.231
2027	5.118	(593)	4.525
2028	2.829	(102)	2.727
Arrendamentos a pagar	40.412	(13.044)	27.368

d) Pagamentos de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor individual e de curto prazo

No período de doze meses findo em 31.12.2019, a Associação reconheceu o montante de R\$ 62, referente a custos e despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis e de curto prazo e ativos de baixo valor individual, conforme isenção prevista pelo CPC 06 (R2).

13. Fornecedores e contas a pagar

	2019	2018
Manutenção e desenvolvimento de software	1.357	2.005
Consultoria e outros serviços	1.792	1.799
Fornecedores de imobilizado e intangível	859	1.888
Aluguel de imóveis	427	447
Serviços advocatícios	475	959
Seguradoras	-	361
Outros	370	288
	5.280	7.747

14. Obrigações trabalhistas

As obrigações estão constituídas e reconhecidas de acordo com a legislação em vigor, com base nos períodos aquisitivos e os respectivos impostos e encargos sociais inerentes.

	2019	2018
Férias	6.635	6.157
INSS s/férias	1.606	1.490
INSS a recolher	1.389	1.506
FGTS	573	551
FGTS s/férias	531	492
INSS sobre terceiros a recolher	13	14
Pensão Alimentícia	-	4
	10.747	10.214

15. Obrigações estimadas

Obrigações estimadas são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que desembolsos futuros sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação seja feita. A despesa relativa a qualquer obrigação é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

	2019	2018
Fornecedores	1.078	703
PPR	5.847	6.770
	6.925	7.473

Os valores apresentados nesta rubrica referem-se a estimativas contábeis em acordo com devida norma contábil - CPC 25, uma vez que os saldos relacionados a "Fornecedores" referem-se exclusivamente a serviços prestados e não faturados. Também são registradas nesta rubrica as estimativas correlatas ao Plano de Participação em Resultado – PPR relativo a cada exercício apresentado.

16. Provisão para ações judiciais

A Associação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões tributárias, cíveis e outros assuntos. Classificam-se como provisões para ações judiciais aquelas avaliadas como possibilidade de perda provável pelo nossos advogados internos e consultores jurídicos externos.

Os valores registrados como provisão para ações judiciais, nas quais a CCEE figura no polo passivo, decorrentes das atividades associativas, por apresentarem probabilidade de perda “provável” é composto por:

	2018	2019			Saldo	
	Saldo	Constituição	Reversão Pagamento	Reversão Ajuste		Atualização
Provisão para ações judiciais Cíveis	27	17.339	-	(7.212)	336	10.490
	27	17.339	-	(7.212)	336	10.490

O saldo de R\$ 10.490 de perda provável é composto substancialmente pelas discussões a seguir:

- i) Impactos da indisponibilidade de usina de terceiro teve julgamento desfavorável à CCEE, de modo que o risco da ação foi alterado de possível para provável.
- ii) Ações judiciais que discutem os impactos da judicialização do risco hidrológico (GSF) – 2º e 3º blocos de judicialização – ambas com sentenças desfavoráveis aos interesses da CCEE.

Adicionalmente em 2019, novos processos judiciais e administrativos foram incluídos, suprimidos e sofreram atualizações, de tal modo, a apuração dos montantes e riscos classificado como perda “possível” que não são registradas como provisões para ações judiciais, nas quais a CCEE figura no polo passivo, são os seguintes:

	2019	2018
Ações judiciais cíveis	1.063.806	1.148.625
Ações judiciais tributárias	637	-
Total	1.064.443	1.148.625

a) Cíveis

A Associação figura como parte, nos polos ativos e passivos, litisconsorte, assistente, oponente ou interessada, conjunta ou isoladamente, em nome próprio ou como viabilizadora da comercialização de energia elétrica, ou ainda como gestora de Contas Setoriais, em 693 ações cíveis em andamento, das quais 78 estão classificadas como perda “provável”, 356 como perda “possível” e 259 como perda “remota”.

Das ações judiciais que possuem classificação de contingência "Ativo" foram incluídas 3 ações judiciais (uma ação de cobrança e duas recuperações judiciais) com risco possível no valor total de R\$ 44.638.

Ainda na contingência "Ativo" houve a redução para zero da contingência de ação judicial com risco possível em ação de cobrança no valor de R\$ 31.179 em vista de sentença favorável e trânsito em julgado favorável à CCEE e a alteração do risco (de possível para remoto) da contingência de ação de cobrança com valor de R\$ 334.899.

Das ações judiciais que possuem a classificação de contingência "Passivo" foram incluídas 2 ações judiciais com risco possível (duas recuperações judiciais) no valor total de R\$ 25.683.

Além disso uma ação que discute os impactos da indisponibilidade de usina de terceiro teve julgamento desfavorável à CCEE, de modo que o risco da ação foi alterado de possível para provável, mas com redução da contingência de R\$ 7.667 para R\$ 590.

Por fim, destacamos duas ações judiciais que discutem os impactos da judicialização do risco hidrológico (GSF) – 2º e 3º blocos de judicialização –, com contingência de R\$ 7.012, ambas com sentenças desfavoráveis aos interesses da CCEE e, portanto, tiveram seu risco de perda classificado como provável.

b) Tributárias

A Associação é parte em 25 processos ativos de ordem tributária no valor total de R\$637 classificados como perda “possível” e 01 classificado como remota sendo o mais relevante (detalhado abaixo), relativo a tributação de IRPJ e CSLL:

- **IRPJ e CSLL:** Este processo refere-se a Ação Anulatória com pedido de tutela de Urgência nº 0012224-22.2016.4.03.6100, em tramite na Justiça Federal de São Paulo, com o objetivo de anular a exigência indevida da Receita Federal do Brasil (RFB), decorrente do Auto de Infração lavrado para o lançamento de débitos originados de compensações efetuadas com créditos de IRPJ e CSLL, cuja medida judicial respectiva foi apresentada pela Associação sobre a possibilidade de dedutibilidade dos valores pagos à título de bônus aos diretores, reembolso de despesas das empresas contratadas para desenvolvimento de software e despesas com a implantação de modelo organizacional e de competências da entidade. Em 19.07.2016, houve o depósito judicial de R\$ 2.655 para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Em razão do depósito do montante integral, eventual perda da ação não implicará necessidade de desembolso do valor discutido, bastando a conversão em renda do montante depositado para pagamento do débito.

17. Financiamentos

Os financiamentos obtidos junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) destinaram-se ao desenvolvimento do Novo Sistema de Contabilização e Liquidação (NSCL), posteriormente denominado CliqCCEE, bem como ao Sistema de Coleta de Dados de Energia (SCDE) e do Sistema Integrado de Gestão de Ativos (SIGA) e outras iniciativas relacionadas à tecnologia.

Mutação dos Financiamentos - 2019	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 01.01.19	7.434	9.089	16.523
Transferências	2.600	(2.600)	-
Atualização do saldo principal	5	29	34
Juros Gerados	760	-	760
Amortização de principal	(7.450)	-	(7.450)
Amortização de juros	(760)	-	(760)
	2.589	6.518	9.107
Encargos financeiros antecipados (*)	(31)	(88)	(119)
Saldo em 31.12.19	2.558	6.430	8.988

Mutação dos Financiamentos - 2018	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 01.01.18	7.862	16.447	24.309
Transferências	7.434	(7.434)	-
Atualização do saldo principal	12	76	88
Juros Gerados	1.141	-	1.141
Amortização de principal	(7.874)	-	(7.874)
Amortização de juros	(1.141)	-	(1.141)
	7.434	9.089	16.523
Encargos financeiros antecipados (*)	(67)	(119)	(186)
Saldo em 31.12.18	7.367	8.970	16.337

(*) Saldo referente a pagamento antecipado de taxas administrativas relacionadas aos dois financiamentos que será amortizado pelo período de vigência dos respectivos contratos.

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante, líquidos dos encargos financeiros antecipados:

	Moeda Nacional
2021	2.532
2022	2.532
Janeiro a Julho 2023	1.454
	6.518

As condições contratadas para as operações com saldos em aberto em 31 de dezembro de 2019, são:

Condições contratadas	Juros	Vencimento	Principal e Juros	Saldo
Finep - Financiadora de Estudos e Projetos	4% a.a	15/11/2019	Principal 11.2013 até 11.2019. Juros 12.2011 até 11.2019.	32.186
Finep - Financiadora de Estudos e Projetos	TJLP + (5%-4,5%) a.a	15/07/2023	Principal 06.2016 até 06.2023. Juros 08.2014 até 06.2023.	17.733
Juros vencidos				11.301
Juros pagos				(11.301)
Amortização do principal		31/12/2019		(41.415)
Atualização do principal				603
Finep + Atualização Monetária		31/12/2019		9.107

Compromissos contratuais

Até 31 de dezembro de 2019, a Associação atendeu a todas as cláusulas dos contratos vigentes de financiamento, não sendo aplicável qualquer tipo de penalização.

Garantias contratuais

Para assegurar o pagamento das obrigações financeiras e das obrigações decorrentes do vencimento antecipado da dívida previstas no contrato, a Associação dá em garantia a FINEP:

(a) O bloqueio de conta corrente do Banco Bradesco especificada em contrato;

(b) Bloqueio dos recebimentos feitos regularmente e provenientes da arrecadação mensal da Associação nos valores indicados pela FINEP; e

(c) A Associação se compromete a fornecer extrato mensal da conta do Banco Bradesco.

Até 31 de dezembro de 2019 a Associação cumpriu com todas as obrigações junto à FINEP.

18. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido e as fontes de recursos da Associação são constituídos por contribuições, eventuais subvenções e doações, receitas resultantes de ressarcimento de custos e despesas, recebimento de emolumentos, aplicação dos recursos sociais, e pelos bens móveis, títulos, valores e direitos pertencentes à Associação.

Os eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, auferidos mediante o exercício de suas atividades, não são distribuídos para quaisquer pessoas físicas ou jurídicas ligadas à Associação, sendo revertidos diretamente para as necessidades da Associação.

19. Receita líquida

	2019	2018
Receitas de Associados		
Contribuições de associados	173.415	147.767
Adesão	13.270	7.694
Desenv. Cadeia de Leilões	8.240	6.655
Desenv. Contas Setoriais	5.140	-
Recontabilizações	3.416	3.237
Desligamento Com Sucessão	274	215
Certidão De Adimplemento	236	192
In Company (Instrutor)	71	73
Outras Receitas	302	-
Impostos		
- PIS	(3.372)	(2.736)
- COFINS	(15.531)	(12.604)
	185.461	150.493

a) Contribuições associativas e Outras Receitas

As receitas de Contribuições de Associados são representadas pelas contribuições mensais realizadas pelos Agentes das categorias de Geração, Distribuição e Comercialização.

O valor de contribuição mensal é calculado para cada Agente e é determinado de acordo com os votos, que por sua vez é, substancialmente, proporcional ao volume de energia comercializada nos últimos 12 meses. Desta forma, respondem por uma parcela maior da contribuição total os Agentes que comercializaram maiores quantidades de energia no período.

"A parcela das contribuições dos associados é contabilizada como "Contribuição de

Associados". Não existe restrição de uso das contribuições dos associados, independentemente da sua classificação."

O valor anual das contribuições de associados foi aprovado nas seguintes Assembleias Gerais Extraordinárias: 64ª, ocorrida em 25 de outubro de 2018 e na 63ª, ocorrida em 26 de outubro de 2017, para os exercícios de 2019 e 2018, respectivamente.

Nesta rubrica de Outras Receitas constam os valores cobrados referente a internalização de outros créditos durante o período.

20. Salários e encargos sociais

	2019	2018
Salários	(43.256)	(43.161)
INSS	(13.666)	(13.978)
Assistência Médica	(7.975)	(7.375)
Férias	(5.921)	(5.536)
FGTS	(5.800)	(5.545)
PPR - Plano de Participação nos Resultados	(5.584)	(6.898)
Pró-labore	(4.518)	(4.332)
13º Salário	(4.164)	(4.302)
P.A.T. - Refeição	(4.369)	(4.147)
Horas-extras	(2.104)	(2.091)
Outros	(3.140)	(4.868)
	(100.497)	(102.233)

21. Serviços prestados por terceiros

	2019	2018
Serviços de tecnologia da informação	(24.965)	(22.507)
Honorários advocatícios	(5.414)	(6.089)
Auditoria de sistemas de dados	(3.756)	(3.462)
Consultoria administrativa/gestão	(1.972)	(1.119)
Mão-de-obra terceirizada	(1.242)	(1.368)
Consultoria de agente liquidação e custódia	(951)	(1.041)
Auditoria adm e financeira	(765)	(1.192)
Assessoria em comunicação	(540)	(566)
Manutenção predial	(312)	(242)
Outros	(789)	(862)
	(40.706)	(38.448)

22. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Aluguéis e condomínios	(809)	(5.735)
Despesas gerais	(4.147)	(3.299)
Utilidades e serviços	(2.683)	(2.519)
Viagens e representações	(683)	(751)
Impostos, taxas e contribuições	(1.420)	(551)
	(9.742)	(12.855)

23. Reembolsáveis CAFT

Representam os reembolsos realizados à medida em que são registradas as despesas correspondentes à cobertura de Custos Administrativos, Financeiros e Tributários (“CAFT”), administrados pela Associação e relativos às operações: Conta Ambiente de Contratação Regulada (“Conta ACR”), Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“Conta Bandeiras”), Regime de Cotas de Garantia Física (“Cotas de GF”), Angra I e II e Contas Setoriais (CDE, RGR e CCC).

Os reembolsos dos Custos Administrativos, Financeiros e Tributários (CAFT) continuam transitando em contas de resultado, contabilizados como redutora da despesa subjacente, à medida que esta vai sendo incorrida, não se configurando, portanto, como uma receita própria da CCEE.

	2019	2018
Contas Setoriais	7.625	8.387
Energia De Reserva	2.365	2.036
Conta ACR	1.275	1.512
Conta Bandeiras	245	246
Cotas Garantia Física	182	614
Cotas Energia Nuclear	157	142
	11.849	12.937

Tipo	Descrição
Regime de Cotas	De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 519/2012, é de responsabilidade da Associação a operacionalização do Regime de Cotas de Garantia Física e o envio das informações relacionadas aos custos administrativos, financeiros e tributários para a operacionalização da liquidação financeira do referido regime.
Angra I e II	A Resolução Normativa ANEEL nº 530/2012, estabeleceu a metodologia para o cálculo das cotas-partes das centrais de geração Angra I e II, pertencentes à Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear) e as condições para a comercialização da energia proveniente dessas usinas.
Energia de Reserva	Por delegação da ANEEL, através da Resolução Normativa ANEEL nº 337, de 11 de novembro de 2008, a Associação foi nomeada responsável pela gestão dos recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva (CONER). O Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, estabelece a metodologia de contratação da energia de reserva.
Contas Bandeiras	A criação e gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, ou Conta Bandeiras, foi atribuída à Associação por meio do Decreto nº 8.401, de 04 de fevereiro de 2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 649, de 27 de fevereiro de 2015, com o objetivo de administrar os recursos decorrentes da aplicação, pelas distribuidoras de energia elétrica, do mecanismo de bandeiras tarifárias.
Conta ACR	Por meio do Decreto nº 8.221, de 01 de abril de 2014, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – Conta-ACR, a qual é administrada pela Associação, destacando-se que os custos administrativos, financeiros e tributários decorrentes da operação são ressarcidos mediante aprovação da ANEEL.

Conta CDE, CCC e RGR	Conforme determinado pela Lei 13.360 de 17 de novembro de 2016 (MP 735 de 22 de junho de 2016), a partir de maio de 2017, a Associação será responsável pela operacionalização dos fundos setoriais denominados Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Reserva Global de Reversão (RGR) e a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). [Vide nota 26. Fundos Setoriais (ii)].
-----------------------------	--

24. Resultado financeiro

A receita de reciprocidade refere-se à concessão de exclusividade, para a instituição financeira responsável pela liquidação financeira das operações do mercado, de acesso à base de associados da Associação. O reconhecimento no resultado de cada exercício está sendo realizado em parcelas anuais e sucessivas reajustáveis pela taxa Selic, equivalente ao prazo do contrato de exclusividade assinado com o Banco.

As receitas financeiras abrangem juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. Também abrangem as receitas de reciprocidade reconhecidas no resultado por meio do regime de competência. As despesas financeiras abrangem, substancialmente as despesas com juros, inclusive de financiamentos, e despesas bancárias, e podem ser apresentadas como segue:

Receitas Financeiras	2019	2018
Receita de contrato de reciprocidade	5.505	5.094
Receita sobre aplicação financeira	2.310	3.684
Variação monetária ativa	217	232
Outros	(220)	(34)
	7.812	8.976

O saldo de "Outros", apresentado no quadro acima, abrange a dedução referente ao débito de PIS/Cofins sobre a receita financeira.

Despesas Financeiras	2019	2018
Juros sobre arrendamento	(3.254)	-
Variação monetária passiva	(989)	(1.201)
Juros incorridos (empréstimos)	(760)	(1.141)
Multas e juros de mora	(458)	(52)
Atualização processos judiciais	(336)	(14)
Outros	(158)	(141)
	(5.955)	(2.549)
Resultado financeiro líquido	1.857	6.427

A variação monetária passiva é o reflexo da atualização monetária dos adiantamentos dos CAFT's, com base de atualização na rentabilidade dos valores aplicados e a atualização do 2º financiamento da FINEP.

25. Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

		2019	2018
Direito de uso	12	31.646	-
Fornecedores de imobilizado e intangível	13	859	1.888
Crédito PIS e Cofins sobre intangível	11	669	669
Crédito imposto de renda na fonte	7	478	731
Crédito de imposto de renda e contribuição social	7	-	2.905
Crédito processo tributário PIS e Cofins		-	612

26. Fundos e contas setoriais

Os “Fundos e contas setoriais” são registrados pela Associação em atendimento à regulamentação vigente, a qual estabelece a Associação como administradora desses recursos. O registro dos ativos financeiros decorrentes desses fundos é realizado de acordo com a característica de cada uma das aplicações realizadas. Para fins de informação nessas demonstrações financeiras, os saldos desses fundos são apresentados de forma segregada e com a respectiva conta redutora, em decorrência desses montantes não serem parte do patrimônio social da Associação, uma vez que a mesma é considerada apenas “Agente” e não “Principal” das transações. Assim como não impactam a demonstração de resultado da mesma, remanescendo com a Associação somente a responsabilidade de gestão e guarda financeira em caráter transitório e temporário.

Tipo	Descrição
Conta ACR	O Decreto nº 8.221/14, de 01 de abril de 2014, regulamentado pela Resolução Normativa Aneel nº 612/2014, de 16 de abril de 2014, estabeleceu a criação da Conta-ACR, a ser administrada pela Associação. A conta é destinada a cobrir total ou parcialmente, no período de competência dos meses de fevereiro a dezembro de 2014, as despesas das Distribuidoras de energia elétrica decorrentes de exposição involuntária no mercado de curto prazo e dos despachos de usinas termelétricas vinculadas a contratos de compra e venda de energia elétrica, na modalidade por disponibilidade, do ambiente regulado, decorrentes dos leilões de energia elétrica promovidos pela ANEEL.
Fundo de Energia de Reserva - CONER	A Energia de Reserva foi criada, por meio da lei nº 10.848/2004 e regulamentada pelo Decreto nº 6.353/2008, com a finalidade de aumentar a segurança do Sistema Interligado Nacional. As operações de compra e venda são realizadas por intermédio dos leilões de energia de reserva, na qual participam dos custos da operação os geradores (vendedores) e consumidores (compradores), pois os pagamentos são advindos, inicialmente, dos Encargos de Energia de Reserva (EER), pagos pelos consumidores de energia.
Conta Bandeiras	A Conta Bandeiras foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL.
Fundo de Penalidades	As penalidades são geradas no processo de liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo (MCP), e aplicadas de acordo com as Regras de Comercialização vigentes. Os valores pagos são destinados ao Fundo de Penalidades, sendo o respectivo saldo devolvido para o Mercado de Energia por meio do processo de contabilização e liquidação financeira no mês subsequente.

Fundo de Excedente Financeiro

O Excedente Financeiro, decorrente da comercialização de energia elétrica no mercado de curto prazo entre sub mercados com preços diferentes, é somado a todas as exposições positivas dos contratos, com direito ao alívio de exposição (contratos iniciais, contratos de Itaipu - quotistas do sub mercado sul, contratos de autoprodução, direitos especiais e parcela de contrato de importação da Argentina considerada nos contratos iniciais) e às exposições positivas decorrentes de alocações verificadas de garantia física no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), formando o Excedente Financeiro Total.

Demonstrativos financeiros dos fundos e contas setoriais

i) Fundo conta ACR

1ª, 2ª e 3ª Operações de financiamento

Em 25 de abril de 2014, foi firmado o Primeiro Contrato de Abertura de Crédito junto a um “pool” de bancos, composto por 10 instituições financeiras. No dia 15 de agosto de 2014, foi assinado o Segundo Contrato de Abertura de Crédito junto a 13 instituições financeiras. Os parâmetros originais das operações contratadas foram os seguintes:

Financiamentos	Valores	Bancos	Remuneração	Carência	Fundo de Reserva	Amortização (nov/15-out/17)	Juros e Mora
1ª Operação	11.200.000	10	DI+1,90%	até out/15 (10 meses)	Fev-Out/15 10%vl.	23 parcelas de 4,16% e 1 parcela de	Juros: 12% a.a
2ª Operação	6.578.888	13	DI+2,35%		Financiado	4,159%	Multa: 2%
Total	17.778.888						

Em 27 de março de 2015, foi realizada a repactuação das operações e firmado o Terceiro Contrato de Abertura de Crédito junto a oito instituições financeiras. Houve alteração na participação dos bancos do 1º e 2º financiamentos (o Banco de Investimentos Credit Suisse Brasil e BTG Pactual deixaram de ser credores da primeira e segunda operações, sendo substituídos pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, respectivamente. O Banco de Brasília – BRB e JP Morgan deixaram de ser credores da segunda operação, substituídos pelo Banco do Brasil, bem como a alteração nas taxas destas operações e o alongamento do prazo de amortização, de 24 para 54 meses. Vide parâmetros atuais das operações:

Financiamentos	Valores	Bancos	Remuneração	Carência	Fundo de Reserva	Amortização (nov/15-out/20)	Juros e Mora
1ª Operação	11.200.000	8	DI+2,525%	Até Out/15 (10 meses)	10%VI. Financiado	12 parcelas de 1,125%, 1,75%,1,792%	Juros: 12% a.a Multa: 2%
2ª Operação	6.578.888	9	DI+2,9%			5 parcelas de 3,667% e 1 parcela de	
3ª Operação	3.398.032	8	DI+3,15%			3,665%	
Total	21.176.920						

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 16 de novembro de 2015, iniciaram-se as amortizações das operações de Crédito da Conta ACR, sendo que até 30 de setembro de 2019 foram realizados os seguintes valores:

	Pagamentos 2019 (jan a set)	Pagamentos 2018 (jan a dez)	Pagamentos 2015 a 2017	TOTAL pagamentos
Banco do Brasil S.A.	1.020.054	1.433.711	3.530.726	5.984.491
Caixa Econômica Federal	882.139	1.239.494	3.051.232	5.172.865
BNDES	725.254	1.020.572	2.517.604	4.263.430
Banco Bradesco S.A.	697.994	980.838	2.414.783	4.093.615
Itaú Unibanco S.A.	697.995	980.838	2.414.783	4.093.616
Banco Santander S.A.	363.632	511.031	1.258.290	2.132.953
Banco Citibank S.A.	123.979	174.066	428.058	726.103
Banrisul	52.058	73.249	180.774	306.081
Itaú Unibanco S.A. (Bank Of American)**	52.200	73.297	180.247	305.744
Itaú Unibanco S.A. (Banco JP Morgan S.A.)***	22.622	31.755	78.069	132.446
Banco do Brasil (BTG Pactual S.A.)*	20.445	28.813	71.203	120.461
Total	4.658.372	6.547.664	16.125.769	27.331.805

(*) A partir de Dez/15 o Banco do Brasil assumiu as operações do BTG relativas a conta ACR.

(**) A partir de Dez/17 o Banco Itaú Unibanco assumiu as operações do Bank of American relativas a conta ACR.

(***) A partir de Ago/18 o Banco Itaú Unibanco assumiu as operações do JP Morgan S.A. relativas a conta ACR.

Segue o quadro demonstrativo dos saldos componentes da Conta-ACR em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Aplicações Financeiras	-	4.829.574
Contas a Receber – CDE	-	6.150.828
Adiantamento CCEE (CAFT)	-	14.786
Financiamento Banco Brasil	-	(2.210.681)
Financiamento CEF	-	(1.912.918)
Financiamento BNDES	-	(1.568.118)
Financiamento Itaú Unibanco	-	(1.513.342)
Financiamento Bradesco	-	(1.513.342)
Financiamento Santander	-	(788.256)
Financiamento Citibank	-	(269.260)
Financiamento Banrisul	-	(112.521)
Financiamento Itaú (Bank of American)	-	(113.337)
Financiamento Itaú (Banco JP Morgan)	-	(49.151)
Financiamento Banco do Brasil (BTG Pactual S.A.)	-	(44.076)
Encargos Financeiros e CAFT	-	(900.186)
	-	-

Quitação antecipada do empréstimo

A Associação realizou a quitação antecipada do empréstimo da Conta ACR em 16 de setembro de 2019, com o pagamento de R\$ 6.066.043 realizado para oito instituições credoras.

Conforme despacho Aneel nº 2755/2019 a Associação operacionalizou a devolução do saldo remanescente de R\$ 656.128 para cinquenta e uma concessionárias de distribuição em duas partes, a primeira em 29/10/2019 e a segunda em 18/12/2019. Desta forma, não há mais recursos financeiros sob gestão da Associação com esta finalidade.

ii) Fundo de Energia de Reserva – CONER

O demonstrativo da CONER para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tem a seguinte composição:

	2019	2018
Aplicações financeiras	847.706	1.698.391
Encargos de energia de reserva a receber	53.638	40.696
IRRF a recuperar	113.986	138.764
Liquidação energia de reserva	951.979	69.370
Provisão para ações judiciais	(891)	(1.550)
Rendimento aplicação financeira	(46.433)	(64.402)
Juros e multas (liquidação)	(9.955)	(12.898)
IOF	590	31
Reembolso de despesas a CCEE – CAFT	(470)	45
Consolidação (CONER)	(1.909.491)	(1.869.997)
Provisão para ações judiciais	(659)	1.550
	-	-

Aspectos tributários de Energia de Reserva

A Associação, nos autos da Ação Declaratória nº 0070720-21.2014.4.01.3400, em trâmite na Justiça Federal do Distrito Federal, discute sobre o tratamento tributário aplicável quanto aos valores geridos de Encargo de Energia de Reserva (EER). Em 15 de julho de 2016, a Associação obteve sentença favorável, a qual dispõe “está devidamente demonstrado que a Associação não auferirá qualquer tipo de receita relativa à Energia de Reserva, e assim, não há que se falar em incidência das contribuições em tela (...) JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para declarar a inexistência de relação jurídica entre a Autora e a Ré que obrigue a primeira a apurar e recolher os tributos federais incidentes sobre a renda e a receita percebidas pela Autora na qualidade de gestora dos valores relacionados ao Encargo de Energia de Reserva (EER), bem como os demais valores depositados na CONER”.

iii) Conta Bandeiras

Segue o quadro demonstrativo da situação da Conta – Bandeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Aplicações Financeiras	2.400	215
IRRF a recuperar	1.673	1.669
Operação Conta Bandeiras	36.718	34.715
Prêmio GSF	(40.882)	(36.820)
Adiantamentos efetuados a CCEE – CAFT	111	231
Rendimento Aplicação Financeira	(63)	(15)
IOF-Imposto sobre operações financeiras	43	5
	<u>-</u>	<u>-</u>

iv) Fundos Setoriais

As contas setoriais foram criadas, primeiramente, para subsidiar o desenvolvimento e a equanimidade do atendimento energético do Brasil, restringido, posteriormente, apenas às regiões de difícil acesso e às usinas cuja fonte é o carvão mineral nacional.

A Medida Provisória Nº 735, de 2016, convertida na Lei Nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, transferiu à CCEE a responsabilidade de gerir os recursos das contas setoriais: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, Reserva Global de Reversão – RGR e Conta de Consumo de Combustíveis – CCC. Tais responsabilidades eram, anteriormente, exercidas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, e passaram efetivamente para a responsabilidade da CCEE em relação ao controle dessas contas, a partir de 1º de maio de 2017, conforme previsto em regulação, além da responsabilidade pela elaboração do orçamento anual de tais contas.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE instituída pela Lei Nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tinha, inicialmente, o objetivo de desenvolvimento energético dos estados, além de atender objetivos mais específicos, tais como: universalização do serviço de energia elétrica no país, garantir a subvenção econômica destinada a modicidade tarifária para classes de consumidores residencial de baixa renda, promover a competitividade de geração provenientes de empreendimentos de fontes renováveis e gás natural, promover os recursos compensatórios às distribuidoras referentes aos descontos aplicados às tarifas de uso do sistema de distribuição/transmissão e, entre outros, prover recursos à Conta de Consumo de Combustível – CCC.

Posteriormente, a Lei Nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, alterou algumas disposições do Art. 13 da Lei Nº 10.438/2002 e complementou o destino dos recursos, além dos já citados:

- Promover a competitividade da energia produzida através de carvão mineral nacional, destinado à cobertura do custo de combustível (de empreendimentos térmicos em operação até fevereiro/1998 e de usinas enquadradas no § 2o do art. 11 da Lei no 9.648/1998);
- Promover competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, PCH, biomassa, outras fontes renováveis e gás natural.

Os recursos da conta advêm de encargo incluso nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição/Transmissão (TUSD/TUST), possíveis pagamentos do Uso do Bem Público, das multas aplicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL às concessionárias, permissionárias e autorizadas, além da possibilidade de a União aportar recurso como crédito na CDE.

Mesmo com a transferência de administração das contas para a CCEE, a administração do BUSA (Bens da União sob Administração) e a gestão operacional do Programa Luz para Todos (PLpT) permanecem com a Eletrobrás, sendo a CCEE a gestora financeira, com responsabilidade de efetuar os repasses dos programas.

O demonstrativo da CDE para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tem a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicação financeira	5.187	1.162.088
Parcelamento CDE	47.041	721.652
Liminares	1.682.658	1.650.288
CDE cobrança	1.762.102	1.499.580
Conta ACR	-	10.095.003
Baixa renda	(10.503)	(7.240)
Carvão mineral	(22.755)	(22.755)
Subsídios tarifários	(123.998)	(271.389)
Outras saídas	(830)	(477)
Honorários sucumbência	(100.750)	(111.223)
Conta ACR	-	(10.095.003)
União federal	(1.157.573)	(2.671.821)
Consolidação CDE	(2.080.579)	(1.948.703)
	-	-

Reserva Global de Reversão – RGR

A criação da Reserva Global de Reversão – RGR foi estabelecida no Decreto Nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, com o objetivo de prover recursos para indenizar o concessionário pela reversão dos bens e instalações do serviço ao fim da concessão, também regulamentou os serviços de energia elétrica. Os principais objetivos da RGR são prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Ainda que a extinção de tais cotas tenha sido prevista para 2010, pela Lei Nº 12.431, de 24 de junho de 2011, houve a prorrogação até 2035 por conta de sua importância para o investimento e modernização do setor elétrico.

Posteriormente, a Lei Nº 13.360/2016 complementou a finalidade da destinação dos recursos, além dos já citados:

- Empréstimos destinados ao custeio ou investimento a serem realizados por empresa controlada direta ou indiretamente pela União que tenha sido designada à prestação de serviço nos termos do § 1º do art. 9º da Lei Nº 12.783/2013, ou por empresa autorizada conforme § 7º do art. 9º da mesma Lei;

- Provimento de recursos para os dispêndios da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A Eletrobrás permaneceu responsável pela gestão dos contratos de financiamento celebrados com recursos da RGR até 17/11/2016.

O demonstrativo da RGR para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicação Financeira	946.289	294.995
Quotas RGR Transmissoras	8.594	8.594
(-) Provisão Para Perdas	(8.534)	(8.534)
Juros De Reversão	227.594	-
RGR Cobrança	75.245	71.235
Reposição Empréstimos Concedidos	1.755.615	2.006.417
Parcelamento	-	14.763
Financiamentos Concedidos	3.721.169	4.302.987
(-) Provisão Para Perdas - Financ. Conced	(97.844)	(97.844)
Outras Entradas	(48.027)	12.568
Financiamentos Concedidos Designadas	6.510.620	5.325.259
Reversões Em Andamento	21.683.630	21.665.387
Bens Da União	1	1
Emprest Financ Distribuição	48.031	(12.568)
União Federal	(1)	(1)
Ministério Minas E Energia	(843)	(839)
Indenizações Das Concessões	(13.337)	(17.663)
Iof Empréstimo Financiamentos	-	(840)
Prov para ações judiciais - RGR	(27.383)	(30.357)
MP 855	(1.624.422)	(1.395.161)
Outras Saídas	(9)	(1.704)
Exigível União Federal	(25.340.007)	(24.864.869)
Consolidação RGR	<u>(7.816.381)</u>	<u>(7.271.826)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

A Medida Provisória nº 855, de 2018, reconheceu o direito a recursos associados às concessões de distribuição pela Conta de Reserva Global – RGR no valor de até R\$ 3.000.000, mediante apuração da CCEE para pagamento de valores não reembolsados, entre 1º de julho de 2017 e a data de transferência do controle acionário. A CCEE recalculou o montante a ser reembolsado, publicado na Nota Técnica no 278/2018-SGT-SRG-SFF/ANEEL.

Conta de Consumo de Combustíveis - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis – CCC é um encargo pago por todos os agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica para subsidiar os custos de geração de energia dos Sistemas Isolados. Foi criado pela Lei Nº 5.899/1973, inicialmente com o objetivo de rateio dos custos com combustíveis utilizados no Sistema Interligado Nacional – SIN, mas desde 1992 é utilizado para cobrir os custos de combustíveis apenas do Sistema Isolado. A Resolução Normativa ANEEL Nº 801/2017 estabelece os procedimentos e premissas para o gerenciamento da CCC.

Os Sistemas Isolados estão, em sua maioria, localizados no Norte do país e, por não estarem conectados à rede básica, obtêm sua energia predominantemente de usinas térmicas, fato que torna o preço da energia bastante elevado para o consumidor final. Os custos da CCC são divididos em:

- (i) CTG (Custo Total da Geração);
- (ii) Reembolso preliminar (de combustível, de contratação de potência e energia elétrica, de despesas acessórias e de tributos);
- (iii) Tributos não recuperados pelo beneficiário;
- (iv) Contratos de Confissão de Dívida;
- (v) Sub-Rogação.

O demonstrativo da CCC para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tem a seguinte composição:

	2019	2018
Aplicação financeira	8.706	6
Despacho 758/2015	2.608	2.608
Outros débitos	-	2.968.186
CTG Custo Total Da Geração	23	(319.937)
Sub-rogação	(249)	(3.050)
Provisão para ações judiciais - CCC	(45)	(319.781)
Resultado. de fiscalização	(1.689.621)	-
União	1.513.052	(2.418.584)
Consolidação CCC	165.526	90.552
	-	-

Processos Judiciais Cíveis - CDE, CCC e RGR

Conforme determinado pela Lei 13.360 de 17 de novembro de 2016 (MP 735 de 22 de junho de 2016), desde maio de 2017, a Associação assumiu a responsabilidade pela operacionalização dos fundos setoriais denominados Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Reserva Global de Reversão (RGR) e a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), passando a figurar como parte litisconsorte, assistente, oponente ou interessada, em conjunto ou isoladamente, de 188 ações cíveis em andamento, das quais 34 estão classificadas como perda “provável”, 89 como perda “possível” e 65 como perda “remota”. As principais discussões relacionadas aos fundos setoriais são as seguintes, em razão do volume de ações ou valores envolvidos:

- **CDE. Parcelas Controvertidas:** trata-se de ações nas quais se objetiva declarar ilegalidade da exigência de todas ou algumas parcelas que compõem a quota CDE e/ou Bandeiras Tarifárias, inclusive com eventual pedido de devolução dos valores pagos anteriormente. São 160 ações em andamento, das quais 19 estão classificadas como perda “provável” (R\$152), 77 como perda “possível” e 64 como perda “remota”. Ressalta-se que 94 ações são ilíquidas, não sendo possível estimar valor envolvido.

- **CDE. Compensação por atraso no repasse:** trata-se de ações nas quais se objetiva compensar quotas da CDE com subsídios recebidos pelas distribuidoras, tendo em vista a alegação de atraso no repasse do fundo setorial em 2014/2015. São 10 ações, das quais 08 estão classificadas como perda “provável” (R\$ 100.586) e 2 como perda “possível” (Ilíquidos).
- **CDE. CCC Reembolso:** trata-se de ações nas quais se objetiva o reembolso do valor integral do combustível utilizado para a geração de energia às Usinas do Sistema Isolado (SISOL), afastando as limitações impostas pelas Resoluções Normativas da ANEEL. São 5 ações, estando 4 classificadas como perda “provável” (R\$ 45), sendo 2 delas ilíquidas, e 1 ação classificada como possível (R\$ 325.716).
- **CDE. RGR. Reversão da Concessão e Indenização:** trata-se de ações nas quais se questiona a forma de pagamento parcelada da indenização pela reversão da concessão ou, ainda, a falta de pagamento de parcelas da indenização em razão da renovação antecipada da concessão. São 3 ações, das quais 2 estão classificadas como perda provável (R\$1.492) e 1 como perda possível (R\$ 1.395).

v) Outras operações de mercado

O saldo financeiro, apurado em 31 de dezembro de 2019, decorre de: (i) decisões proferidas em processo judicial específico; e (ii) operacionalização das atividades reguladas tratada na Resolução Normativa (REN) ANEEL nº. 545/2013, a qual disciplina o desligamento de agentes e dá outras providências, das quais destacam-se:

- Determinação da ANEEL à CCEE para criação de perfil específico ao qual permaneçam vinculados os empreendimentos de geração anteriormente modelados sob o perfil do agente gerador desligado de modo a abater os débitos no âmbito da Associação com a sua geração realizada, nos termos do inciso II do artigo 17 da REN 545/2013, a contar da data em que se opera o desligamento; e
- A promoção de execução pela Associação de medidas administrativas e judiciais, para a cobrança dos valores devidos, com depósito dos valores havidos no âmbito do perfil específico em conta judicial vinculada à vara em que tramite a respectiva medida judicial de cobrança, conforme artigo 17, § 1º, inciso VIII, da REN 545/2013.

Ressalta-se que os valores, incluídos de rentabilidade financeira, encontram-se em posse da Associação até que haja o desfecho judicial e conseqüente repasse aos agentes credores nos termos da regulação.

Tipo	Saldo acumulado	Movimentação acumulada			Saldo acumulado
	2019	Entrada	Rentabilidade	Repasse aos agentes	2018
Perfil Específico	5.604	1.331	260	(512)	4.525
Outras Operações de Mercado	5.604	1.331	260	(512)	4.525

Conselho de Administração

Presidente	Rui Guilherme Altieri Silva Ary Pinto Ribeiro Filho Roseane de Albuquerque Santos Solange David Talita de Oliveira Porto
------------	--

Conselho Fiscal

Titulares	Juliano Alexandre Cordeiro de Seixas Luiz Roberto Alves Correia Tiago Lucimar da Silva
-----------	--

Suplentes	Maura Peretti Maurício Tadashi Ronchetti Rachel Marques Marcato
-----------	---

Superintendência

Rui Guilherme Altieri Silva

Gerências Executivas

Arquitetura de Sistemas	Dario Soares de Almeida
Assessoria de Compliance, Riscos, Auditoria Interna e Segurança da Informação	Katia Franco
Assessoria de Gestão da Estratégia, Desenho Organizacional e Novos Serviços	João Silva
Assessoria de Negócio, Portfólio e Controle da TM	Cassio Toledo
Assuntos Regulatórios	Galdino Barros
Cadastros & Contratos	Gilson Cecchin
Contabilização & Liquidação	Ediléu Honório Cardoso Junior
Finanças, Administrativo & Contas Setoriais	Priscila Horie
Gestão de Aplicações	Danilo Bonamini
Gestão de Pessoas	Tiago de Felice Hayashida
Jurídica	Maria Madalena Porangaba
Leilões & Mercado Regulado	Luciana Lisboa
Segurança de Mercado & Informações	Carlos Dornellas
Preços, Modelos e Estudo Energético	Rodrigo Sacchi
Regras & Capacitação	Cesar Pereira
Relações Institucionais	Flávia Albuquerque
Relacionamento com o Cliente	Rodolfo Aiex
Suporte & Infraestrutura	Edson Lugli
Contabilidade, Custo & Controladoria	Adilson Lodovichi
Contador Responsável	Marcos Rogério de Moura Luna (CRC: 1SP189747/O)